



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE FRONTEIRAS (PPGEF)

***NOU BON KÉ SA!* – ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS DE 2017 NA**
GUIANA FRANCESA

Kamila Santos Santana Massoud

Macapá

2020

Kamila Santos Santana Massoud

***NOU BON KÉ SA!* – ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS DE 2017 NA
GUIANA FRANCESA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

**Macapá
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

Massoud, Kamila Santos Santana.

Nou Bon Ké Sa! – Análise das movimentações sociais de 2017 na Guiana Francesa / Kamila Santos Santana Massoud; Orientador, Paulo Gustavo Pellegrino Correa. – Macapá, 2020.

130 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira.

1. Movimentos sociais - Guiana Francesa. 2. Conflito. 3. Manifestação popular. 4. Iniciativa popular. I. Correa, Paulo Gustavo Pellegrino, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

303.484 M421n

CDD. 22 ed.

Kamila Santos Santana Massoud

**NOU BON KÉ SA! – ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS DE 2017 NA
GUIANA FRANCESA**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Fronteira.

Macapá, 27 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa (Orientador)
Universidade Federal do Amapá



Prof. Dr. Rosuel Lima Pereira (Titular 1)
Universidade da Guiana



Prof. Dr^a. Carmentilla das Chagas Martins (Titular 2)
Universidade Federal do Amapá

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amapá e aos professores e professoras, bem como corpo técnico, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) pelas vivências e aprendizagem que me permitiram ampliar horizontes humanos, científicos e sociais.

Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Paulo Gustavo Correa por ter acolhido pacientemente minhas dúvidas e angústias ao longo dos últimos meses. Uma orientação pautada na seriedade e na serenidade foi essencial para que eu concluísse mais esta significativa etapa da minha formação.

Ao Professor Dr. Iuri Cavlak pelas contribuições na banca de qualificação e por ter cedido os jornais que permitiram a realização deste trabalho.

Aos membros da minha banca examinadora, Professor Dr. Rosuel Pereira por aceitar avaliar meu trabalho. À Professora Dr^a Carmentilla Martins pelas contribuições na banca de qualificação, durante as aulas do mestrado, por sua postura humana, afetuosa e, sobretudo, ética na conduta profissional e relacional. Sou muito grata por termos nos encontrado nesta vida. A você o meu carinho, gratidão e admiração.

Ao meu esposo e companheiro de vida, Heleno Massoud Junior pelo amor, paciência e incentivo que têm sido combustíveis imprescindíveis nos caminhos que tenho percorrido. A você a minha infinita gratidão e o mais sincero e profundo amor!

À minha mãe Marry e meus pais Ubirajara e Nazareno pelo apoio ao longo da vida e por terem priorizado minha Educação desde a mais tenra idade. À minha irmã Keylla Jamille pelo companheirismo e amor de sempre. Aos meus sogros Arlete e Heleno, por sempre celebrarem minhas conquistas. Ao Gary pela companhia, principalmente nas longas horas de escrita.

Aos meus colegas de turma, pelas experiências e trocas durante as aulas. Agradeço especialmente à Silvia Maués pela amizade, companheirismo e parceria durante o curso, sua postura pessoal e profissional é exemplar. Ao Richard Paz pela troca de materiais, desesperos e risos durante o mestrado.

À minha amiga Isadora Sampaio com quem dividi inúmeras alegrias, risos e angústias em uma amizade que fluiu desde os primeiros meses da minha chegada a Macapá. A geografia nos separou, mas seguimos conectadas em afeto.

À minha amiga Aline Pacheco, que de colega de trabalho passou a uma grande amiga para a vida inteira. Sou grata por toda a partilha ao longo dos últimos seis anos e especialmente na reta final do mestrado, regada com reflexões

profundas durante a pandemia e as cansativas horas de escrita. Teu acolhimento me fez crescer. Muito obrigada, mana!

À Maina Salén, pela partilha de inúmeros momentos em Macapá e pela companhia na viagem ao Oiapoque. *Merci!*

À Elena Saenz-Johnson pela serenidade e fé com que trata a vida, pela partilha de amor e amizade que atravessam distâncias e fronteiras. *Thank you!*

À Cylene France, por toda a troca: intercultural, acadêmica, familiar e humana. Obrigada pela acolhida, partilha e por mostrar a força da mulher indígena sul-americana. *Gran tangi!*

À Professora Dr^a Walkyria Magno e Silva, da UFPA, que há 12 anos é uma influência positiva constante na minha vida. Obrigada pela inspiração, incentivo e amor que lhes são próprios. Você me ajudou a entender que a caminhada deve ser tão apreciada quanto a chegada e o quão importante é ter coragem! *I love you so much!*

Às psicólogas Zulmira Loureiro e Rayellen Lima que me acompanharam em Macapá, vocês foram primordiais para o meu autoconhecimento.

À minha psicóloga atual, Aline Valéria Pereira, que em todas as sessões dizia que tudo só dependia de mim. Você me ajudou a enfrentar momentos de dúvidas e dificuldades, selecionar o que era prioritário, lidar com o que não pode ser mudado, compreender meus medos e valorizar minhas potencialidades. Seu apoio foi essencial para que eu concluísse esta etapa.

Aos irmãos e irmãs com os quais a vida me presenteou na forma de amigas e amigos: Tainah, Kamilla, Antonio, Paulo, Jane, João (in memoriam) e Edmar (in memoriam). Obrigada por não me deixarem esquecer minha essência!

A todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente na minha trajetória pessoal e acadêmica.

**NOCTURNO SIN PATRIA,
JORGE DEBRAVO**

*Yo no quiero un cuchillo en manos de la patria.
Ni un cuchillo ni un rifle para nadie:
la tierra es para todos,
como el aire.*

*Me gustaría tener manos enormes,
violentas y salvajes,
para arrancar fronteras una a una
y dejar de frontera solo el aire.*

*Que nadie tenga tierra
como tiene traje:
que todos tengan tierra
como tienen el aire.*

*Cogería las guerras de la punta
y no dejaría una en el paisaje
y abriría la tierra para todos
como si fuera el aire...*

*Que el aire no es de nadie, nadie, nadie...
Y todos tienen su parcela de aire.*

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar, qualitativamente e de maneira exploratória, as movimentações sociais ocorridas entre março e abril de 2017 na

Guiana Francesa (GF). Foi realizado um levantamento bibliográfico multidisciplinar acerca das singularidades da GF. A pesquisa bibliográfica também versou sobre mobilização social e o aparato conceitual da Escola de Copenhague e dos Estudos de Paz sobre conflito. A metodologia consiste no uso da 'crítica da fonte' e método histórico para a interpretação do conteúdo dos exemplares do jornal *France-Guyane*, jornal impresso local. O enfoque será nos atores locais não-estatais. As análises mostram que, até o momento, esta foi a manifestação popular mais expressiva da história da coletividade, engajando pessoas de todos os grupos étnicos e sociais da Guiana Francesa. Não obstante, identificou-se também que, apesar dos jornais enfatizarem a unidade dos grupos, nota-se que a coesão não era tão uníssona, dada a multiplicidade de atores e das reivindicações. Conclui-se que a sociedade guianense tem se reconstruído identitariamente, exigindo direitos assegurados concernentes à igualdade defendida pelo ideário republicano francês, ao mesmo tempo, resgata símbolos e valores de povos que compõem a guianidade.

PALAVRAS-CHAVE: Guiana Francesa. Conflito. Análise multissetorial.

ABSTRACT:

This research aims at analyzing, qualitatively and in an exploratory way, social mobilizations ran in French Guiana (FG) between March and April 2017. We

conducted a multidisciplinary historical inquiry on the singularities of FG. The bibliographical research also included a discussion on social mobilization and the conceptual apparatus of the Copenhagen School and Peace Studies on conflict. The study method encompasses the use of 'source criticism' and the historical method for interpreting the content in *France-Guyane* samples, the local printed newspaper. Our focus is on local non-state actors. Our analysis shows that the 2017 event was the most prominent popular manifestation so far in the history of this territorial collectivity, engaging people from different background and ethnicities that compose FG. Nevertheless, even though the newspaper emphasized groups' unity, cohesion was not unison, given the multiplicity of actors and demands. We conclude that Guianese society has been rebuilding its identity, demanding for their assured rights concerning equality defended by the French republican ideology. At the same time, they reclaim symbols and values from the peoples that compose Guiana.

KEYWORDS: French Guiana. Societal conflict. Mutisectoral analysis.

Lista de Figuras

Figura 1. Ponte sobre o rio Tacutu	26
Figura 2. Ponte binacional entre Amapa e Guiana Francesa	28

Figura 3. Travessia Rio Maroni, fronteira do Suriname com a Guiana Francesa.....	29
Figura 4. Instalações do CSG na cidade de Kourou.	49
Figura 5. Área de lançamento de foguete	50
Figura 6. Fluxo de voos em Caiena	68
Figura 7. Capa da Edição de 18-19/03/2017.	96
Figura 8. Edição de 18-19/03/2017.	97
Figura 9. Capa da edição de 21/03/2017.	100
Figura 10. Edição de 21/03/2017	101
Figura 11. Edição de 23/03/2017.....	104
Figura 12. Capa da edição de 24/03/2017.....	106
Figura 13. Edição de 24/03/2017.....	106
Figura 14. Capa da edição de 29/03/2017	111
Figura 15. Edição de 29/03/2017.....	113
Figura 16. Edição de 07/04/2017.....	115
Figura 17. Edição de 30/03/2017.....	117
Figura 18. Edição de 30/03/2017.....	119
Figura 19. Edição de 05/04/2017.....	121
Figura 20. Capa da edição de 22-23/04/2017.	122

Lista de Mapas

Mapa 1. Região das Guianas	23
----------------------------------	----

Mapa 2. Guiana Francesa	43
Mapa 3. Distribuição da população por etnia	45
Mapa 4. Guiana Francesa e Ilha de Caiena	47

Lista de Quadros

Quadro 1. Autores e concepções de região	21
Quadro 2. Aspectos populacionais da região	26

Quadro 3. Como se forma a cultura nacional	37
Quadro 4. Fases da República Francesa	39
Quadro 5. Composição étnica da população na Guiana Francesa	52
Quadro 6. Grupos de migrantes	55
Quadro 7. Comparativo França e departamentos	63
Quadro 8. Tipos de medidas de conflito	75
Quadro 9. Intensidade de conflitos	76
Quadro 10. Níveis de violência	78
Quadro 11. Tópicos presentes na agenda ambiental	89
Quadro 12. Ameaças no setor societal	92
Quadro 13. Diferença de escolarização	103

Lista de Abreviaturas e Siglas

CARICOM – *Caribbean Community*/ Comunidade do Caribe
CDTG – Central Democrática de Trabalhadores da Guiana

CTG – *Collectivité Territoriale de Guyane*
CSG – *Centre Spatial Guyanais*
DROM – *Département e Régions d'outre-mer*
EDF – *Électricité de France*
FG – *France-Guyane*
FOAG – *Federation des Organisations Autochtones de Guyane*
GF – *Guiana Francesa*
IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*
INSEE – *Institut National de la Estatistique et des Études Enonomiques*
IPCC – *Intergovernmental Pannel on Climate Change/ Painel Interamericano sobre Mudanças Climáticas*
MERCOSUL – *Mercado Comum do Sul*
RI – *Relações Internacionais*
RUP – *Região Ultra Periférica*
TOM – *Territoire d'outre-mer*
UTG – *Union de Travailleurs Guyanais*
UE – *União Europeia*
ONAG – *Organisation des Nations Autochtones de Guyane*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1. 1 METODOLOGIA	16
1. 2 JUSTIFICATIVA	18

2 ANTECEDENTES	20
2.1 O CONCEITO DE REGIÃO	20
2.2 REGIÃO DAS GUIANAS	23
2.3 COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E A REPÚBLICA FRANCESA.....	32
2.3.1 COLONIALISMO	32
2.3.2 PÓS-COLONIALISMO E PÓS-COLONIALIDADE.....	34
2.3.3 A REPÚBLICA FRANCESA	38
3 ENTRE DOIS MUNDOS: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO DA GUIANA FRANCESA	43
3.1 DEPARTAMENTALIZAÇÃO.....	48
3.2 POPULAÇÃO	51
3.2.1 MIGRANTES	54
3.3 MIGRAÇÃO E IDENTIDADE	63
3.4 ASPECTOS ECONÔMICOS	66
4 ESTUDOS SOBRE CONFLITO	70
4.1 MOVIMENTO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	70
4.2 CONFLITO	72
4.3 ESTUDOS DE PAZ	77
4.4 O CONSTRUTIVISMO	79
4.5 A ESCOLA DE COPENHAGUE	81
4.5.1 OS SETORES DE ANÁLISE	85
4.5.2 O SETOR MILITAR	86
4.5.3 O SETOR AMBIENTAL	87
4.5.4 O SETOR ECONÔMICO	89
4.5.5 O SETOR SOCIETAL	91
4.5.6 O SETOR POLÍTICO	93
5 NOTÍCIAS E CONFLITO: ANÁLISE DO JORNAL FRANCE-GUYANE	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

Desde de 2011, a comunidade internacional vem assistindo a diversos protestos e mobilizações em diversos países de diferentes continentes, como a *Primavera Árabe*, no Oriente Médio e Norte da África, *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, *15M* na Espanha e *Jornadas de Junho* em 2013, no Brasil (MEDEIROS, 2012; BENAVIDES; PLEYERS, 2018). Mais recentemente, assistiu-se a protestos massivos na França, Hong Kong, Bolívia e Estados Unidos. Ora pressionando governos por melhores condições de vida, ora por mais autonomia ou redução de tarifas, além do antirracismo, as movimentações sociais têm se mostrado capazes de exercer forte pressão e contagiar diferentes partes do globo. O conflito é um motor significativo na sociedade.

A Guiana Francesa é uma coletividade territorial integrante da França, um território europeu na América do Sul cuja história é marcada por exploração de pessoas de grupos étnicos variados, de recursos naturais e pela violência. Protestos e mobilizações sociais fazem parte do histórico da Guiana Francesa desde meados do século XX. Em 1996, a população da Guiana Francesa protestou pela criação de uma reitoria local para que as ações educacionais tivessem representação local e mais autonomia. Em 2008, por exemplo, os guianenses protestaram contra o aumento no preço dos combustíveis (CHEONG, 2010) e em 2010, por um referendo que buscava mais autonomia política para o local (CAVLAK, 2017).

Isto posto, este trabalho tem como objeto as movimentações sociais de 2017 na Guiana Francesa, que serão analisadas sob a perspectiva de conflito. Sob o lema *Nou bon ké sa* (Basta, em créole da GF), as movimentações de 2017 foram a maior mobilização social ocorrida na história da Guiana Francesa, engajando sindicatos trabalhistas, coletivos, entidades de classe e sociedade civil, envolvendo todas as classes sociais e integrantes de grupos socioculturais diferentes nas negociações com o centro decisório francês, tendo sido apoiados nas suas reclamações inclusive por políticos locais legitimamente eleitos.

Os protestos, bloqueios e marchas reuniram milhares de pessoas nas principais comunas da coletividade, números significativos considerando a densidade demográfica local. Tal movimento desembocou em uma greve geral com

um mês de duração, bloqueando as principais atividades da coletividade, como transporte terrestre, aéreo e marítimo, setor educacional, comércio etc.

O recorte temporal em questão corresponde ao período entre 18 de março a 21 de abril de 2017, com os antecedentes da greve, suas tensões e seus desdobramentos até a negociação que levou a um acordo entre as partes conflitantes. Serão analisados vinte e sete exemplares impressos do jornal *France-Guyane* publicados no período supracitado.

Os jornais são fontes utilizados frequentemente em pesquisas sobre conflitos. Neste caso, o jornal, que é o único na mídia local, oportunizou o acompanhamento cronológico do conflito, mostrando-se ainda uma fonte vasta de conteúdo que possibilita a compreensão dos motivos e das demandas das mobilizações, diferentes atores envolvidos, dissonância entre grupos, escalada da tensão até a negociação final e solução para o desacordo entre partes. Os jornais serão analisados criticamente à luz de um referencial teórico multidisciplinar que buscará em disciplinas como Geografia, Antropologia, Estudos Culturais e Segurança Internacional.

Os estudos sobre conflito têm destaque nas Relações Internacionais, no entanto, quando se trata da porção setentrional da América do Sul há um apagão acerca de dados e informações sobre a Região. O *Barômetro de Conflito* e o *Uppsala Data Program* (da Universidade de Uppsala, na Suécia), duas bases de dados especialistas no mapeamento de conflitos globais, não contemplam a região. Isso decorre não em função de ausência de conflitos, mas sim da ausência de uma lente que enfoque a região.

Sobre o Brasil, os dados apresentados pelas bases de dados priorizam questões como tráfico de drogas, violência urbana e conflitos por terras. A região das Guianas apresenta litígios e conflitos de natureza diversa, os quais podem estar tanto relacionados a aspectos fronteiriços, como: garimpagem ilegal e migração indocumentada como ocorre na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa e Guiana Francesa e Suriname, contrabando de mercadorias entre Suriname e Brasil, estabelecimento de fronteiras entre Suriname e República da Guiana e entre República da Guiana e Venezuela. Há conflitos internos quando a tomada de

decisão do Estado para favorecer alguma empresa privada/ transnacional afeta grupos e identidades específicas – como entre o Estado surinamês e francês e os povos originários em seus territórios. Segundo Silva (2016, p. 11) é nesta região que estão as principais disputas fronteiriças em termos de quantidade da América do Sul e complexidade em relação ao continente americano.

1.1 METODOLOGIA

Este trabalho é de caráter qualitativo na medida em que se propõe a analisar um fenômeno social dotado de relações humanas perpassadas por crenças, valores e significados que cercam uma dada sociedade. Este trabalho é também de natureza exploratória ao buscar explorar um assunto sob um aporte teórico não-tradicional.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica a partir de uma literatura histórica que permitiu compreender o contexto histórico-social da Guiana Francesa. A literatura teórica versa sobre conflito e segurança em uma perspectiva abrangente, multissetorial e não-estatal.

De acordo com Tomislav Dulic (2010, p. 37) há três categorias de fontes:

- a) Fontes primárias, as quais consistem em documentos de arquivo; minutas de discussão e processos judiciais; acordos e estatutos; estatísticas e entrevistas.
- b) Fontes secundárias, das quais fazem parte: livros; relatórios; dissertações; jornais, artigos; notícias de rádio/ televisão; documentários.
- c) Artefatos: ruínas, valas comuns; trincheiras; naufrágios; campos minados; desenhos; ferramentas.

Neste trabalho utilizamos fontes primárias e secundárias. Como fonte primária usamos o acordo ‘Protocolo *Pou Lagwiyan Dékolé*’, estabelecido entre a sociedade guianense e o Estado francês. Utilizamos livros, dissertações, artigos científicos e notícias como fontes secundárias, incluímos também consulta à duas bases de dados sobre conflitos disponíveis na Internet: O Barômetro de Conflito e o *Upsalla*

Conflict Data Program. Analisamos um conjunto de vinte e sete exemplares de jornais impressos publicados entre os 18 de março e 23 de abril de 2017

As pesquisas na área dos Estudos de Paz têm interesse pela investigação empírica, neste sentido, as bases de dados e jornais impressos, publicados durante a ocorrência do conflito social de 2017 na Guiana Francesa, são importantes fontes de pesquisa (HÖGLUND; ÖBERG, 2011). Há diversos estudos e diferentes metodologias para efetuar a análise de conflitos, os quais incluem a América do Sul. Todavia, estes não contemplam a região das Guianas e não há dados nestas bases Guiana Francesa em específico por ela ser integrante da república francesa; de modo que apenas a França hexagonal aparece nas bases de dados sobre conflitos.

Considerando os aspectos éticos que devem nortear o trabalho com notícias, seguimos a proposta de Dulic (2011) intitulada *criticismo da fonte* e que salienta a observância dos seguintes aspectos na análise das notícias: agência, avaliação externa, avaliação interna, viés e documentos legais.

- a) agência: Por agência entende-se o escopo dentro do qual um ator pode pensar e agir, onde fatores estruturais, como, por exemplo, cultura e ideologia, estabelecem as limitações externas da ação, influenciando as percepções da realidade do ator (DULIC, 2011, p. 38).
- b) avaliação externa: para realizar a análise é necessário fazer algumas perguntas que nortearão a análise: Qual o tipo de fonte?; Quem é o público-alvo?; Quem redigiu os documentos?; O ator está envolvido ou não no conflito?; Quando o documento foi produzido?; A fonte contém assinatura, selo ou outro tipo de informação que possa validá-lo?; A fonte é original ou cópia? e A fonte está na língua original ou foi traduzida?
- c) avaliação interna: consiste na análise do conteúdo do material, é necessário conhecimento do contexto histórico da região onde o conflito ocorre/ocorreu, requer também habilidades linguísticas a fim de identificar códigos linguísticos e expressões próprias do lugar.
- d) viés: aspecto a ser observado cuidadosamente uma vez que os jornalistas podem ter limitação acerca do contexto do conflito ou as informações podem ser manipuladas, afetando a interpretação por parte do pesquisador.

- e) documentos legais: este tipo de documento é produzido por lados opostos, defesa e acusação, portanto é necessário saber os objetivos de todas as partes envolvidas no conflito.

Além dos critérios supracitados, utilizamos o método histórico com enfoque no conteúdo para analisar os jornais e demos enfoque às falas de atores não-estatais. Marconi e Lakatos (2003, p. 106) afirmam que o método histórico

consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Portanto, os referenciais histórico e teórico deram a sustentação para a interpretação das notícias.

1.2 JUSTIFICATIVA

Este trabalho justifica-se não apenas pela ausência de dados sobre conflitos na região das Guianas e da Guiana Francesa em específico, mas também pelo fato de a Guiana Francesa ser um lócus peculiar com aspectos ainda não explorados e que merecem ser estudados. Contribuindo assim tanto no âmbito acadêmico quanto no social, a fim de expor demandas de grupos politicamente minoritários. O enfoque em questões pouco conhecidas e estudadas, insere a região das Guianas, a qual é estratégica, nas discussões de paz, defesa e segurança na América do Sul.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, contextualizamos o objeto e apresentamos a metodologia e a justificativa. No segundo capítulo para discorreremos sobre região e a construção de Região das Guianas além de reflexões acerca do Colonialismo, do Pós-colonialismo e da República Francesa. No terceiro capítulo, mostraremos a condição dual da Guiana Francesa que é ao mesmo tempo francesa e sul-americana. Deste modo, apresentaremos aspectos específicos deste lugar, tais como seu processo de departamentalização, composição populacional, identidade e migração e os aspectos econômicos.

No quarto capítulo, exploraremos os estudos sobre conflito. Para tal, teceremos considerações sobre movimento e mobilização social, a definição de conflito e os Estudos de Paz. Evidenciaremos ainda o debate da Escola de Copenhague e seus setores de análise, os quais imprimiram marca nos Estudos de Segurança a partir de uma lente construtivista.

No quinto capítulo, apresentaremos a análise dos jornais com base no referencial teórico e metodológico adotado. Por fim, exporemos nossas considerações finais e as referências que embasaram o trabalho.

2 ANTECEDENTES

Neste capítulo, discutiremos acerca das características da formação histórica e social da Guiana Francesa. Iniciaremos com uma breve discussão referente ao conceito de região e aplicando-o à concepção de região das Guianas. Em seguida, abordaremos o Colonialismo, o Pós-colonialismo e a república francesa.

2.1 O conceito de Região

Antes de discutirmos acerca do histórico da Guiana Francesa faremos um recorte sobre o conceito de região enfocando, posteriormente, a Região das Guianas a fim de inserir a coletividade neste debate e compreender como ela se relaciona com seu entorno geográfico e regional.

Gomes (1995) discute sobre as diferentes possibilidades de compreensão do conceito de região, enfatizando que não se trata de um conceito normativo, mas sim de caráter múltiplo e com diferentes operacionalidades a depender do enfoque adotado, bem como da área do conhecimento.

A ideia de região natural surge inspirada na Geologia, acreditando-se que o ambiente influencia e orienta o desenvolvimento da sociedade através da partilha aspectos físicos-naturais comuns, tais como relevo, fauna e flora (GOMES, 1995, p. 54). Essa visão de região natural é válida, todavia não abrange todos os processos e dinâmicas observadas em uma sociedade. Destarte, como resposta contrária à região ligada apenas ao aspecto natural, surgiu o 'possibilismo', proposto por L. Fébvre, o qual reconhece a importância da natureza, mas enfatiza que as escolhas vêm da sociedade, logo a natureza não explica tudo (GOMES, 1995).

Haesbaert (1999, p. 17) aponta três autores como principais responsáveis pela elaboração do conceito de região na Geografia, a saber: Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Hartshorne. Tais autores afirmam que a diferenciação de áreas é uma "questão essencial para o exercício laboral do geógrafo". No quadro seguinte observa-se como cada autor compreendia o construto.

Quadro 1 – Autores e concepções de região

Autor	Concepção de região
Vidal de La Blache	“algo vivo”, uma “individualidade” ou mesmo uma “personalidade geográfica”
Carl Sauer	constructo intelectual passível de variação em sua delimitação conforme os objetivos do pesquisador
Richard Hartshorne	“morfologia da paisagem”, comparação das paisagens individuais.

Fonte: Haesbaert, 1999, p. 17. Adaptado.

De acordo com Haesbaert (1999) as concepções de região propostas pelos autores apresentam como pontos convergentes: a singularidade, o estudo de síntese, integrando as dimensões humanas e naturais permitindo notar a coesão dentre as dimensões, a continuidade espacial e a estabilidade regional.

Neste contexto, o conceito de região geográfica ou região-paisagem é posto como unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, sendo ainda uma realidade concreta, isto é, física, a qual existe como quadro de referência para aqueles que nela vivem (GOMES, 1995, pp. 56-57).

Haesbaert (1988, p. 25), por sua vez, conceitua região como “um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”.

Assim sendo, a região apresenta características que lhes são ímpares, além de abarcar a ação humana como crucial na construção da região enquanto conceito, por isso, uma abordagem mais humanista pode contribuir na expansão da compreensão da noção de região pois valoriza as ações humanas no espaço. Além disso, o reconhecimento das relações humanas e também econômicas no espaço que nem sempre ocorrerão via Estado-nação evidenciam a complexidade existente na análise regional. Isto significa que a identificação pode ocorrer por vias não oficiais e sim a partir de inúmeras interações informais, algumas até consideradas ilegais como o tráfico e/ou contrabando de produtos ou mesmo a migração indocumentada. Deste modo, os dois autores supracitados estão em consonância ao

enxergarem região não apenas como produto, mas sim como um meio para realizar análises de forma a contribuir na compreensão de um problema.

De acordo com Gomes (1995, pp. 63-64), nesta perspectiva de análise regional, a região pode ser classificada em homogênea ou funcional. Região homogênea, como o nome sugere, presume que a estruturação dos espaços se dá de maneira uniforme, isto é, com divisões do espaço em níveis hierárquicos da diferenciação espacial. Assim, a região se forma a partir das semelhanças em parâmetros pré-estabelecidos entre os espaços.

Por outro lado, a região funcional está mais relacionada às múltiplas interações existentes em um espaço, o qual não é necessariamente semelhante. Para o autor, destaca-se aqui o papel das cidades e suas relações com sua zona de influência, as quais podem ser responsáveis pelo surgimento de regiões. Nas regiões funcionais, há ainda grande valorização dos fluxos econômicos - pessoas, bens e serviços, ocasionados pelo ideário de desenvolvimento do sistema capitalista.

Sobre isto Marcon (2012, p. 34) diz que

Após a década de 70 do século XX, nova abordagem regional é traçada com a incorporação de novos paradigmas à Geografia, reaparecendo o conceito de região no interior da denominada Geografia Humanista apoiada na filosofia do significado, que compreende a região como espaço vivido, baseando-se na fenomenologia/percepção como pressuposto teórico metodológico que leva em consideração a subjetividade de cada ser ou grupo social, em que a cultura é a chave para interpretar esse espaço intersubjetivo [...].

Logo, os aspectos naturais devem se somados às questões culturais e sociais, ampliando a compreensão sobre um dado espaço a partir das interações e dinâmicas produzidas na sociedade. Silva (2016) também corrobora que considerar apenas o espaço físico limita possibilidades de estudo e interpretação, uma vez que excluir-se-iam as dinâmicas sociais, políticas e ambientais, além de históricas.

Trindade Junior (2010) também compreende o conceito neste sentido. O autor afirma que na região há uma expressão de regularidade que diferencia áreas em um contexto mesoescalar, onde os limites são mais visíveis em um contexto internacional. O autor preconiza que “as fronteiras políticas tendem a particularizar

apenas formalmente os recortes regionais, negando as extensões das formações socioespaciais para além dessas mesmas fronteiras (TRINDADE JUNIOR, 2010, p. 11)”. Isto significa que as interações entre as pessoas superam os limites estabelecidos por regras previamente estabelecidas e de dinâmicas estatais. Veremos mais sobre estas características na seção seguinte.

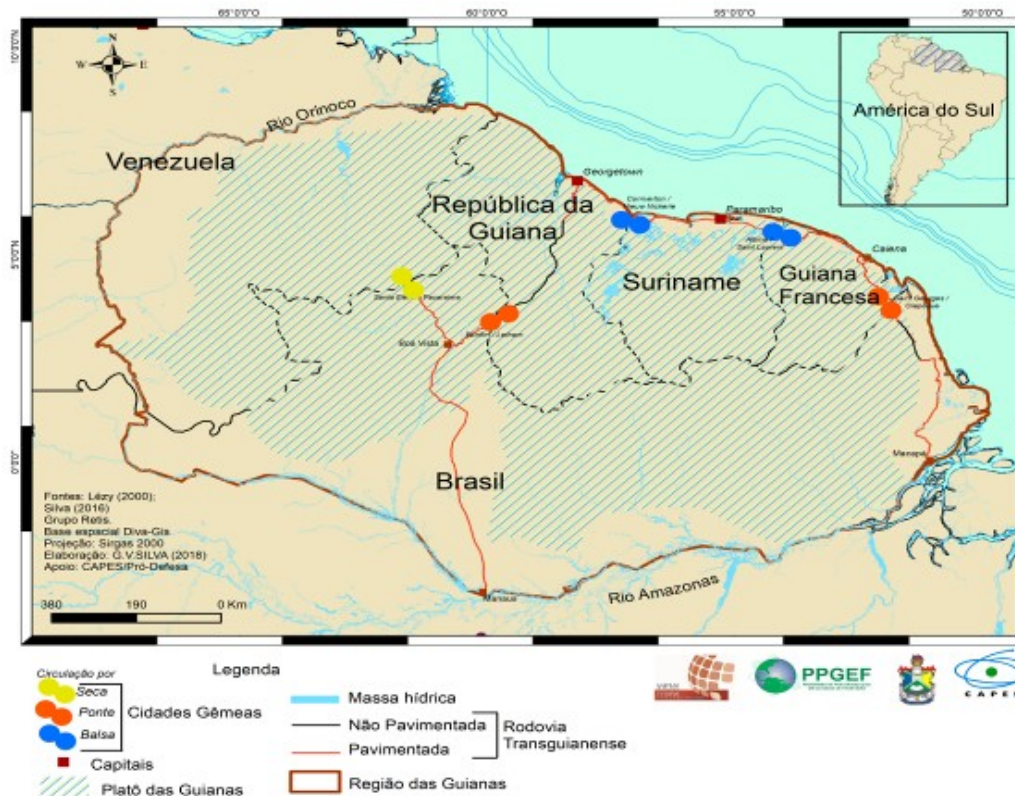
Haesbaert (1999, p. 19) diz que há outros conceitos na Geografia como território, rede e paisagem, no entanto, região segue sendo um instrumento de trabalho tanto para geógrafos, quanto para planejadores, políticos e militares.

2.2 A Região das Guianas

A Região da Guianas¹ localiza-se no norte da América do Sul e composto por Brasil (estados do Amapá e de Roraima), Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana e Venezuela, a vegetação e o relevo deste território são pontos em comum e a princípio, foi justamente o aspecto espacial, isto é, físico-natural que aproximou o enquadramento das Guianas (SILVA, 2016).

¹ O termo Região das Guianas, adotado neste trabalho, compreende região em uma perspectiva relacional, isto é, considerando a miríade de interações entre cidades, grupos e pessoas presentes neste espaço, as quais nem sempre ocorrem de maneira oficial. Nossa compreensão vai além dos aspectos geomorfológicos contemplado pelo termo Platô/ Planalto das Guianas. O termo tem sido debatido e construído nos últimos anos por pesquisadores da Universidade Federal do Amapá.

Mapa 1 – Região das Guianas



Fonte: SILVA; DI MICELI; SILVA. (2019).

Assim sendo, adotar a categoria região amplia o escopo de análise, permite comparações, observações e interpretações acerca de interações entre cidades, pessoas, demografia, mobilidades etc. Entendemos as Guianas enquanto região por conta de suas características próprias, um histórico de colonização e ocupação particulares, além de partilharem fronteiras físicas - as quais podem ser caracterizadas como secas ou conectadas por pontes, além do apoio de balsas, conforme postula Silva et al, 2019 - e problemas conjuntos, tornando-a um lócus peculiar de estudo.

Os países desta região carregam consigo as marcas da colonização europeia e possuem uma baixa densidade populacional. As interações socioculturais permeadas pela relação entre o homem e a natureza nas diversas localidades desta parte da América do Sul, como aventa Trindade Junior (2010), também corroboram o seu enquadramento enquanto região. Para o autor, região é um “espaço diferenciado e particularizado historicamente pela relação homem/natureza e situado em escala intermediária entre o universal e o singular (TRINDADE JUNIOR, 2010, p.

120)”. Assim, quando se amplia o olhar para esta porção do globo, percebe-se a gama de relações econômicas, sociais e étnicas construídas historicamente e que são particulares. Muitas relações destas relações são de natureza informal e atravessam as fronteiras da formalidade do controle estatal. Nossa perspectiva é esta, isto é, nosso enfoque está nos aspectos relacionais presentes, os quais podem ocorrer de maneira harmoniosa e também conflituosa.

Dos países da Região das Guianas, o Brasil e a Venezuela são os que apresentam uma identidade mais sul-americana, com relações políticas e econômicas mais fortalecidas. Isto se evidencia principalmente em entidades como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e em discursos políticos. Por sua dimensão continental, o Brasil tem uma grande projeção no continente sul-americano e relação de cooperação e interação econômica com diversos países das porções sul do continente, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile; de modo que o centro de poder brasileiro acaba se distanciando politicamente da parte norte, não apenas do Brasil enquanto país, mas também dos países da Região das Guianas.

Enquanto isso, os outros países da região são mais voltados para o Caribe e até mesmo para a Europa, no caso da Guiana Francesa e do Suriname. A Guiana Francesa por ser território francês e europeu na América do Sul, tem dentre seus principais parceiros a própria França, a União Europeia, as Antilhas Francesas e Trinidad. O Suriname se relaciona intensamente com os Países Baixos (sua antiga metrópole), tendo grande parte de sua população migrado para lá após a sua independência e durante a Guerra do Interior nos anos 1980. Juntamente com o Suriname, a capital da República da Guiana integra a Comunidade do Caribe. Com sede em Georgetown, este bloco político e econômico busca a cooperação entre os países do Caribe, os quais apresentam ligações tanto econômicas quanto culturais entre si.

As unidades federativas brasileiras que integram a Região das Guianas são consideradas periféricas no próprio país, distantes fisicamente e muitas vezes politicamente do centro decisório do país. Tanto Amapá quanto Roraima são ex-territórios federais, tendo se tornado estado a partir da Constituição Brasileira de 1988. Os dois estados são carentes em indústrias e têm parte de sua força econômica no serviço público, resquício do período em que foram territórios

federais, as quais fomentaram a imigração de residentes oriundos de outros estados brasileiros.

Quadro 2 – Aspectos populacionais da região

Estado ou país integrante	População	Ano	Densidade demográfica	Extensão territorial
Amapá (26° no Brasil)	845. 731	2019	4,69 hab/km ²	142.815 km ²
Roraima (27° no Brasil)	576. 500 estimada 605. 761 alcançada	2019	2,01 hab/km ²	224.299 km ²
Guiana Francesa	269. 352	2016	4 hab/km ²	83 846 km ²
Suriname	560.000	2016	4 hab/km ²	156 000 km ²
República da Guiana	740. 000	2016	4 hab/km ²	196 850 km ²
Venezuela	28,435,940	2020	32 hab/km ²	882 050 km ²

Fontes: IBGE, 2019; INSEE, 2018; WORLD METER, 2020.

A partir do quadro anterior, é possível notar que o estado de Roraima tem a menor densidade demográfica, mas é o segundo maior em extensão territorial, ficando atrás apenas da Venezuela. O aumento populacional neste estado se deu em função da crise político-econômica na venezuelana nos últimos seis anos, da qual milhares de nacionais venezuelanos migraram não apenas para a Roraima, mas para diversos países da América do Sul e outras cidades brasileiras. O estado de Roraima, através da cidade de Bonfim, tem conexão com Lethem na República da Guiana, via ponte sobre o rio Tacutu, construída em 2009.

Figura 1 – Ponte sobre o rio Tacutu, fronteira entre Roraima e República da Guiana.



Fonte: <https://revista.ufr.br/actageo/issue/view/242>

Há entre estas duas cidades uma dinâmica de mobilidade humana que foi intensificada com a construção da ponte, aproximando os dois Estados. A construção da ponte ligando os dois lugares demonstra um reconhecimento das interações já existentes previamente, uma vez que a mobilidade nesta área não é recente. De acordo com Almeida e Silva Filho (2019, p. 106), é a busca por emprego que impulsiona a mobilidade de brasileiros para Lethem. Os autores sustentam que os fluxos entre Brasil e Guiana são motivados por redes de comércio e serviço e que a mobilidade populacional na fronteira “se origina das redes sociais e das relações de parentesco que tem lugar nesta área de fronteira. Elas são fortalecidas e consolidadas por meio das relações sociais realizadas continuamente neste espaço transfronteiriço (ALMEIDA; SILVA FILHO, 2019, p. 106)”.

Foucher (2005, p. 21) define fronteiras como “estruturas espaciais elementares de forma linear, com função de descontinuidade geopolítica e de realização, de referência nos três registros do real, do simbólico e do imaginário (p. 21)”. Ele preconiza que a descontinuidade opera entre soberanias, histórias, sociedades, economias e Estados, e também entre línguas e nações. Deste modo, há áreas marcadamente próprias em função das descontinuidades existentes, tornando-se lugares únicos. As fronteiras acabam sendo frequentemente solapadas, pois as dinâmicas e interações políticas, sociais, econômicas são capazes de transcender tais limites. A facilidade ou dificuldade no cruzamento varia conforme o interesse do Estado pelo controle do território.

O estado do Amapá faz fronteira com o leste da Guiana Francesa, tendo seu limite estabelecido no rio Oiapoque. Sobre a relação entre os dois espaços Martins (2016, pp. 44-45) destaca que

Amapá e Guiana Francesa apresentam algumas semelhanças: 90% de suas áreas são cobertas pela floresta amazônica; apresentam uma infraestrutura em níveis inferiores as correspondentes médias nacionais e um incipiente desenvolvimento socioeconômico; no cenário de suas nações são periferias em relação aos centros decisórios; dependem de recursos financeiros externos. Do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francês a cidade de Saint Georges, são coletividades separadas por critérios relacionados à soberania; nacionalidade e etnicidade; organização política, administrativa, institucional. Mas também, são muito próximas em termos físicos e em função do grau de interação entre seus habitantes por conta do intenso deslocamento de pessoas de um lado a outro da fronteira.

As cidades de Oiapoque e Saint-Georges apresentam intensa mobilidade humana e de mercadorias, muitas vezes desafiando e driblando a intensa vigilância das autoridades francesas. Os dois municípios são ligados através de uma ponte estaiada construída entre os anos de 2008 e 2011, tendo sido aberta em 2017. Apesar das expectativas geradas com tal construção, principalmente no que diz respeito à integração do território brasileiro ao franco-guianense e maior inserção da Guiana Francesa na América do Sul. Entraves burocráticos tornam o acesso assimétrico, pois os franco-guianenses não necessitam de visto para acessar o território brasileiro, porém, brasileiros precisam não apenas do visto, mas também de um seguro para o automóvel e saúde para o ingressar na coletividade.

Figura 2 – Ponte binacional ligando o Amapá à Guiana Francesa



Foto: Acervo pessoal de Edielson Silva.

A oeste, a fronteira da Guiana Francesa é com o Suriname, o limite é estabelecido sob o rio Maroni. As cidades fronteiriças são *Saint-Laurent du Maroni*, segunda maior comuna da Guiana e Albina, no território surinamês. A mobilidade de mercadorias e pessoas pelo rio entre as duas cidades é intenso. Beriet (2017, p. 172) afirma que o rio é “percebido como uma fronteira pelo Estado francês e experimentado como um centro nervoso das relações intercomunitárias para as populações”. O rio é figura central na relação entre as duas localidades e evidência

de que os regimentos não são sempre condizentes com as práticas territoriais. Há porosidade nas relações econômicas formais e informais, de modo que algumas relações informais versam com a criminalidade (tráfico de entorpecentes, ouro, pessoas etc), atraindo maior vigilância por parte do Estado.

A concepção de região funcional proposta na seção anterior é aplicável à realidade das cidades fronteiriças da Região das Guianas. No caso da Guiana Francesa e sua fronteira com o Brasil e o Suriname, as múltiplas interações nestes locais evidencia as zonas de influência, com fluxo de pessoas, bens e serviços somado à região na perspectiva relacional, da qual fazem parte culturas, línguas e comportamentos particulares.

Figura 3 – Travessia Rio Maroni, fronteira do Suriname com a Guiana Francesa.



Fonte: Acervo da autora. Novembro, 2018

Em *A natureza do espaço*, Milton Santos (2006, p. 215) aventa que

a proximidade não se limita a uma mera definição das distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a, totalidade

das relações. E assim que a proximidade, diz J. -L. Guigoü (1995, p. 56) "pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade".

No que concerne a região das Guianas, há proximidade física entre os Estados da região, ainda que da perspectiva institucional, algumas relações sejam incipientes. Os fluxos de mercadorias, serviços, mobilidade humana e migração mesmo quando não ocorrem de maneira não regulamentada ou documentada, estão em consonância com a definição de Santos (2006), os diversos povos da região vêm desenvolvendo laços culturais.

Entendemos, portanto, a importância de compreender as dinâmicas da Guiana Francesa dentro da Região da Guianas. O Regionalismo em uma perspectiva ampla vai além das questões econômicas, englobando aspectos políticos, culturais e históricos como Correa e Superti (2016) preconizam; podendo ainda envolver aspectos de segurança internacional e a formação de uma política externa comum.

Bizzozero (2011, p. 29) alega que na perspectiva das relações internacionais, importa visualizar o significado do regionalismo para o Estado, onde se dá a dualidade entre uma maior presença e autonomia ou proposta de organização de conjunto. Na perspectiva da economia política o autor afirma que o regionalismo é uma resposta que almeja o desenvolvimento regional e humano, papel chave do Estado na vinculação com o mercado e a sociedade. Para o autor, o regionalismo pode funcionar como um articulador na relação entre Estado e região.

Andrew Hurrell (1995) contribui para o debate ao propor uma compreensão do que é o regionalismo em cinco níveis, a saber:

1. regionalização: processo que se dá entre pessoas, independente da vontade do Estado;
2. consciência e identidade regionais: baseia-se em valores culturais, históricos e religiosos; as regiões são vistas como comunidades imaginadas, de onde surge um sentimento de pertencimento e identidade.

3. cooperação regional entre Estados: a decisão de integrar parte do Estado, o processo inicia-se apenas com vontade política de se integrar, pode ir além das questões econômicas;
4. integração econômica regional promovida pelo Estado: além da participação do Estado em aproximações, negociações e acordos, os empresários também são atores de destaque;
5. coesão regional: é o nível mais complexo e aprofundado de integração, reúne de certo modo os quatro níveis anteriores.

A partir dos pressupostos de Hurrell (1995) sobre níveis de regionalismo, o nível de regionalismo mais evidente na região das Guianas e em especial na relação da Guiana Francesa com os vizinhos é o de regionalização, pois as atividades ocorrem sem que o Estado necessariamente fomente as relações entre os diversos espaços, predominam as atividades informais. Stephane Granger (2008, 2013) corrobora tal pressuposto quando discute sobre integração na região. Quando se discute regionalismo, pensa-se também na questão da integração, que a depender do nível, pode representar maior ou menor cooperação entre as unidades políticas. Granger (2008, 2013) avança que a integração transcende os aspectos econômicos, envolvendo as questões educacionais, socioculturais, cooperação em segurança, podendo chegar na formação de uma política externa comum.

As questões identitárias ocasionaram durante muito tempo o afastamento da GF dos seus vizinhos Brasil, Suriname e República da Guiana, os quais sentiam-se desconfortáveis com um território europeu no continente sul-americano e consideravam a GF uma anomalia colonial. Por conta disto, a GF não foi incluída em iniciativas de integração regional como o Tratado de Cooperação Amazônica, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e até mesmo da Comunidade do Caribe (CARICOM). Atualmente, os principais parceiros de trocas econômicas com a Guiana Francesa são a França hexagonal, a União Europeia, as Antilhas Francesas e Trinidad, evidenciando o afastamento da GF dos seus vizinhos sul-americanos.

Granger (2013) afirma que um dos tipos de integração que envolve a GF se dá em função das atividades ilícitas, as quais ocasionam pressões nos dois lados da

fronteira na GF e na região de fronteira como um todo. Crimes transnacionais como tráfico de pessoas, de drogas e o contrabando de mercadorias são exemplos que demandam ação e vigilância dos Estados fronteiriços. Outro tipo de interação entre GF e Estados vizinhos é a migração indocumentada e a mobilidade de pessoas no território guianense, o que causa tensionamento e vigilância constantes.

Não obstante a marcante distância da GF dos vizinhos por ser um território europeu, tal característica despertou posteriormente interesse por esta mesma razão, pois a Guiana serviria como porta de entrada dos países próximos na União Europeia. Granger (2013) salienta a dificuldade dos níveis regionais de inserção na globalização e sustenta que o estatuto político, disparidades socioeconômicas, a lógica protecionista e a mentalidade são fatores que dificultam a inserção da GF no seu ambiente geográfico. É notória a ausência de integração da Guiana Francesa com os vizinhos, ela depende significativamente da metrópole em inúmeros setores, da qual está geograficamente muito distante. Compreendemos a região como um marcador da singularidade e que pode ser um meio que colabore na construção da análise e não apenas um produto dela. Tratamos da região como construto relacional, que expande a compreensão para além dos aspectos físicos e naturais, considerando como centrais as relações, sobretudo as humanas.

2.3 Colonialismo, Pós-Colonialismo e a República Francesa

A compreensão dos componentes que moldaram a História da Guiana Francesa ao longo do tempo adentra no universo do Estado francês. Deste modo, a seção apresenta aspectos do Colonialismo, do Pós-colonialismo, da Pós-colonialidade e da República Francesa, buscando demonstrar como tais construtos influenciaram no desenho histórico daquele lugar e como eles explicam a relação entre a França metropolitana (ou hexagonal) e a Coletividade Territorial da Guiana Francesa.

2.3.1 Colonialismo

No Dicionário de Política, Bobbio; Matteucci, Pasquino (1998, p. 181) definem colonialismo como

doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias, e a submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, Colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio.

O colonialismo ficou mais evidenciado quando associado ao período da História mundial no qual potências europeias como Portugal, Espanha, França, Grã-Bretanha e Holanda ocuparam terras fora do território europeu, levando para estes lugares suas culturas, línguas e integrantes de sua população subjugando os povos já existentes ao poder da sua administração. Frequentemente, o termo colonialismo remete mais comumente ao século XVI, no entanto, enquanto prática já existia desde antes de Cristo com povos como os Fenícios (FERRO, 2017).

Dentre as principais motivações para a colonização estavam o fortalecimento da monarquia – regime político vigente à época, a ideia de cristianização dos ameríndios e igualmente a competição política entre as potências da época (CAVLAK, 2017). O colonialismo europeu atravessou os séculos, deixando a marca da violência e da desigualdade (étnica, social e econômica) em muitos dos territórios invadidos em diversos continentes, principalmente nas Américas, África e Ásia.

No século XIX, o colonialismo passa a funcionar em função da expansão do capitalismo, de modo que o “sistema de dominação política e econômica acompanha as nações industrializadas” para além de seus territórios (FERRO, 2017, p. 56). Majumdar (2007) sustenta que

“A exportação de mão-de-obra para novos territórios coloniais, mais notavelmente através do transporte forçado de Africanos escravizados e também de trabalho forçado e ou condenação da própria Europa e de partes da Ásia, possibilitou o estabelecimento de economias de *plantation*, nas quais o modo de produção capitalista encontrou seu modo de expressão mais brutal. A subsequente exportação do capital ao exterior, carregou consigo a exportação do capitalismo como sistema econômico (MAJUMDAR, 2007, p. xii)”. Tradução nossa.

Para a autora, através das trocas comerciais e armazenamento de riquezas por aquisição e/ou controle político da terra e de territórios previamente ocupados ou

não por populações autóctones, o colonialismo serviu de base para a industrialização das próprias potências europeias, as quais ocasionaram enriquecimento e progresso tecnológico, e expandiram o capitalismo e seus valores. A autora frisa ainda que a expansão ocorreu em diferentes estágios de desenvolvimento ao longo dos territórios onde foi sendo implantado.

Os dois autores concordam que o período colonial como um todo deu a tônica às dinâmicas sociais e políticas nos territórios colonizados. Pode-se afirmar que o sistema colonial estruturou as relações entre metrópole e colônia em um plano macro, organizando a sociedade nesta mesma lógica. Assim sendo, a desigualdade entre potência exploradora e lugar explorado se repetia nas relações entre colonizadores e colonos ou povos escravizados, influenciando inclusive na formação do pensamento. Opera-se então o conceito de colonialidade, que é a herança do colonialismo, percebida através de comportamentos e pensamento vigentes à época colonial e que ainda estruturam a vida política, econômica e social nos dias atuais.

A era colonial chegou formalmente ao fim com o fim da Segunda Guerra Mundial e a nova reconfiguração do sistema internacional em uma ordem bipolar, liderada por Estados Unidos e União Soviética. No entanto, os reflexos deste período ainda são perceptíveis em muitos dos Estados que vivenciaram a exploração colonial, mesmo após a independência, sendo lembrados principalmente em situações de conflito político ou societal como evidenciaremos neste trabalho.

2.3.2 Pós-colonialismo e Pós-colonialidade

Stuart Hall é um dos principais expoentes do pensamento pós-colonial, o autor jamaicano, cuja formação se deu no Reino Unido, foi influenciado pelas ideias de Marx, Gramsci, Bakhtin, Althusser e Williams. Hall é um dos representantes da primeira geração de intelectuais negros anticolonialistas e considerado então como o pai dos estudos culturais (HALL, 2003, p. 9). O autor destaca a ambiguidade em relação ao termo pós-colonial, afirmando que o vocábulo “funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante”.

O termo pós-colonialismo carrega consigo ambiguidade se interpretado do ponto de vista cronológico, podendo ser compreendido como pós-moderno/ pós-estruturalista por um lado. Por outro lado, é compreendido como a fase histórica contemporânea das relações econômicas e políticas globais. Sob o ponto de vista teórico, associa-se pós-colonialismo à teoria crítica, no campo dos estudos literários e culturais (MAJUMDAR, 2007).

Hall (2003) afirma que o termo pós-colonial apresenta algumas contribuições, sendo uma das principais a palavra chamar atenção para a colonização não como algo externo às sociedades das metrópoles coloniais, mas como algo que era inerente tanto à tais cidades quanto às culturas dos colonizados. Para ele, o termo pós-colonial não indica a superação do colonialismo no sentido do término da colonização, mas sim ir além dos binarismos metrópole-colônia, dentro-fora, aqui e lá. Hall (2003, p. 109) postula que o pós-colonial “relê a ‘colonização, como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural”.

Segundo o autor, o colonialismo está relacionado ao período em que as potências ocuparam territórios e controlavam diretamente as metrópoles invadidas. O pós-colonialismo, por sua vez, refere-se ao período transitório que culminou na independência destas colônias, de modo que o controle colonial direto já não mais existia após a formação dos novos Estados-nação e de novas formas de se relacionar economicamente (HALL, 2003, pp. 109-110). O Pós-colonialismo refere-se, portanto, ao sistema de estruturação e organização social após o fim formal do colonialismo, pondo fim formal à dualidade metrópole *versus* colônia.

Algumas ex-colônias na América do Sul tornaram-se independentes ainda no século XIX, impulsionadas por ideais iluministas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sua onda de descolonização, lançou-se um novo olhar sobre as ex-colônias e também colônias remanescentes, movimentos questionaram valores e questões enfrentadas por aqueles que foram explorados ao longo dos séculos, fortes desejos por independência foram convertidos em movimentos que levaram à independência colônias restantes como Suriname, Guiana, Argélia, Timor Leste.

Nkrumah (1965) postula que o fim do colonialismo europeu não significou o fim do colonialismo per se. Majumdar (2007) afirma ainda que os poderes coloniais

continuaram a desenvolver seu capitalismo imperial, sem ter que necessariamente manter um aparato administrativo ou militar no território explorado. Consoante a isso, Hall (2003, p. 18) afirma que “a história colonialista se recicla no discurso público contemporâneo” pois ainda há o eurocentrismo na cultura, o qual segue vivo nos pressupostos e na mídia, onde são evidentes um elitismo cultural e moralismo.

Neste contexto, insere-se o conceito de Pós-colonialidade, o qual diz respeito à identidade do sujeito. A identidade é formada historicamente. Em uma perspectiva psicológica, a formação de identidade se dá a partir do contato com o outro, ou seja, quando surge o ‘eu’, surge também o outro através de um processo de diferenciação. Destarte, a identidade tem um caráter relacional e se expande na interação com o diferente. Deste modo, compreende-se que a era colonial não terminou, apenas se modificou, mudando sua forma de atuação. Sendo assim, a pós-colonialidade estaria então relacionada ao amadurecimento da consciência política coletiva, uma vez que a conscientização da exploração sofrida se tornara intolerável (DUSSEL, 2007).

Hall (2003, 2006) lançou olhar sobre as nações caribenhas e seus deslocamentos: a diáspora, do qual ele próprio era sujeito. Uma das maiores contribuições do autor diz respeito ao conceito de identidade, principalmente em relação às populações em deslocamento, situação que multiplica e impacta as identidades culturais.

Um dos conceitos centrais na obra de Stuart Hall é o de identidade cultural. Para Hall (2006, p. 7) identidades culturais são “aquelas que surgem do nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais”. A identidade está relacionada à identificação, processo que ocorre na diferenciação, determinando o que alguém é comparado ao que não é, de modo que a diferenciação identifica o sujeito. Hall (2003) afirma que comumente presume-se que a identidade é fixada no nascimento, no entanto, a identidade não é determinada biologicamente e sim um processo histórico, construído no tempo-espaço.

Desta maneira, a identidade tem natureza híbrida e por ser complexa, não é um conceito acabado. Hall (2006) preconiza que mudanças no pensamento e na cultura ocidental - como a Reforma Protestante, o Humanismo Renascentista, as

revoluções científicas e o Iluminismo - contribuíram para a formação de uma nova concepção de sujeito, o que conseqüentemente impacta na mutabilidade das identidades. Sobre as mudanças no sujeito Hall (2006, p. 13) pontua que

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

Assim sendo, identidades antes compreendidas como imutáveis ou fixas, ganham outras características e podem mudar a depender do contexto ou das situações nas quais o sujeito está inserido. Uma vez que o próprio sujeito está descentrado ou deslocado, as identidades também terão esta face mutável, sendo a as contradições uma constante. Hall (2006) afirma que a cultura nacional onde alguém nasce é uma das principais fontes de identidade cultural, não por questões biológicas e sim pelas interações e conflitos desenvolvidos ao longo do tempo-espaço.

A identidade nacional é, portanto, não apenas ligada à questão política, mas à construção de sentidos. Sendo um exemplo de comunidade imaginada, ela se liga ao inconsciente, gerando no sujeito o sentimento de pertencimento e lealdade (HALL, 2003; 2006). Hall (2006) expõe cinco passos que explicam a formação da cultura nacional, evidenciando que as identidades se situam entre passado e futuro. Estes passos auxiliam na compreensão da formação da cultura francesa e seu ideário republicano, permitindo que discutamos a relação da França com seus departamentos e até com as ex-colônias.

Quadro 3 – Como se forma a cultura nacional – 5 passos

Passos	Desdobramento
1. Narrativa da nação	Como os fatos são contados e recontados na História, na Literatura, na Mídia e na Cultura Popular.
2. Ênfase nas origens	Elementos imutáveis que conferirão continuidade;

3. Tradição inventada	Pegar algum elemento e projetá-lo como tradicional;
4. Mito fundacional	Elemento que conta como uma nação começou, permite contranarrativas;
5. Ideia de povo original	Criar unidade entre as populações, geralmente não são elas quem exerce o poder.

Fonte: HALL, 2006, pp. 55-56. Adaptado.

2.3.3 A República Francesa

Quando se pensa na França, facilmente se atribui a ela ideais iluministas de liberdade e progresso científico. No entanto, a França carrega consigo a forte marca da colonização, mesmo após a descolonização de diversos povos na África e em outras partes do mundo.

A ideia de República Francesa una e indivisível foi construída ao longo da história Francesa, não existia desde o princípio. Isto evidencia-se nas palavras de Balibar (1992, p. 57)

O que é a França? ... Sugiro uma resposta para essa pergunta, que sem fazer nenhuma afirmação absurda de ser abrangente ou definitiva, pretende começar a enfrentar o tabu mais poderoso da nossa história. A questão do que é a França está indissoluvelmente ligada à colonização francesa, que é a última de uma longa linha de grandes 'revoluções' sociais, políticas e culturais, que fizeram da nação francesa o que é. Tradução nossa.

Logo, infere-se que impérios, invasões, conquistas e perdas de territórios fazem parte da história que consolidou a França como potência europeia participante da configuração mundial. Ademais, evidencia que o colonialismo é um tabu a ser enfrentado, uma vez que há várias possessões francesas em diferentes partes do mundo evidenciando que a colonização não é um assunto plenamente superado, pois historicamente há greves e mobilizações sociais que relembram e trazem à tona a questão colonial.

A Revolução Francesa ocorrida em 1789 representou o triunfo dos valores republicanos sobre a monarquia absolutista experienciada até então. Martins (2018) afirma que Estado, em sua concepção de moderna, apareceu próximo ao fim do século XVII, na primeira edição do Dicionário da Academia Francesa. O Estado seria

então constituído por cidadãos, território e o poder coercitivo capaz de manter a unicidade.

Majumbar (2007, p. 17) pondera que os princípios universalistas da Primeira República sempre foram um construto ideológico, com limitações práticas reais de aplicação, pois a “noção pura e abstrata da nação como a união dos cidadãos foi logo manchada por considerações particularistas e historicamente contingentes, como a associação com uma língua específica, um território específico, tradições e cultura nacionais específicas”. Isto evidenciou-se nas empreitadas francesas na busca por territórios e consequente expansão de suas fronteiras, consideradas pela autora a primeira fase do colonialismo francês (compreendido entre o início do século XVI e XVIII), semelhante ao praticado por outras potências europeias.

No quadro adiante, pode-se observar as fases da República Francesa, das quais fizeram parte o colonialismo².

Quadro 4 – Fases da República Francesa

Fases da República	Ano
1ª República	1792 a 1804.
2ª República	1848–1852.
3ª República	1870–1940.
4ª República	1946–1958.
5ª República	1958 – Até o presente.

Fonte: MARTINS, 2018. Adaptado

Martins (2018) destaca que a partir da Segunda República adotou-se oficialmente o lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade (*Liberté, Egalité et Fraternité*), tão conhecido como valores franceses. No entanto, o colonialismo demonstrou que estes valores expressavam contradições em sua aplicabilidade, pois a cidadania não se estendia a todos os territórios sob o domínio da República. Logo, havia um abismo social entre cidadãos franceses e colonos. Durante a Segunda República, a França adotou uma política de assimilação e as colônias passaram a ter representação na França, mas o status colonial permaneceu inalterado (MAJUMBAR, 2007). A Terceira e a Quarta República tiveram problemas

² Majumdar (2007) explica que na França, Imperialismo é mais utilizado para se referir aos Impérios Napoleônicos e por isto, o termo colonialismo seria o mais apropriado para se referir ao sistema de dominação colonial. Imperialismo refere-se ao período de expansão capitalista que vigorou junto com o colonialismo. Ferro (2017) chama Imperialismo de neocolonialismo.

como corrupção, autoritarismo e continuação do colonialismo/imperialismo, com algumas mudanças no status colonial de alguns territórios e ênfase no Estado de bem-estar social na França hexagonal.

O colonialismo utilizou processos políticos e ideológicos como associação e assimilação na relação com os territórios colonizados. A associação se dá quando a colônia convive com outras características próprias do lugar, como língua, modos de vida e práticas religiosas. Deste modo, a metrópole se associa ao que já existe, a metrópole governa de maneira mais indireta. Assim, a diversidade cultural faz parte das relações, ainda que houvesse conflitos, grupos étnicos tinham mais autonomia.

A política de assimilação por sua vez implicava em maior controle administrativo pela metrópole e acreditava-se que os povos colonizados deveriam obrigatoriamente aprender o idioma e os valores do colonizador para alcançarem algum progresso, criando assim a noção de pertencimento, a educação tinha um papel significativo na implementação da assimilação pois articulava o projeto colonial. Com o fim da escravidão em 1848, a população afrodescendente, que havia sido escravizada, ganhou direito à cidadania francesa, bem como direito ao voto (CAVLAK, 2017). Menke et al (2016) destacam que a escolha por um ou outro viés contribuiu na construção de diferentes ideologias nacionais e formas de sociedade culturalmente diferentes. Tendo a França optado pelo gerenciamento direto durante sua empreitada colonial.

A Quinta República é a fase atual da República Francesa. Iniciada a partir das discussões sobre a nova constituição que seria elaborada durante o exercício do General Charles De Gaulle em 1946, vigorando efetivamente em 1958. Dentre as principais características estão os seguintes princípios: voto universal, separação entre o poder executivo e o poder legislativo, responsabilidade do governo para com o parlamento, independência do poder judiciário e deixar aberta a possibilidade de organização das relações entre a República e os povos associados. A proposta da nova constituição que regeria a França adotaria o governo parlamentarista, onde o presidente é o chefe de Estado, possuindo mais poder para algumas decisões, conferindo mais estabilidade política e equilíbrio entre os três poderes (PICKLES, 1959).

Segundo Pickles (1959, p. 17), a Quinta República propiciou pela primeira vez mudanças nunca ocorridas, as quais alterariam o status das possessões francesas. Os territórios foram classificados em três categorias:

1. departamentos de além-mar, os quais tornavam-se semelhantes aos da França metropolitana;
2. territórios de além-mar, ou ex-colônias, agora dispendo de um grau considerável de autogerenciamento;
3. estados membros da comunidade, um novo status, próximo ao autogoverno, pelo qual os territórios de além-mar poderiam optar dentro de seis meses depois do referendo.

Hoje, a França utiliza as nomenclaturas Departamentos ultramarinos/ regiões ultramarinas/ coletividades de além-mar (DROM-COM) e Departamentos ultramarinos/ territórios ultramarinos (DOM-TOM). Os departamentos e territórios ultramarinos franceses estão espalhados em diversas partes do globo, a saber na América do Sul, Oceania, no oceano Índico e na Antártica e estão sujeitos a regimes jurídicos e administrativos específicos. Os DROM-TOM são os seguintes: Guadalupe, Martinica, Guiana (Francesa), Reunião, Mayotte, São Pedro e Miquelão, Saint-Barthélemy, Saint-Martin, Wallis-et-Futuna, Polinésia Francesa, Nova Caledônia, Terras austrais e antárticas francesas e Clipperton (território especial).

No que concerne à França, ideais, cultura e língua são algumas das maiores evidências do impacto do colonialismo nas suas ex-colônias e nos atuais departamentos de ultramar. Hall (2006, pp. 49-50) advoga que

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.”

A política de assimilação executada pela França foi bastante incisiva durante a colonização, desde então a língua francesa é utilizada nas escolas e demais ambientes formais nos territórios e em países que são independentes. Hall (2006) diz que a cultura nacional é um discurso, um modo de construir um sentido. Sendo assim, a francofonia, celebração do idioma francês usado tanto em territórios pertencentes à República Francesa atualmente quanto em antigas colônias. Este

novo arranjo de várias nações falantes de francês cria uma identidade, um novo modo de lidar com o período pós-colonial.

Um conceito que nos ajuda a explicar a relação da França com seus ex-territórios e mais evidentes nos territórios remanescentes é o de colonialidade do poder. A colonialidade do poder se refere à ideia de que mesmo após o fim do colonialismo, a composição política e institucional da era colonial permanece nos países que se tornaram formalmente independentes, perpetuando o elitismo político e os vícios hierárquicos (CACIATORI; FAGUNDES, 2018, p. 88). Os autores sustentam que

em que pese o colonialismo, existindo enquanto sistema explícito, formal e direto de dominação tenha deixado de existir, os territórios da América Latina e do Caribe, especialmente, ainda vivenciam e são palco de visíveis desdobramentos da colonialidade e também de vestígios do colonialismo (CACIATORI; FAGUNDES, 2018, p. 95)

No caso da Guiana Francesa, o nexu colonial não deixou de existir, uma vez que ela ainda é território francês e integrante da república francesa. Os autores postulam que a lógica *centro-periferia*, de Wallerstein, situa a América do Sul na periferia do sistema capitalista mundial, estabelecendo novos processos históricos que propiciam um novo padrão de poder, dentre eles a ideia de raça. Deste modo, surgem as novas identidades como indígenas, negros, europeus/brancos e mestiços. Para Caciatori e Fagundes (2018, p. 96) tais identidades são reducionistas e serviram para legitimar a dominação exercida na conquista do continente americano. A Guiana Francesa, é francesa e europeia, mas está inscrita na América do Sul e sofre de problemas comuns aos vizinhos no continente sul-americano. Entraremos nas especificidades da Guiana Francesa na seção seguinte.

3 ENTRE DOIS MUNDOS: PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO DA GUIANA FRANCESA

Neste capítulo, discutiremos sobre a formação da Guiana Francesa, desde sua colonização até o status atual de Coletividade Territorial. Situar a Guiana Francesa dentro da Região das Guianas é pertinente, assim como compreender as particularidades deste local. Desse modo, descrevemos a Guiana Francesa, abordando seu processo de colonização, passando pela departamentalização, importância da base espacial, bem como a relação entre migração e a composição da população.

Mapa 2 – Mapa da Guiana Francesa



Fonte: <https://www.populationdata.net/pays/guyane/>

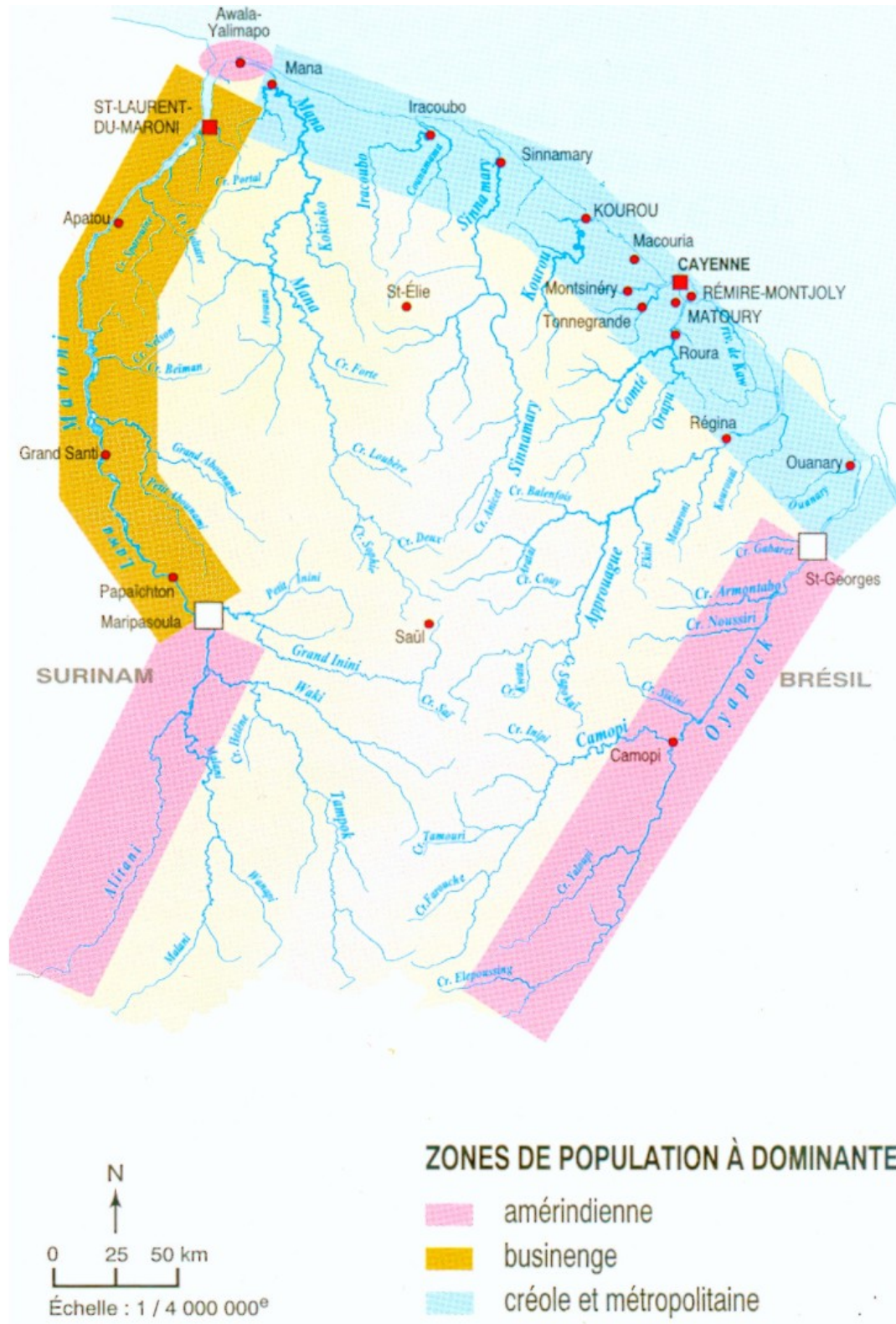
A Coletividade Territorial da Guiana Francesa fica na América do Sul, divide 730 quilômetros de fronteiras com o Brasil (pelo estado do Amapá) – sendo esta a maior fronteira da França – e 500 quilômetros com o Suriname. É composta por vinte e duas comunas (semelhante ao que compreende-se como município no Brasil): *Mana, Saint-Laurent-du-Maroni, Maripasoula, Saül, Grand-Santi, Apatou, Awala-Yalimapo, Papaïchton, Iracoubo, Kourou, Sinnamary, Saint-Élie, Cayenne, Macouria, Matoury, Remire-Montjoly, Roura, Montsinéry-Tonnegrande, Régina, Saint-Georges, Ouanary, Camopi.*

Em 2015, entrou em vigor um novo status administrativo na Guiana Francesa: o de coletividade territorial. Na prática, este novo status funde as concepções de departamento e região, propiciando mais autonomia nas decisões tomadas acerca da gestão do território guianense, como infraestrutura, saúde e inovação, educação, cultura, transporte, desenvolvimento econômico e sustentável. A Coletividade Territorial da Guiana Francesa é administrada por um presidente e por uma assembleia, composta de 51 conselheiros territoriais (membros eleitos e com mandato de 6 anos).³

As comunas constituem-se de maneiras diferentes ao longo do território. A região de Caiena, por exemplo, é a que possui maior concentração populacional. O interior é menos povoado e com menos infraestrutura para deslocamento terrestre, energia e serviços de qualidade. A depender da comuna, pode haver presença mais significativa de um dado grupo étnico. Um exemplo disso é *Camopi*, onde a maioria da população é de origem ameríndia, enquanto em *Maripasoula*, os *Bushinenges* são mais presentes. Os serviços são mais concentrados ao longo do litoral, de modo que as comunas do interior têm infraestrutura de transporte, de comunicação e de telecomunicação mais precárias; além do desemprego também ser mais frequente dependendo do grupo étnico a qual alguém pertence.

³ <https://www.yana-j.fr/dispositif/la-collectivite-territoriale-de-guyane-ctg/>

Mapa 3 – Distribuição da população por etnia



Fonte: THURMES, 2006, p. 11.

A Guiana Francesa é o menor território do continente sul-americano e única unidade política não independente (DUARTE, 2016, p. 2). Ela é rica em biodiversidade, minério e água, além de ter um rico processo de formação histórica, social e cultural. As grandes decisões político-administrativas e jurídicas da coletividade são tomadas em Paris, isto é, na França metropolitana, pois ela integra a república francesa (França e seus territórios), a qual é una e indivisível como ressalta Hervé Théry (2015). Tais aspectos propiciam um contexto peculiar para o lugar, uma vez que é uma parte da Europa dentro do continente sul-americano, com uma situação econômica e social diferente de seus vizinhos, fator atraente para migrantes oriundos de várias partes do mundo, principalmente brasileiros, surinameses e haitianos. O fluxo migratório contribuiu significativamente para a diversidade étnica da população, sendo algumas vezes fonte de conflito (CAVLAK, 2017) como discutiremos em outro momento.

Inicialmente ignorada por colonizadores portugueses e espanhóis, as primeiras tentativas de ocupação da Guiana Francesa se deram no início do século XVII, por expedições privadas dos holandeses. Durante as guerras europeias, holandeses e franceses se aliaram a fim de derrotar a Inglaterra, os franceses então ocuparam a Guiana Francesa, tornando-a uma de suas colônias. A região não era fortemente povoada, havendo apenas populações ameríndias. Portanto, para povoar o lugar e posteriormente explorar os recursos, foram levados africanos escravizados – em menor escala comparado a outros países –, contratação de *Bushinenges* do Suriname e importação de europeus. O plano de colonização foi falho, ocasionando milhares de mortes por doenças e má nutrição nas expedições de povoamento.

Mapa 4 – Mapa da Guiana Francesa e Ilha de Caiena.



Fonte: Por Bellin Jacques Nicolas, 1703-1722. Disponível em: <https://davidrumsey.georeferencer.com/maps/eff1c600-f414-5835-a58b-9961b3e78be5/view>.

Outra estratégia de povoamento adotada foi a instalação de uma colônia penal, onde condenados da França metropolitana ficariam presos. Este período foi marcado por grande violência e terror, uma vez que à Guiana Francesa se associava a ideia de morte, tendo ficado conhecida como “guilhotina seca” (CAVLAK, 2017, p. 16) e “também inferno verde”, pois grande parte dos detentos morria devido às condições insalubres do local e impossibilidade de fuga com vida. Depois de um tempo, adotou-se como estratégia de povoamento a permanência de condenados por um período determinado podendo retornar à França após cumprimento da sentença, outros eram banidos de retornar à metrópole, permanecendo na colônia como penitência. Este antecedente histórico marcou profundamente a história da Guiana Francesa, trazendo o estigma de lugar indesejado ou de condenação. O sistema de colônia penal vigorou entre 1852 até 1938, tendo sido efetivamente extinto em 1946.

3. 1 Departamentalização

O ano de 1946 foi de grande importância para a história da Guiana Francesa, pois foi quando, após mais de duzentos anos de exploração metropolitana, ganhou novo status administrativo tornando-se a partir de então *departamento de ultramar* francês junto com Guadalupe, Martinica e Reunião. Deste modo, os departamentos passaram a integrar a república francesa, obtendo assim – ao menos teoricamente – os mesmos direitos que a metrópole, ao mesmo tempo em que a possibilidade de autonomia era descartada (GRANGER, 2017; DUARTE, 2016). Neste período, houve também incentivo para que funcionários públicos franceses metropolitanos fossem residir na Guiana Francesa, tendo um acréscimo de em torno de 40% em seus salários.

O processo de departamentalização também proporcionou algumas mudanças e relativo desenvolvimento socioeconômico e infraestrutura, uma vez que, como parte integrante da França, a Guiana Francesa também tornou-se parte da União Europeia (UE), sendo reconhecida como Região Ultraperiférica (RUP), caracterizada por ser afastada do continente europeu, insular e ter superfície reduzida (este última não se aplica à Guiana Francesa), além de terem relevo e clima adversos e dependência econômica com número reduzido de produtos⁴.

Na Europa há uma política de coesão⁵ que busca reduzir desigualdades econômicas e sociais, para isso há fundos e investimentos que fomentam a implantação de atividades altamente tecnológicas. Neste contexto, se insere a construção do Centro Espacial da Guiana (*Centre Spatial Guyanais – CSG*, em francês) na década de 1960. Localizado na cidade de Kourou, à 60 quilômetros da capital Caiena, consiste no porto espacial europeu onde funciona uma base de lançamento de foguetes da Agência Espacial Europeia, bem como de satélites de outros países.

⁴ https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/outermost_regions.html?locale=pt

⁵ https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/economic_social_cohesion.html

Figura 4 – Instalações do CSG na cidade de Kourou



Fonte: <http://www.cnes-csg.fr/web/CNES-CSG-fr/9780-les-differentes-installations-du-passe.php>

A independência da Argélia obrigou a França a buscar um novo lugar para executar seus planos futuros. Assim, a Guiana Francesa foi escolhida para receber a base espacial. Dentre as vantagens que motivaram a escolha estão: a abertura para o Oceano Atlântico favorecendo missões espaciais, proximidade do Equador (a qual impacta na questão da latitude), baixa densidade demográfica, ser área protegida de ciclones e terremotos, etc.⁶

Além das razões acima, pode-se afirmar que a construção do CSG foi uma estratégia que, ao mesmo tempo, estimulava a ocupação do território e a migração de trabalhadores brasileiros para o serviço de construção civil, enquanto a mão-de-obra europeia trabalharia nas atividades de desenvolvimento tecnológico e especializadas. Tais medidas podem ser compreendidas como uma política pública

⁶ <http://www.cnes-csg.fr/web/CNES-CSG-fr/9777-implantation.php>

da época, a qual fez com que a Guiana Francesa ganhasse importância e investimentos e diversificação de atividades com alta tecnologia.

Assim sendo, o centro espacial tem um papel geopolítico significativo, pois como base de lançamento de foguetes e satélites, desempenha importância na área de telecomunicações e defesa para a Europa como um todo, para a França e mesmo para outros países como o Brasil, que já utilizou a base para lançamento de satélites. O setor espacial representa a principal atividade econômica da Guiana Francesa, gerando cerca de nove mil empregos diretos e indiretos, equivalente a 12% da população ativa (INSEE, 2016, p. 22) e representando 15% do Produto Interno Bruto da coletividade. Além das atividades espaciais, o CSG também é a principal atração turística da coletividade, sua criação promoveu uma relação mais forte da Guiana Francesa com a metrópole.

Figura 5 – Área de lançamento nº 3. Lançamento do foguete Ariane 5. Ano 2019.



Fonte:

<https://www.facebook.com/CSGCentreSpatialGuyanais/photos/a.2661843747187290/2738765732828424/?type=3&theater>

3. 2 População

Os avanços proporcionados pela departamentalização e construção do centro espacial, atraíram migrantes de vários lugares, pois a Guiana Francesa passou a apresentar uma situação socioeconômica mais estável e, de certo modo, melhor que a do seu entorno geográfico, com uma moeda mais valorizada (inicialmente o Franco francês e a partir de 2002 o Euro) e uma política de assistência do Estado francês. Durante a construção do CSG houve incentivo para a migração de brasileiros para trabalharem no local com mão-de-obra para atuar tanto na construção civil quanto nos garimpos. Neste período a população cresceu significativamente. Outros grupos de migrantes que se destacaram são os surinameses e haitianos.

De 1961 aos dias de hoje, a população se multiplicou em 7,5 vezes passando dos 33 505 habitantes para os mais de 250 mil atuais (INSEE, 2017, p. 7). A Guiana Francesa tem uma das maiores taxas de natalidades da Europa, com uma média de 3,5 por mulher em 2010. No ano 2000, a taxa era de 4 filhos por mulher contra 1,98 na França hexagonal (THÉRY, 2017, p. 56). A taxa de natalidade impacta diretamente na oferta de serviços públicos, principalmente na saúde e na educação, uma vez que a oferta do ensino deve acolher todas as crianças em idade de escolarização. Na prática, a população percebe que a quantidade de escolas é insuficiente ou sem a estrutura adequada para atender as demandas.

Nos anos 1970, movimentos independentistas em colônias remanescentes influenciaram movimentos de independência na Guiana Francesa, os quais não se concretizaram mas influenciaram na construção de uma identidade guianense que reconhecesse as raízes africanas e dos outros povos que compunham aquele território e as nuances étnicas presentes, isto se deu através da valorização das diferentes culturas: música e língua *créole*, *bushinenges* e suas fugas e modos de viver além da herança dos povos indígenas daquela parte da América (CAVLAK, 2017).

No início do século XX, sob ideais Iluministas e versando sobre assimilação, saudavam-se os povos dos territórios fora da França metropolitana, como pode-se observar abaixo:

assimilação cada vez mais próxima da pátria mãe, assimilação que não será mais negada a você ... Você possui as mesmas liberdades da França; talvez pense que elas não são suficientemente completas; acredito que, no momento, elas são suficientes para preparar o resto e em breve receberão o complemento necessário. A assimilação que você exigiu, você já obteve a maior parte do que pediu; mais um esforço, mais um voto, mais uma representação, e tenho certeza de que não haverá mais disparidades entre a França de ultramar e a França hexagonal: haverá apenas uma França, a verdadeira, a única França e haverá apenas uma bandeira, a qual saúdo, senhores, a bandeira nacional (GAMBETTA, 1910, p. 168). Tradução nossa.

Apesar do discurso igualar as populações dos territórios de além-mar, a igualdade não ocorreu de maneira universal. Apenas a população créole foi contemplada como cidadão, acessando direitos políticos e civis, tornando-se cidadãos. Até o censo de 1961, *bushinenges* e ameríndios eram classificados administrativamente como povos primitivos e não tinham acesso à cidadania francesa, evidenciando a histórica exclusão política e social na Guiana Francesa.

A população da Guiana Francesa é de mais de 260 mil habitantes (mais precisamente 262 527 segundo dados do INSEE, 2016). Na verdade, estes são os números oficiais da população documentada ou com algum tipo de registro, no entanto, há muitos habitantes oriundos de outros países que, por viverem indocumentados, ficam de fora da contagem oficial. A composição étnica da população está diretamente ligada à questão migratória, a qual é também fonte de conflitos de natureza societal e política. No quadro abaixo é possível observar alguns dos grupos que compõem a Guiana Francesa.

Quadro 5 – Composição étnica da população na Guiana Francesa

Grupo	Porcentagem aproximada
<i>Créoles</i>	40%
Migrantes	37%
Franceses metropolitanos	12%
<i>Bushinenges</i>	6%
Ameríndios	5%

Fonte: GRANGER, 2018, p. 58; DUARTE, 2016, p. 4.

A Guiana Francesa possui um mosaico étnico variado uma vez que é composta de grupos sociais e étnicos distintos, as diferenças são percebidas e sentidas pelos grupos, pois interesses podem entrar em choque e gerar conflitos,

impactando a vida dos indivíduos de diferentes grupos. Os brasileiros e surinameses, por exemplo, ocupam posições sociais inferiores, empregos informais ou de menor remuneração. De toda forma, a elite política da Guiana Francesa é composta principalmente pelos *créoles*, os quais sentem-se ameaçados, temendo que a migração faça com que os migrantes os superem enquanto maior grupo populacional. Dividimos a população em dois grandes grupos: primeiros habitantes e migrantes, exporemos cada um deles e suas principais características.

a) **Ameríndios**

Os Ameríndios são os habitantes originários da Guiana Francesa, bem como de outros territórios na América do Sul. Divididos em seis etnias: *Wayapi*, *Teko* – antigos *Emérillons*, *Wayana*, *Kali'na* – antigos *Galibis*, *Arawak* e *Palikour* (FILOCHES, 2011), tais grupos não têm territórios reconhecidos como seus e não são identificados como indígenas, mas apenas franceses. O Estado francês é centralista, de modo que a única identidade admitida é a identidade nacional francesa. A etnicidade não é considerada sob a alegação de igualdade entre os cidadãos. Deste modo, as especificidades dos ameríndios e de outros grupos acabam sendo negligenciadas e apagadas pelo Estado francês. Até a década de 1960, eram identificados como povos primitivos, juntamente com os bushinenges. Estes dois sentem-se “os esquecidos da república” dada a exclusão que sofrem.

b) **Créoles da Guiana Francesa**

Segundo Isabelle Hidair (2008) o termo *créole* remete a populações mestiças. Para a autora, os *créoles* da Guiana Francesa diferem de outros lugares porque adotaram o modelo cultural ocidental, enquanto outras populações *créoles* buscavam seguir outros modelos que remetem às suas origens anteriores à colonização europeia, como os *créoles* haitianos ou *Béké* das Antilhas francesas.

A população *créole* da GF é composta de afrodescendentes, é a maioria numérica e elite política, administrativa e cultural local. A relação dos *créoles* com os outros grupos se constituiu a partir da colonização branca francesa. Deste modo, os *créoles* herdaram as normas metropolitanas que classificavam os povos em civilizados e primitivos, nas quais os primitivos estavam associados aos países em

desenvolvimento e os civilizados aos países desenvolvidos (HIDAIR, 2008). Assim, muitas vezes outros grupos são estigmatizados.

As relações dos *créoles* com outros grupos nem sempre é harmônica. Há tensões principalmente com populações de migrantes, especialmente negros, sejam eles vindos de países em desenvolvimento ou mesmo franceses negros. Os *créoles* temem que a população migrante os supere. Hidair (2008, p. 3) afirma

A proporção de crioulos da Guiana segue diminuindo, mas essa diminuição é mascarada pelo fato deles formarem a maioria das elites políticas locais. Há um desejo de conservar as políticas, administrativas e as atividades culturais dos crioulos da Guiana. Para entender essa estratégia, toda a análise deve ser dada no contexto do acentuado declínio demográfico do grupo.

A migração é um dos aspectos centrais na composição populacional da GF, a taxa de natalidade entre famílias brasileiras e bushinenges, por exemplo, é maior que a de famílias *créoles* ou metropolitanas. A autora afirma que a migração é tolerada sob a condição de manutenção do poder político por parte dos *créoles*. Muitos dos membros deste grupo, são empregados no setor público. Para Hidar (2008), o jogo de identidades realizado pela população *créole* da GF demarca o seu lugar ao mesmo tempo valoriza outros grupos, como os ameríndios e bushinenges, a fim de preservar o poder político e sobreviver ao racismo ao qual todas as populações não-brancas estão sujeitas.

Souza (2010, p. 15) preconiza que “a identidade *créole* na Guiana Francesa é constituída nos interstícios entre o universalismo francês, os elementos da criouldade caribenha, a força poética e política da negritude (raízes africanas), a influência da cultura dos imigrantes e a busca pela (re) valorização dos costumes autóctones”. Assim sendo, a identidade *créole* é híbrida, fruto das raízes africana, francesa, sul americana etc, manter essa identidade se faz presente no jogo político local (MAM LAM FOUCK, 2002; HALL, 2003, 2006).

3.2. 1 Migrantes

Os migrantes representam uma percentagem significativa da população da Guiana Francesa. A migração contribuiu no aumento populacional mais expressivo ocorrido após o processo de departamentalização. Estima-se que o grupo composto

por migrantes representa cerca de 37% da população da GF (DUARTE, 2015; JOSEPH, 2015; GRANGER, 2018), o número não é preciso porque nem todos são documentados e o recenseamento populacional realizado na Guiana Francesa não aborda a etnicidade. Há pessoas vindas de várias partes do planeta, desde os vizinhos mais próximos, como Brasil e Suriname, até asiáticos e caribenhos. A migração é, portanto, um aspecto notório neste território e que influencia as dinâmicas sociais, políticas, linguísticas e culturais da coletividade, palco dessas interações que são muitas vezes conflituosas.

O quadro 5 mostra que o percentual de migrantes é muito próximo da quantidade de *créoles*, constituindo o segundo maior grupo populacional da GF. O crescimento do número de migrantes estrangeiros é muitas vezes visto como ameaça à tal identidade do ponto de vista cultural, pois pode contribuir para modificar hábitos e costumes tidos como representantes da maioria e característicos do lugar. Além da questão cultural, há medo também de que a quantidade de migrantes supere o maior grupo da coletividade, o que poderia provocar mudanças nos arranjos políticos locais.

Dentre as principais razões para a migração está a busca por trabalho e expectativa de melhoria nas condições de vida, sustentar familiares no país de origem entre outros. As nacionalidades com maior número de migrantes são de haitianos, surinameses e brasileiros, respectivamente (JOSEPH, 2015, p. 196), como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 6 – Grupos de migrantes

Nacionalidades	Percentual (%)
Haitianos	30,4
Surinameses	25,4
Brasileiros	23,2
Outros	21

Fonte: JOSEPH, 2015, p. 196. Adaptado.

Dentre as principais atividades exercidas pelos três maiores grupos de migrantes na Guiana Francesa estão a indústria, construção civil, agricultura e serviços. A migração pode ocorrer de maneira documentada (isto é, com aval do

Estado) ou indocumentada. A Guiana Francesa tem forças policiais diversas, como a Polícia de Fronteira, a Polícia Nacional, a *Gendarmerie* e a Legião Estrangeira), o controle de acesso ao seu território é rígido, há exigência de visto e de seguro de viagem para quem almeja adentrar de maneira documentada. As oportunidades podem ser mais difíceis a depender da condição de entrada.

Na migração indocumentada, a qual é frequentemente securitizada, os migrantes indocumentados podem se enquadrar em duas categorias: *sans-papiers* e clandestinos. Os *sans-papiers* são geralmente pessoas que migraram até a década de 1960 e por já terem se estabelecido previamente, com vínculos afetivos e familiares antecedentes, eles podem permanecer no território sem risco de expulsão. Os chamados de clandestinos são pessoas que ingressaram no território sem registro e que não têm vínculo prévio no território, logo, não possuem permissão para ficar em solo guianense, podendo ser expulso a qualquer momento. Reside na questão da clandestinidade um dos estigmas que este grupo recebe, visto que eles são frequentemente relacionados a crimes ocorridos no território, tornando a migração uma questão de segurança (MARTINS; RODRIGUES, 2012).

Outra consequência que atinge o migrante classificado como clandestino é que sua mão-de-obra é mais barata, chegando a receber metade do que é pago para um migrante legalizado ou trabalhador comum, sem contar o risco de se trabalhar e não receber pelo serviço realizado (HIDAIR, 2008). Muitos destes migrantes trabalham na informalidade e sua moradia é precária, tornando-os marginalizados socialmente.

Para compreender um pouco sobre as representações e características deste grupo, discorreremos um pouco sobre os migrantes de nacionalidade haitiana, surinamesa e brasileira. Discutiremos também sobre os franceses metropolitanos, pois há características neste grupo que impactam a relação e representação dos outros.

c) Haitianos

Os haitianos são o maior grupo de migrantes da Guiana Francesa. Dois momentos principais marcam a entrada deste grupo na Guiana Francesa: a década

de 1960 com a construção do CSG, na qual haitianos foram trabalhar e 2010 após um terremoto no Haiti (JOSEPH, 2015).

Granger (2017, p. 53) afirma que a entrada dos haitianos se dava principalmente pelo Suriname, o qual exigia inicialmente apenas visto de turismo. Em 2002, o Haiti entrou no CARICOM, facilitando a entrada pelo Suriname, também membro da comunidade do Caribe, pois o visto deixou de ser exigido. Após o terremoto de 2010 e a missão Brasileira no Haiti, muitos haitianos migraram para o Brasil, chegando pelo estado do Amazonas e se dirigindo para estados do centro-sul. A partir daí, intensificou-se outro fluxo para a Guiana Francesa partindo do Brasil.

Por questão humanitária, o processo de pedido de asilo foi facilitado após o terremoto de 2010, no entanto, após algum tempo houve o endurecimento das medidas. A França exerceu pressão sobre o Suriname para que fortalecesse o controle da entrada deste grupo. Ademais, a aceitação de pedidos de asilo se tornou mais escassa. O furacão Matthew, que atingiu o Caribe e devastou o Haiti, e a crise político-econômica brasileira impactaram no aumento da migração haitiana para a GF, onde já havia uma rede familiar estabelecida anteriormente em bairros periféricos de Caiena e que serviram de apoio aos novos migrantes (GRANGER, 2017).

Baldwin (2010) postula que os haitianos são geralmente menos escolarizados do que outros grupos de migrantes. Não obstante, Joseph (2015) aponta que houve uma mudança geracional no que tange a escolarização, as gerações mais novas chegam com educação formal mais consolidada, com ensino médio completo ou incompleto e alguns já cursavam o nível superior anterior à chegada. As gerações mais antigas geralmente trabalhavam com agricultura, enquanto as mais novas voltam-se para atividades mais relacionadas à vida urbana.

Sobre a comunidade haitiana e suas estratégias em conjunto, Joseph (2015) pontua que

Há uma tríplice dimensão: a primeira mostra que a criação das associações dos haitianos revela a consciência organizacional deles diante dos problemas enfrentados na Guiana; a segunda, a relação constitutiva deles com instituições religiosas e políticas; a terceira sugere o engajamento deles

e das associações na vida social e política do Haiti mesmo estando *aletranje* (JOSEPH, 2015, p. 250).

O autor expõe que os haitianos estabelecem redes de apoio que visam a sua formação profissional, além de participação política e social, através de associações e rádios voltadas para questões de sua comunidade na GF. Através das rádios eles podem também estabelecer vínculos culturais, sua origem francófona acaba sendo um fator de aproximação com o território guianense. De acordo com Joseph (2015, p. 249) um dos centros de formação desenhado pelos haitianos oferecia cursos para homens e mulheres, não apenas haitianos, mas também brasileiros, surinameses e guianenses. Ademais, oferecia formação infanto-juvenil para os filhos de migrantes que desejavam acessar o sistema escolar na GF.

d) Surinameses

Os *Bushinenges* (ou *Noir marrons*, chamados de *Maroons* no Suriname) são descendentes de africanos que foram escravizados e levados inicialmente ao Suriname pela colonização holandesa. Como forma de resistência à escravidão e à exploração, estes grupos fugiram para as florestas no interior do Suriname, resgatando o modo de vida tribal africano. As principais etnias *bushinenges* são os *Boni*, os *Aluku*, os *Diuka* e os *Saramaka* (BERIET, 2017, p. 166).

Na Guiana Francesa, a concentração de *Bushinenges* ocorre principalmente à oeste, ao longo do rio Maroni, na fronteira com o Suriname, ou seja, a ocupação do território segue a lógica do grupo de origem (HIDAIR, 2008; MENKE ET AL, 2016). O movimento migratório para a Guiana Francesa teve diferentes picos, no século XVIII era acentuada pela atividade aurífera e expansão das relações comerciais coloniais da época. Os *bushinenges* também foram ativos na construção do CSG no século XX.

Entre 1986 e 1992, o Suriname vivenciou uma guerra civil que atingia principalmente o interior do país, durante este período houve fuga em massa para a Guiana Francesa, com quantidade expressiva de *bushinenges*. Em razão disso, a França criou o 'Estatuto especial para populações deslocadas provisoriamente do Suriname' para acolher provisoriamente esta população. Passado o conflito

surinamês, o governo francês, os bushinenges eram incentivados a voltar para seu país, no entanto, muitos já haviam estabelecido suas famílias e vida e preferiam ficar na GF (BERIET, 2017).

Como já exposto anteriormente, há intensa mobilidade de pessoas e mercadorias na fronteira entre Suriname e Guiana Francesa mediadas pelo rio Maroni. Beriet (2017, p. 172) afirma que o rio constitui um elemento central da economia de populações e representa muito mais um centro nervoso criando e modelando relações sociais e comerciais entre comunidades, as quais muitas vezes transformam as regras e entraves jurídicos-administrativos para seguirem existindo.

Sobre a mobilidade questão Menke et al (2016, p. 81) afirmam que

a mobilidade e o impacto dos migrantes surinameses, dos quais a maioria é de origem *Maroon*⁷, está intervindo nas esferas econômicas, culturais e sociais em várias cidades, distritos e comunidades da sociedade franco-guianense. Isto é mais evidente na e ao redor de Saint-Laurent-du-Maroni [...]. Juntas e por meio da interação intensa e vívida, essas cidades fronteiriças estão se expandindo para uma nova zona urbana, localizada na região costeira do Maroni [...]. Durante o dia e até a noite, há uma mobilidade frequente e intensa de pessoas e mercadorias do outro lado do rio.

A citação evidencia a quantidade de migrantes de origem *Bushinenge* e o impacto que este grupo imprime na composição populacional e dinâmicas socioeconômicas da Guiana Francesa. Um dos pontos centrais é a alta natalidade neste grupo se comparada a outros que também vivem lá. Historicamente, a população *Bushinenge* foi marginalizada, tanto no Suriname quanto na GF. Até meados do século XX, juntamente com os ameríndios, eram categorizados como primitivos e não tinham acesso à cidadania e aos direitos civis.

Na coletividade da Guiana Francesa muitos seguem morando em condições insalubres, a exemplo da *Village Saramacca*, conjunto de moradias precárias levantadas em *Kourou* durante a construção do Centro Espacial na década de 1960 e que abriga em sua maioria Bushinenges (BERIET, 2017, p. 171). Este grupo também tem menos acesso à saúde e à educação, como consequência disso, também figura entre os que menos conseguem empregos formais (GUYON, 2017).

⁷*Maroon* é o termo usado no Suriname. Na Guiana Francesa utiliza-se mais comumente os termos *Bushinenge* ou *Noir-marron*.

e) Brasileiros

Os brasileiros são uma população significativa na GF. A migração brasileira para a coletividade se intensificou na década de 1960 com a construção do Centro Espacial, esta migração era inclusive incentivada pelo governo francês, uma vez que a baixa densidade demográfica não oferecia quantitativo suficiente de mão-de-obra. No entanto, antes disso, as atividades de garimpo já eram um atrativo e o contato entre os nacionais brasileiros e franco-guianense sempre existiu. A proximidade geográfica é um fator que fomentou a saída de brasileiros para a GF, a maioria é originária dos estados do Pará, Amapá e Maranhão.

As atividades realizadas por migrantes brasileiros na GF podem variar conforme o gênero. Sendo assim, os homens exercem principalmente a garimpagem e a construção civil. As mulheres, por sua vez, trabalham como faxineiras, cozinheiras, garçonetes, dançarinas ou profissionais do sexo (MARTINS; RODRIGUES, 2012; BALDWIN, 2010).

Os migrantes brasileiros possuem uma representação estigmatizada e um perfil depreciativo mesmo quando em condição legal na coletividade, geralmente eles são uma mão-de-obra não especializada e possuem baixa escolaridade. Dentre os estigmas estão o de que os homens brasileiros são violentos e brigões, enquanto as mulheres são representadas como liberais e sexualizadas (BALDWIN, 2010; HIDAIR, 2008; MARTINS; RODRIGUES, 2012). Esta inferiorização na maneira que os brasileiros são percebidos e tratados naquela sociedade impacta a identidade deste grupo, tornando-os deslocados e socialmente inadaptados. Recorrentemente, os brasileiros se sentem perseguidos e desprestigiados quando se comparam a outros grupos de migrantes, independente se a condição migratória é documentada (MARTINS; RODRIGUES, 2012, p. 343).

Apesar do clima e da geografia semelhantes entre Brasil e Guiana Francesa, os brasileiros encontram dificuldades para se integrar por conta das diferenças de comportamento, cultura e língua. Culturalmente, os brasileiros vêm construindo na GF uma brasilidade ou americanidade/latinidade estendida (BALDWIN, 2010, p 212). Há em Caiena alguns bairros, como *Îlet Malouin* e *Cogneau ou Cabassou*, são

conhecidos por serem residência de brasileiros, fechados na sua própria cultura e sem integração com os guianenses.

Baldwin (2010, p. 221) afirma que há maior integração quando os brasileiros têm emprego fixo ou um cônjuge francês, o que permite que o trânsito entre uma cultura e outra seja mais intenso. A autora pontua que “conhecedores de ambas práticas culturais, aperfeiçoaram-se mais em transitar entre elas do que especificamente situar-se em uma ou em outra. E por isso, constroem uma identidade em errância ou em trânsito, porém, mais alargada, mais experiente, transcultural (BALDWIN, 2010, p. 221)”.

f) Franceses metropolitanos

Na França, é proibido que o recenseamento identifique etnias. Sendo assim, os franceses metropolitanos são aquelas pessoas nascidas na França hexagonal (THURMES, 2006). Thurmes (2006, p. 163) avança que “os dados socioeconômicos mostram uma realidade factual: os metropolitanos são uma classe social separada e têm uma identidade específica” a qual se reflete em questões socioeconômicas, como emprego e renda e acesso a serviços. Na Guiana Francesa, os franceses metropolitanos são o grupo populacional com maior prestígio social, eles habitam áreas urbanas do litoral e detêm os melhores empregos, muitos ligados ao setor espacial, e (BALDWIN, 2010; HIDAIR, 2008; MARTINS; RODRIGUES, 2012).

Dentre as principais razões dos metropolitanos migrarem para a Guiana Francesa estão: a mudança, o trabalho, a família e os amigos que residem na GF, a busca por mais qualidade de vida, vantagens financeiras para quem atua no serviço público francês baseado na coletividade, interesses específicos na Guiana, distanciar-se do lugar de nascimento por questões pessoais (emocionais e psicológicas) e a insatisfação com a vida na metrópole.

O percentual de franceses metropolitanos é de 12%, baixo se comparado aos grupos maiores, mas não deixa de ser significativo. As principais representações deste grupo por outros grupos é de que eles são brancos, superiores, com histórico de colonização e superiores. Thurmes afirma que a cor é vista como um fator de filiação ou pertencimento. Consoante a isso, Hidair (2008) postula que quem é

branco é identificado automaticamente como francês, ainda que seja de outra nacionalidade.

Os metropolitanos são em geral vistos como verdadeiramente franceses. A relação entre a branquitude e expõe o colonialismo que construiu as relações entre os grupos em territórios que foram colonizados. Thurmes (2006, p. 119) reporta que para os metropolitanos “a cor é um elemento visível e facilmente identificável que permite a continuidade entre os colonos, os condenados de ontem e os metrôns de hoje”.

Hidair (2008) diz que a relação com os brancos é central na relação que os *créoles* guianenses desenvolveram com outras populações negras que habitam a GF, tanto por causa do colonialismo quanto pela imagem que a mídia ocidental reporta sobre a África. Os *créoles* se desenvolveram dentro da cultura assimilacionista francesa, tendo sofrido preconceito por parte da população branca e direcionado o mesmo preconceito a outros grupos.

Thurmes (2006) pontua que há uma representação coletiva e estigmatizante que encerra os metropolitanos em um grupo, mas também há aberturas que deixam o homem branco possibilidade de criar uma identidade, inclusive guianense. No entanto, o binarismo metrópole-colônia do qual discute Hall (2003), ainda se faz presente e demarca os espaços identitários.

Os migrantes na Guiana Francesa são de várias nacionalidades: libaneses, indianos, chineses, indonésios, antilhanos, crioulo de Santa Lucia e ingleses, franceses metropolitanos, sírios e africanos (LAM FOUCK, 2002; GRANGER, 2017). Os chineses representam apenas 1% da população. No entanto, são uma força representativa no comércio de alimentação da GF, representando uma força econômica não negligenciável (THURMES, 2006). Pode-se afirmar que a Guiana Francesa é um lugar de migrantes, pois os ameríndios são os únicos povos originários. No entanto, por conta do Colonialismo e da estruturação das relações ocorridas após sua implantação, há grupos que têm mais acesso a direitos do que outros. Ao mesmo tempo, grupos precisam unir forças para se fortalecer. A migração tem impacto na formação de identidades, tópico a ser discutido na seção seguinte.

3. 3 Migração e Identidade

Em certa medida, a ideia de unidade foi construída ao longo dos anos. Primeiramente durante a política assimilacionista do período colonial, a qual permaneceu após a nova configuração administrativa, estabelecendo no imaginário e na cultura dos departamentos de ultramar que eles são parte da França. Contudo, as desigualdades percebidas pela população, neste caso da Guiana Francesa em relação ao Hexágono e aos outros departamentos, serviram para que houvesse um enfrentamento da população, os quais pressionaram e cobraram do Estado francês respostas céleres e eficazes às suas demandas. No quadro abaixo nota-se alguns indicadores que expõem tais diferenças no contexto dos DROMs/TOMs:

Quadro 7 – Comparativo França e departamentos

	Produto Interno Bruto per capita (p. 8)	Taxa de Desemprego em % (p. 12)
França	32 200	10,3
Martinica	22 200	18,9
Guadeloupe	20 100	23,7
Guiana Francesa	15 600	21, 9

Fonte: Insee Conjoncture Guyane n° 2 – juin 2016.

Sobre o Estado, Bob Jessop (2009, p. 133) destaca seu caráter relacional, apontando-o como uma relação social “entre sujeitos mediada pela sua relação com as capacidades do Estado”. Ele postula que “a dominação política depende da capacidade da classe dominante de promover um projeto hegemônico que vincule os interesses individuais ao interesse nacional-popular, que também serve aos interesses de longo prazo da classe capitalista e dos seus aliados do bloco no poder (JESSOP, 2009, p. 132)”. Como já mencionado, a sociedade franco-guianense é bastante diversa, e o poder político se concentra na mão de elites minoritárias numericamente ligadas à elite de Paris, o tratamento dado a grupos de migrantes surinameses e brasileiros é diferente dos que migram da metrópole ou mesmo de haitianos que tem um tipo físico parecido com o guianense, além de aproximação linguística. Isto nos conduz a um outro debate expressivo na compreensão da Guiana Francesa que é a migração e seu impacto na identidade.

Para Stuart Hall (2006) a unidade de uma nação é constituída a partir de memórias do passado, o desejo por viver em conjunto e a perpetuação da herança. Ele discorre ainda acerca do sentido da palavra nação, o qual pode estar ligado ao Estado-nação em um sentido moderno ou ao pertencimento em um sentido mais antigo. Destarte, as identidades nacionais combinam estes dois sentidos a fim de criar a ideia de unidade, filiação a um dado povo, local e história. Ele postula que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (HALL, 2006, pp. 59)”. É nesta perspectiva que se torna pertinente em nosso estudo discutir sobre o conflito entre a identidade nacional francesa e as demais identidades existentes no território franco-guianense.

Os nascidos na Guiana Francesa possuem nacionalidade francesa (através do critério *jus soli*), assim como quem nasce Paris ou é filho de franceses (critério *jus sanguini*). A política de assimilação implantada durante o período colonial reforçava este discurso, principalmente pela via educacional, na qual os colonos deveriam aprender sobre a história da França. Na metade do século XIX, a população créole, a qual é em sua maioria urbana, passou a ter acesso à cidadania francesa. Ficaram excluídos deste processo ameríndios e *bushinenges*, os quais vivem distante de centros urbanos e até 1961 eram nomeados primitivos (GUYON, 2017). Com isso, parte de sua população recebeu a nacionalidade francesa e com ela alguns benefícios que os tornariam iguais aos franceses do Hexágono. Com o processo de departamentalização, a Guiana Francesa deixou de ser colônia francesa para se tornar parte integrante daquela república.

A identidade francesa, de certo modo, anulava e subordinava outras identidades existentes previamente - como a indígena - e as que se desenvolveram com a inserção de africanos escravizados e forçados a trabalhar nas plantações coloniais. Ademais, a nacionalidade francesa não foi conferida a todos os grupos presentes no território, com impactos que ressoam até o presente momento e demonstram a estrutura de poder cultural exercida pela França. Durante muito tempo, identidades distintas da identidade nacional francesa ficaram apagadas. Hall (2003, p. 42) afirma que

na formação cultural caribenha, traços brancos, europeus, ocidentais e colonizadores sempre foram posicionados como elementos em ascendência, o aspecto declarado: os traços negros, “africanos”, escravizados e colonizadores, dos quais havia muitos, sempre foram não ditos, subterrâneos e subversivos, governados ‘por uma lógica’ diferente, sempre posicionados em termos de subordinação e marginalização. As identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas ‘rotas’ culturais.

Assim sendo, descendentes de africanos escravizados e levados aquela região, em especial os *Bushinenges* fugidos das plantações do Suriname, têm sido historicamente excluídos de uma série de direitos; assim como os povos indígenas daquela localidade que até hoje não têm terras reconhecidas como suas. Notamos então que na Guiana Francesa ocorre um conflito entre a identidade nacional e as identidades étnicas, uma vez que se reconhecer-se como francês implica em fazer parte de um grupo que carrega a língua francesa e os valores desenvolvidos e fortalecidos ao longo do tempo.

Hall (2006, p. 73) afirma que “as identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes”. A identidade nacional francesa na Guiana Francesa é uma questão central, pois ela permite acessar a cidadania de um modo mais completo. No entanto, a identidade nacional não apaga as outras identidades, sendo a nacional também submetida ao jogo de poder e ao jogo de identidades, podendo apresentar “divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas (HALL, 2006, p. 65)”.

Como já mencionado, a migração é a principal responsável pela composição etnicamente diversa da Guiana Francesa, desde sua ocupação por europeus desde o século XVII, passando pelo movimento migratório para construção do Centro Espacial na década de 1960, até a atualidade. A migração é um fator que contribui de maneira significativa para a emergência de novas identidades. A respeito da migração, Hall (2003, p. 45) aventa que

os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais, e de fato, do próprio globo.

Pode-se dizer que a pluriculturalidade presente na Guiana Francesa é fruto das inúmeras tentativas de povoamento e dos fluxos migratórios para aquele lugar. Considerando o caráter híbrido das identidades (HALL, 2003; 2006), pode-se afirmar ainda que além da identidade nacional francesa e étnicas, há também outras identidades nacionais em jogo, uma vez que os migrantes de outras localidades levam consigo suas próprias identidades nacionais (e étnicas): brasileira, surinamesa, chinesa, haitiana, francesa metropolitana, dentre outras. A hibridização de todas estas identidades e das relações no território guianense contribuem para a construção da identidade guianense.

3. 4 Aspectos econômicos

Em 2011, a Guiana Francesa mudou de status mais uma vez, tornando-se uma coletividade territorial. Esta condição foi votada pela população via referendo e previu mais autonomia para o território guianense. Movimentações sociais anteriores buscaram alcançar isto de alguma forma. Em 1996, a população demandou pela construção de uma reitoria para tratar dos aspectos educacionais locais. Em 2014, a Universidade da Guiana desmembrou-se da Universidade das Antilhas. Todavia, a dependência construída ao longo da história permanece. Sobre a dependência, Théry (2017) afirma que

Sua economia depende muito das transferências da França continental e, além das transferências financeiras, as atividades produtivas são muito limitadas. A agricultura e a produção industrial local não são capazes de atender às necessidades da população local, e a Guiana precisa importar grande parte dos produtos que consome a um alto custo. Portanto, é muito dependente do exterior, e o aumento muito acentuado dos preços de certos produtos degradou as condições de vida, às vezes precárias, das populações mais frágeis (THÉRY, 2017, p. 257). Tradução nossa.

A economia da Guiana Francesa é baseada principalmente nas atividades do centro espacial e atividades ligadas ao uso dos recursos da floresta (mineração, extração de madeira). Há uma dependência de transferência de recursos metropolitanos e carência de políticas públicas que melhorem este cenário. A maior parte das políticas públicas implementadas na Guiana Francesa são do tipo *top-down*, isto é, vêm prontas da França hexagonal. Além disso, regulação de importação e exportação seguem as regras aplicadas à União Europeia, logo as

regras supranacionais se sobrepõem à algumas necessidades e demandas locais, como a importação de produtos de origem animal do Brasil via estado do Amapá, por exemplo, o que baratearia o consumo de carne pelas famílias na coletividade.

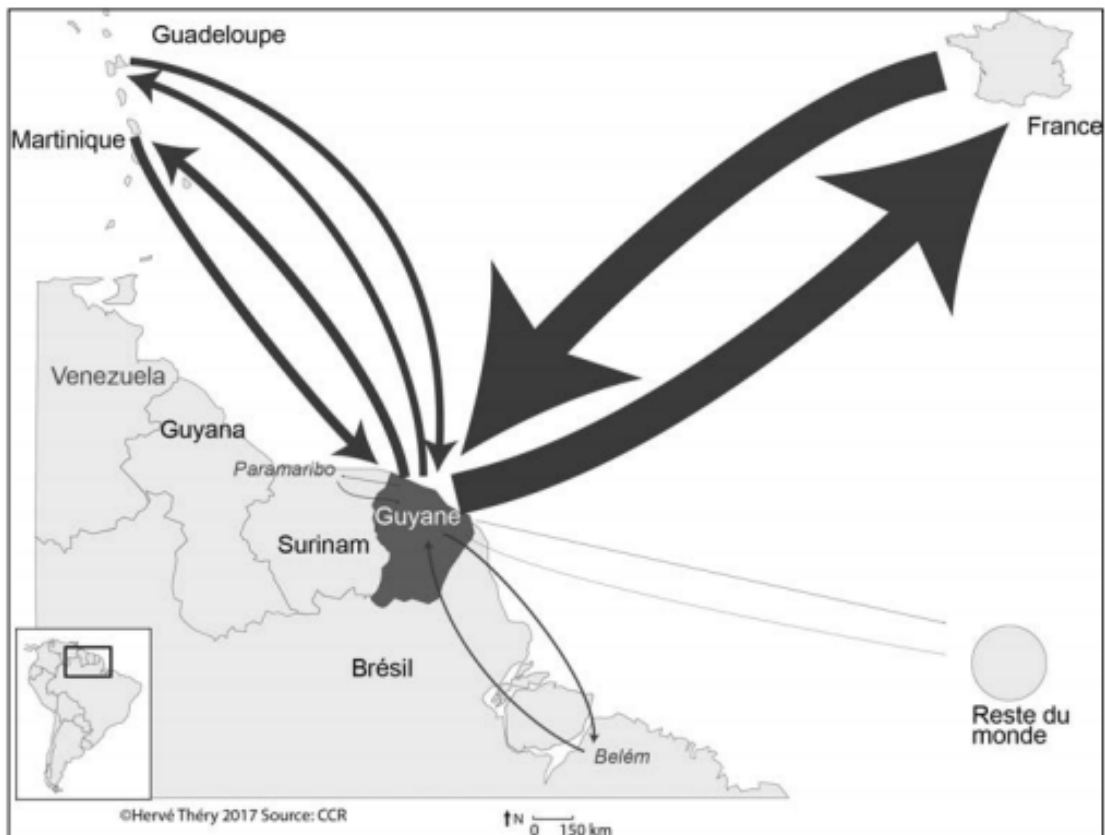
As empresas da Guiana Francesa não tem a mesma competitividade que outras do entorno geográfico, bens de consumo como alimentos e combustíveis têm custo elevado porque, em sua maioria, vêm de fora da coletividade, geralmente da Europa ou de outros países parceiros comerciais e sempre sob forte controle e vigilância, o que encarece o custo de vida da população, enfraquecendo o poder de consumo dos mais vulneráveis.

Castro e Porto (2007, p. 60) sustentam que

a ligação com a metrópole atua como paliativo para esta situação e promove o desenvolvimento por meio de relações comerciais privilegiadas, do acesso às políticas públicas nacionais (educação, serviços públicos, inovações tecnológicas) e do recurso a políticas públicas específicas que visam uma convergência do nível de vida do departamento com o da metrópole.

Mesmo com as tentativas de equiparar a Guiana à França hexagonal, permanece uma relação desigual, pois ao longo do tempo, com o encarecimento do custo de vida, muitas famílias perderam o poder de compra. Além disso, desemprego e violência são maiores na Guiana. Nesta desarmoniosa relação entre a Guiana Francesa e a França metropolitana a distância geográfica também tem um papel importante e reflete na desigualdade entre os dois lugares e ratifica a dependência de um para com o outro. Apesar de partilhar fronteiras com o Brasil e com o Suriname e ser mais próxima fisicamente de outros países da América do Sul, a Guiana Francesa tem um fluxo aéreo muito mais intenso com Paris como mostra a figura abaixo, além disso, não pode negociar diretamente com produtores e empresas da região.

Figura 6 – Fluxo de voos em Caiena.



Fonte: Théry, 2017. p. 259.

Na figura anterior, vê-se que o fluxo de voos da GF se dá majoritariamente com a França hexagonal, em média com algumas ilhas francesas no Caribe, como Martinica e *Guadeloupe*. No que se refere à sua relação com o entorno geográfico, a Guiana Francesa encontra-se conectada com o Brasil por via aérea através de Belém, uma das metrópoles amazônicas e capital do estado do Pará e por ponte com o município de Oiapoque, no estado do Amapá. Em relação ao Suriname, ligação é fluvial.

No ano de 1996, o presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o francês Jacques Chirac assinaram um acordo, intitulado Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-França, com vistas a fomentar a cooperação entre Brasil e França. O acordo permitiria que entes subnacionais, isto é, representantes dos governos locais do Amapá e da Guiana Francesa (MARTINS, 2008) interagissem e criassem propostas para o enfrentamento de questões e problemas comuns naquela fronteira.

Corrêa (2014, p. 102) elenca alguns dos problemas enfrentados pela GF e pelo Amapá os quais poderiam ser mitigados pela cooperação, como a infraestrutura energética, degradação ambiental, diversificação de atividades econômicas e partilha de conhecimento especializado. A expectativa com a construção da ponte binacional materializasse a proximidade entre os dois lugares. Silva (2013) discute sobre os impactos da ponte em diferentes escalas. Ele advoga que

Na escala internacional, a sua construção relaciona-se a processos contemporâneos de diminuição de discontinuidades geográficas para facilitar a fluidez, num ambiente de algumas interfaces entre Estados nacionais, em que a fronteira de contenção, discriminante ou protetora contra “invasões”, se enfraquece face aos processos econômicos globalizadores. Na escala subcontinental, a ponte fornece ao Brasil uma possibilidade de aproximação com os mercados caribenhos pela tendência a sua reorganização via estado do Amapá, por meio da rodovia Transguianense. Do lado guianense a ponte irá fornecer para a Guiana Francesa a primeira ligação física de trânsito permanente com uma porção da Amazônia [...] Na escala sub-regional nacional, a ponte binacional tende a gerar uma alteração nas relações sociais, não apenas na zona de fronteira advindas com este novo “conector”, que é a ponte, mas também na rede de estrutura de modo geral na Amazônia Oriental. Na escala local, a ponte binacional provocará uma nova dinâmica na relação entre as cidades fronteiriças, além de já ter promovido uma valorização fundiária urbana e rural e uma redefinição da expansão urbana das cidades de Oiapoque e Saint-Georges-de-l’Oyapock para áreas próximas àquele objeto técnico [...] (SILVA, 2013, p. 67).

As expectativas geradas a partir da construção da ponte evidenciam uma tentativa de avançar no processo de regionalização conforme preconiza Hurrel (1995), neste caso com uma cooperação regional cuja decisão partiu dos Estados brasileiro e francês. A construção de uma consciência e uma identidade regional se dá de maneira mais evidente na relação entre o Amapá e a Guiana Francesa, entes subnacionais e suas iniciativas de intercâmbio cultural e educacional, através da construção do Centro Cultural Franco-Amapaense, estágio de professores de língua francesa da rede pública estadual na GF, dentre outras medidas. A ponte binacional foi aberta em 2017, até o momento, as expectativas não foram alcançadas como o projetado, no entanto encontros entre membros políticos e empresariais das duas localidades seguem ocorrendo.

4 ESTUDOS SOBRE CONFLITO

Neste capítulo, apresentamos a literatura teórica específica sobre conflito. Primeiramente, tecemos considerações sobre movimento social e mobilização social. Em segundo lugar, definimos conflito sob a égide dos Estudos de Paz e do Barômetro de conflito. Em seguida, exporemos sobre o Construtivismo no estudo de Segurança Internacional, destacando a abordagem multissetorial da Escola de Copenhague. Utilizamos um referencial teórico multidisciplinar a fim de realizar uma análise que evidencie atores além do Estado-nação.

A Segurança Internacional é uma área significativa dentro das Relações Internacionais. Tradicionalmente voltada para os estudos militares e de guerra, novas abordagens foram sendo desenvolvidas ao longo do tempo, principalmente com o fim das duas Grandes Guerras Mundiais, o fim da Guerra Fria e sua consequente mudança no sistema internacional, além do 11 de setembro de 2001. Dentre elas estão a Escola de Copenhague, os Estudos de Paz e Estudos Críticos de Segurança, as quais buscam explicar fatos e acontecimentos do cenário internacional relacionados à Segurança através de percepções diferentes das tradicionais, incluindo atores diversos na análise.

4.1 Movimento e mobilização social: algumas considerações

Mobilizações sociais e protestos são recorrentes em diferentes lugares da arena internacional, muitas vezes provocando o início de mudanças e conquistas por parte de grupos politicamente minoritários. A busca por melhores condições de vida, trabalho, o reconhecimento de direitos ou a luta por igualdade de direitos impulsionam e mobilizam pessoas de grupos sociais ou étnicos diferentes, os quais demandam e produzem conflitos (MEDEIROS, 2012).

Medeiros (2012) postula que a partir dos anos 1960 a sociedade torna-se descentrada e com isso novos atores e novas demandas surgiram, junto com eles, a luta por independência de países sul-americanos, de grupos raciais, gênero ou étnicos, por exemplo. Citando os estudos de Alain Touraine (1973), Pleyers e Benavides (2018) afirmam que “os movimentos sociais são protagonistas centrais da produção da sociedade por si mesma”, logo compreendemos que são de grande importância para a compreensão de tentativas de transformação social e de rompimento do status quo.

Eles salientam que movimentos sociais mais contemporâneos questionam a centralidade da política institucional e novas formas de ocupar a esfera pública se dão através de grupos não institucionalizados, diferentes dos tradicionais: sindicato e partido político, sendo esta uma das etapas de movimentos sociais a partir de 2010 (PLEYERS; BENAVIDES, 2018; SCHERER-WARREN, 2006). Como exemplo, os autores citam manifestações como a *Primavera Árabe* no Oriente Médio, o *15M* na Espanha, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos da América e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Os autores afirmam que marchas e protestos são apenas a parte visível dos movimentos sociais, investigar tais manifestações pode revelar diversas camadas e aspectos.

Mais recentemente, podemos destacar o próprio Movimento Social na Guiana Francesa em 2017 e os Coletes Amarelos na França. Apesar das características não-institucionais de tais movimentos, a busca é justamente por inserção na agenda institucional, obtendo mais participação.

Bobbio; Matteucci, Pasquino (1998, pp. 786-787) afirmam que cada palavra da expressão *movimento político* abriga uma concepção. Movimento carregaria a ideia de afastar-se da institucionalização, isto é, a não filiação partidária, e político faria referência aos objetivos do movimento, como a atuação, questionamento e influência nos processos de tomada de decisão. Para ele, tais movimentos evidenciam as tensões e as contradições da vida política.

Os autores também discutem sobre a concepção de *movimento social e ação coletiva*, afirmando que não há uma teoria totalmente abrangente sobre o primeiro termo. Eles apontam um elemento em comum que é

o acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos (BOBBIO; MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, pp. 786-787).

Logo, compreende-se que ações coletivas, independente da concepção adotada, podem operar mudanças sociais quando grupos agem em conjunto. Movimentos contemporâneos como o movimento feminista e o antirracista são alguns dos exemplos de propostas de mudanças comportamentais e políticas na sociedade. Outro aspecto essencial na análise de movimentos sociais é o papel de outros atores diferentes dos envolvidos nas ações coletivas como a imprensa. Citando Tarrow (2009), Medeiros (2012, p. 28) afirma que

as fontes impressas e as associações difundem a ação coletiva para coalisões mais amplas e são fundamentais para a construção de um movimento social nacional, por meio da formação do que chama de “comunidades invisíveis”.

A autora acrescenta que

Por outro lado, a imprensa traz aos grupos notícias de outros lugares, eventos, experiências. imprensa tem peso também na construção de laços entre grupos sociais distintos, fundamentais para a emergência de movimentos sociais de caráter nacional e internacional, na medida em que difunde o movimento para novos públicos e amplia a possibilidade de aumentar círculos de simpatizantes ou alianças (MEDEIROS, 2012, p. 28)

A imprensa tem um papel relevante no desenrolar de movimentos sociais uma vez que instiga a partilha de representações de grupos e indivíduos, podendo ser utilizada para impulsionar o movimento ou, algumas vezes, criminalizar grupos a depender dos interesses em jogo. Na Era da Informação, destaca-se ainda o papel da Internet e das redes sociais e a ampliação da capacidade de engajamento e mobilização, resultando em um número maior de participação coletiva. A velocidade de propagação da informação também é um fator de destaque atualmente. Por meio da mídia, movimentos que antes eram restritos a um determinado espaço, percorrem o globo através de divulgação pela mídia, propiciando até mesmo organizações coletivas transnacionais e gerando redes.

Para Scherer-Warren (2006, p. 113) movimento social é a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos comuns. O conceito de rede de movimento social, por sua vez, circunda ao redor de três dimensões: identidade (ou identificação), definição de adversários e um projeto (ou utopia). A autora sustenta que as sociedades globalizadas são multiculturais e complexas, composta de identidades diversas como as étnicas e de classe, por isso, mesmo a sociedade civil não está isenta de relações e conflitos por poder ou outro elemento.

4.2 Conflito

Conflito é uma importante unidade de análise neste trabalho pois um movimento com ampla participação social indica a insatisfação com um dado aspecto da vida coletiva e questionamento do *status quo*. Como supracitado, conflito tem um caráter mais abrangente e é uma noção política. O referencial teórico de duas vertentes dos Estudos de Segurança: os Estudos de Paz e a Escola de

Copenhague podem ajudar a alargar o entendimento sobre conflito. Os Estudos de Paz contribuem na compreensão de conflito e sua relação com paz e violência, enquanto a Escola de Copenhague acrescenta sua percepção de conflito a partir de setores de análise, os quais apresentam percepções do sistema internacional através de lentes que enfatizam um aspecto particular (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Segundo Galtung (1996, p. 71), conflito é um construto triádico formado pela soma das **atitudes/afirmações** (A), que correspondem a aspectos psicológicos como emoções, personalidade e cognição, **comportamento** (B), isto é, atos violentos físicos ou verbais ou ainda uma linguagem corporal hostil, e, por fim, **contradição** (C), que se refere à incompatibilidade de objetivos. Conflito, portanto, está relacionado à vida, ou existência, podendo se referir ao Estado-nação, a um povo, a uma identidade, a um grupo, dentre outros.

Galtung (1996) também destaca que apenas o comportamento é considerado perceptível, ao qual ele se refere como nível manifesto, ou seja, aquilo que é observável. Enquanto as atitudes e as contradições estão no nível latente, isto é, são inconscientes. Em se tratando de movimentos sociais como o que estudamos, através da mobilização de diferentes grupos, greves, marchas e bloqueios são o que permite notar o conflito em si. As atitudes/afirmações e as contradições são notadas com a investigação.

O Barômetro de Conflito (2018, p. 3), publicação do Instituto Heidelberg de Pesquisa Internacional sobre Conflitos (HIK), por sua vez, define conflito político como

diferença de posição entre dois atores assertivos e diretamente envolvidos acerca de valores relevantes para uma sociedade (itens de conflito) o qual é conduzido utilizando medidas de conflito observáveis e interrelacionadas fora dos procedimentos regulatórios e ameaça às funções centrais do Estado, à ordem internacional ou tem a intenção de fazê-lo.

Esta definição vai ao encontro de Galtung (1996) ao propor como central na definição de conflito a existência de uma contradição ocasionada por incompatibilidade de ideias e crenças. Além de definir conflito, o HIK (2018) em sua metodologia, desenvolve um vocabulário que nos permite compreender elementos

diversos pertinentes na análise de conflito. O HIIK declara que para que haja o conflito é necessário que existam alguns elementos: **atores** (pelo menos dois atores intelectualmente capazes e com percepção), **medidas de conflito** (ações recíprocas e atos de comunicação entre os atores) e os **itens de conflito** (os temas ou assuntos a serem tratados).

4.2.1 Atores

Os atores de conflito podem ser coletivos ou individuais, são concebidos como únicos pois suas características devem diferenciá-los uns dos outros através de coesão interna e objetivos compartilhados e devem ser percebidos como assertivos, de forma a influenciar mudanças comportamentais através de suas ações ou atos comunicativos.

O HIIK classifica os atores em dois tipos: direto e indireto. O ator direto (ou diretamente envolvido) é o que reclama o item de conflito para si mesmo. O ator indireto (ou indiretamente envolvido) não reclama o item de conflito para si mesmo, mas comunica e age sobre ele. Ator indireto pode ser subclassificado em apoiador – quando apoia o ator direto- ou interventor – quando deseja que o conflito chegue ao fim sem prestar apoio ao ator direto. Os atores pode ser estatais e não-estatais. Esta abordagem evidencia, portanto, uma perspectiva mais abrangente de análise de conflito, diferente da abordagem realista. Dentre os atores não-estatais podem ser privados, individuais e coletivos, bem como pode abarcar organizações supranacionais e supranacionais.

4.2.2 Medidas de conflito

As medidas de conflito são todas as ações e comunicações feitas por um ator direto ou indiretos dentro de um contexto específico do conflito político e que podem afetar ou não funções centrais do Estado. Tais funções são a manutenção da segurança da população, a integridade do território e da ordem socioeconômica e cultural. No quadro abaixo mostramos os dois tipos de medidas de conflito proposto pelo HIIK.

Quadro 8 – Tipos de medidas de conflito

Medidas constitutivas	Medidas corolárias (propositivas)
<p>Ocorrem fora dos padrões regulatórios estabelecidos e ameaçam funções centrais do Estado e/ou da ordem internacional;</p> <p>Podem ser violentas ou não-violentas.</p> <p>Exemplo: queima de carros ou da sede de órgãos públicos em protestos de rua.</p>	<p>Ocorrem dentro dos procedimentos regulatórios estabelecidos e não ameaçam funções centrais do Estado e/ou da ordem internacional</p> <p>As ações são primariamente não-violentas.</p> <p>Exemplo: passeatas pacíficas.</p>

Fonte: HIIK, 2018. Adaptado.

4.2.3 Itens de conflito

Ainda de acordo com o HIIK (2018), itens de conflito são entendidos como bens materiais ou imateriais reivindicados pelos atores do conflito através de medidas constitutivas de conflito, isto é, fora dos procedimentos considerados normais e que podem ameaçar uma função central do Estado. Deste modo, os itens de conflito possuem relevância social. Vejamos os itens a seguir:

- Ideologia/ Sistema: mudança de orientação ideológica, socioeconômica ou legal do sistema político ou uma mudança no tipo de regime;
- Poder nacional: controle do poder de um Estado;
- Autonomia: conquista ou extensão da autonomia política de um grupo em um Estado ou região dependente sem reivindicar independência;
- Secessão: separação de parte do território de um Estado com o objetivo de criar um novo Estado ou incorporação a um Estado existente;
- Descolonização: independência de um território dependente;
- Predominância subnacional: controle de fato de um governo, de uma organização não-governamental ou de uma população sobre um território ou população;
- Recursos: apropriação de recursos naturais ou matérias-primas ou dos benefícios gerados a partir deles;
- Território: mudança de limite fronteira entre Estados;
- Poder Internacional: mudanças nas relações de poder do sistema internacional ou em um de seus sistemas regionais;
- Outros: categoria residual.

Os atores de conflito podem reclamar múltiplos itens ao mesmo tempo, além disso, diferentes atores podem reivindicar bens variados respectivamente. Em mobilizações sociais, pode ocorrer dissidências e conflitos internos por conta de divergências na escolha dos itens pelos quais os atores lutarão.

4.2.4 Definição de níveis de intensidade do conflito

O HIIK postula que a intensidade do conflito é uma característica de todas as medidas de conflito em um dado espaço e tempo. A principal unidade de análise temporal é o mês, enquanto a principal unidade de análise geográfica é a região que é a divisão política subnacional superior ao Estado. No quadro abaixo, apresentamos os níveis de intensidade de conflito elaborado pelo HIIK.

Quadro 9 – Intensidade de conflitos

Nível de Intensidade	Terminologia	Nível de violência	Classificação de intensidade
1	disputa	conflitos não-violentos	baixa intensidade
2	crise não-violenta		
3	crise violenta	conflitos violentos	média intensidade
4	guerra limitada		alta intensidade
5	guerra		

Fonte: Barômetro de Conflito, 2018, p 7.

A partir da leitura do quadro infere-se que a violência é um fator chave para compreender conflitos, uma vez que eles podem ser violentos ou não. Há dois tipos de conflito não-violento; disputa e crise não violenta. Disputa abarca os elementos básicos da definição de conflito (ator, ações e itens). Crise não-violenta ocorre quando a violência física é empregada explicitamente ou implicitamente contra pessoas ou propriedades por pelo menos um dos atores.

No que concerne os conflitos violentos, a crise violenta ocorre quando pelo menos um dos atores usa, esporadicamente, força contra as pessoas ou coisas e tal violência é considerada como aceitável, no entanto os meios utilizados e as consequências são limitados. A guerra limitada acontece quando ao menos um ator usa força contra as pessoas e possivelmente coisas de um modo distinto, com meios e consequências graves. Por fim, o conflito político é classificado como guerra quando pelo menos um ator usa a força massivamente contra indivíduos e coisas e os meios e consequências empregados enquadram-se como extensos.

Há outros elementos presentes na análise de conflitos violentos, referentes aos meios de empregos da violência - como uso de armas e pessoal - e as consequências: que engloba causalidades, dano e número de refugiados. O conflito aqui analisado caracteriza-se como não-violento, então não exploraremos estes outros elementos. A partir das considerações sobre conflito, analisamos as movimentações sociais ocorridas entre março e abril do ano de 2017 na Coletividade Territorial da Guiana Francesa. Cabe salientar que aqui nossa preocupação não é em diferenciar os termos movimento social e conflito, usaremos os dois termos, mas destacando que conflito é mais abrangente e de caráter político.

4.3 Estudos de Paz

Os Estudos de Paz ganharam destaque nas relações internacionais após a II Guerra Mundial. Os horrores da guerra e destruição da Europa demandavam que outras correntes teóricas explicassem os acontecimentos internacionais da época. Deste modo, os Estudos de Paz enfatizavam as concepções de sociedade internacional e segurança internacional (DUQUE, 2009, p. 462). Wallensteen (2011, p. 14) postula que a Pesquisa em Paz está relacionada à questão da violência, uma vez que os conceitos de paz e violência se relacionam. As definições mais comuns de paz estão ligadas à ausência de guerra, conflitos armados ou ameaça de ação violenta (WEBEL, 2007, p. 6). Pode-se refletir, portanto, sobre as noções de paz positiva e de paz negativa propostas por Galtung em 1964. Na paz positiva salienta-se o que deve ser adicionado à relação a fim de promover a paz, buscando operar a resolução de conflito, a integração igualitária e/ou a justiça para todas as partes na sociedade. Na paz negativa, destaca-se o que precisa ser removido, logo, o fim do comportamento violento que conduz à guerra e conflitos armados (WEBEL, 2007, p. 15).

A violência é colocada como núcleo central no estudo de conflitos, permitindo uma análise multidisciplinar sobre conceitos fundamentais de Relações Internacionais, como soberania e segurança. Busca-se aqui analisar os conflitos com uma visão além da do Estado-Nação, incluindo diferentes atores. (FERREIRA; SANT'ANNA, 2015, p. 21).

Quadro 10 – Níveis de violência

Níveis de violência	Característica
Direta:	direcionada a um indivíduo; destruição direta de recursos. Emanada da violência estrutural e cultural.
Indireta:	inclui situações de repressão, ocupação, colonialismo e dissuasão. Há potencial para violência e imprevisibilidade.
Estrutural:	direcionada a um grupo; retenção intencional de recursos. A morte não ocorre pelo uso de armas, mas sim pela organização da sociedade. Emanada da violência cultural.
Cultural:	fatores culturais de uma sociedade legitimam os outros tipos de violência.

Fonte: FERREIRA; SANT'ANNA, 2015, p. 21. WALLESTEEN, 2011, pp. 15-16. Adaptado.

Johan Galtung (2007, p. 5), um dos precursores dos Estudos de Paz, afirma que

a paz é um eixo da harmonia social, da equidade econômica e da justiça política, mas a paz também é constantemente rompida por guerras e outras formas de conflito violento. Como felicidade, a paz continua tão perto . . . e ainda assim, como amor duradouro, tão distante. Tradução nossa.

Ao mencionar harmonia social, o autor evidencia que o Estado não é o único ator a ser analisado, mas sim todos os atores que compõem uma sociedade. Deste modo, o foco em sua proposta não é segurança, mas sim a paz, a qual prevê uma relação entre partes/atores. Relacionando conflito e paz com a área médica, Galtung (2007, p. 14) afirma que para um modelo de violência-paz é necessário elaborar um *diagnóstico* (onde será analisado o conflito), um *prognóstico*, a fim de explorar a história ou processo de conflito e, por fim, uma *terapia* (com uma lista de intervenções necessárias para prevenir consequências inaceitáveis).

O autor destaca ainda que a polarização significa distância social, a qual implica também em uma distância humana. Tal afirmação pode ser usada na reflexão da relação da Guiana Francesa com a França metropolitana e mesmo entre grupos internos que compõem a sociedade guianense. Pois a Guiana Francesa, apesar de integrante da República, sente que a distância geográfica não é o único fator de afastamento existente na relação com a antiga metrópole, uma vez que sua população vive em condições socioeconômicas inferiores. Dentro da própria sociedade guianense, há grupos com mais benefícios, oportunidades de emprego e qualidade de vida (como os franceses metropolitanos ou a elite *créole*), enquanto outros são empurrados para subempregos e ocupações de baixa remuneração ou

mesmo o desemprego, como é o caso de migrantes brasileiros, haitianos entre outros.

4.4 O Construtivismo

A Guerra Fria foi um marco significativo para as relações internacionais como um todo, uma vez que seu início e seu fim marcaram grandes mudanças no sistema internacional. Tal configuração afetou o funcionamento das relações entre os Estados e conseqüentemente os debates e discussões na área da segurança internacional, provocando a necessidade de outras teorias que dessem conta de explicar as mudanças. É neste contexto que se insere o Construtivismo, o qual se desenvolveu entre as décadas de 1980 e 1990 nas Relações Internacionais (RI). Não obstante, debates construtivistas já ocorriam em outras áreas como Ciências Sociais, Psicologia e Teorias de Aprendizagem. No que concerne às RI, sua premissa básica é de que “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163). Depreende-se daí um olhar mais ampliado sobre os atores das RI, diferenciando-se de paradigmas anteriores que consideravam o Estado como único ator nas relações internacionais. Destarte, novos atores passam a ser considerados na análise de RI.

Ainda na década de 1990 o Construtivismo ganhou destaque e se tornou uma das abordagens dominantes no estudo das RI, alguns autores consideram inclusive que a perspectiva construtivista funciona como uma ponte entre o realismo e o liberalismo. Destacam-se nesse período, autores como Alexander Wendt, Friedrich Von Kratochwil, Thomas Risse-Kappen, Nicholas Onuf, entre outros.

Ao longo dos anos, novas agendas começaram a ser discutidas, pois o sistema internacional sofrera mudanças significativas ocasionadas por Revoluções (Industrial e Burguesa), as duas grandes Guerras Mundiais e uma nova ordem com a bipolaridade durante a Guerra Fria e as conseqüências advindas do seu fim, como a intensificação da globalização, desenvolvimento de novas tecnologias de acesso à informação, por exemplo. Com as mudanças nas relações entre os Estados, surgiram também novas perspectivas teóricas e novos atores nessas relações, bem

como uma reestruturação conceitual e inserção de temas: mudanças climáticas, migração, segurança humana, identidade são alguns dos exemplos.

Tomando como exemplo a discussão das mudanças climáticas, considera-se que este é um assunto relativamente recente nas agendas principais das Relações Internacionais vigentes no Realismo e Liberalismo, por exemplo, onde só havia espaço para discutir temas voltados para a segurança internacional em uma perspectiva estrita, e conceitos como poder e soberania, além de tomar o Estado como ator único ou principal.

O Construtivismo contempla ainda a importância das comunidades epistêmicas, as quais podem ser compreendidas como redes de profissionais/especialistas reconhecidos (pesquisadores/cientistas) que investigam um determinado assunto, são uma comunidade do conhecimento. Segundo Sarfati (2005), quanto mais uma comunidade for mobilizada, maior será a probabilidade de ela influenciar a ação do Estado, o qual recorrerá aos conhecimentos desses especialistas para fins de seu interesse. O autor afirma que “indiretamente, as comunidades epistêmicas acabam influenciando vários governos ao mesmo tempo, contribuindo informalmente para a convergência das preferências políticas (SARFATI, 2005, p. 273)”.

Assim sendo, essas comunidades podem exercer poder e influência na coordenação da política internacional, ainda que suas produções sejam independentes de governos. O Painel Interamericano sobre Mudanças Climáticas (IPCC) seria um exemplo de comunidade e acaba sendo um ator exponencial na discussão e investigação sobre mudanças climáticas.

Os conceitos de identidade e intersubjetividade também estão presentes no construtivismo e aparecem nas discussões acerca das mudanças climáticas. Sobre identidade, Sarfati (2005) afirma que ela é a base dos interesses e somente passa a existir quando os Estados começam a se relacionar (SARFATI, 2005, p. 261). Ele diz ainda que “os Estados que se identificam positivamente entre si tendem a cooperar, enquanto aqueles que se identificam negativamente tendem a manter uma relação conflituosa” (p. 262). Nas conferências sobre mudanças climáticas os Estados agem de acordo com sua identidade, como país desenvolvido ou em desenvolvimento, por

exemplo. Logo, essa percepção influencia nas negociações e nas tomadas de decisão. A COP 15, por exemplo, foi considerada um fracasso do ponto de vista ambiental, da diplomacia e da ciência política (ARAÚJO; CARVALHO, 2012), China e Estados Unidos apresentaram identidades conflitantes, inviabilizando o acordo. Para que haja cooperação, é preciso que surja uma identidade coletiva revelada pela identificação positiva.

Um aspecto considerável na teoria construtivista é a chamada virada linguística, a qual traz para o centro da discussão a análise do discurso e sua importância nas regras e normas que regem o discurso e norteiam, conseqüentemente a vida social. O discurso é visto como equivalente da ação, isto é, da prática. Logo o dizer corresponde ao fazer. Por isso, as falas de atores impactam as relações não apenas entre Estados, mas nas sociedades e nos processos de tomada de decisão. O Construtivismo é mais visto como uma teoria social ampla do que apenas uma teoria de Relações Internacionais ou de Segurança (WILLIAMS, 2008).

4.5 A Escola de Copenhague

Os debates dos estudos de segurança no fim da Guerra Fria dividiam-se em três vertentes: a tradicionalista, a abrangente e a crítica. A primeira, em consonância com as ideias realistas, defendia que a área de segurança deveria centrar-se apenas nas questões militares e manter o Estado como unidade básica de análise. A segunda, como o nome sugere, advogava pela inclusão de outros setores além do militar na agenda de segurança, isto é, as ameaças poderiam vir das áreas econômica, societal, ambiental e política. A terceira vertente estava associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propondo que as pesquisas de segurança deveriam colaborar para a emancipação humana; ressaltava-se assim valores como igualdade, liberdade e não apenas a segurança.

Neste contexto, se insere a Escola de Copenhague, considerada uma perspectiva abrangente por abarcar elementos das perspectivas tradicional e crítica (TANNO, 2003). Alguns dos principais representantes são Barry Buzan, Ole Waever e Jaap Wilde, os quais publicaram – dentre outras – a obra *Security: A new framework for Analysis* (*Segurança: um novo quadro de análise*, tradução nossa).

Buzan e Hansen (2009, p. 34) apresentam algumas distinções epistemológicas acerca das concepções de segurança, as quais podem ser objetivas, subjetivas ou discursivas. Na concepção objetiva ocorre a ausência ou presença de ameaças concretas e comumente define-se segurança em termos materiais relativos. Na concepção subjetiva há o sentimento de ser ou não ameaçado; há uma ênfase no contexto social, histórico e nas psicologias do medo e percepções (erradas ou não); além disso, o objeto de referência é mantido. Na concepção discursiva, onde a Escola de Copenhague se insere, a segurança não pode ser definida em termos objetivos, mas sim como um ato discursivo, enfocando nos processos intersubjetivos através dos quais as ameaças se manifestam como problemas de segurança na agenda política.

Segurança é então “uma prática uma prática autorreferenciada, porque é nesta prática que uma questão torna-se uma questão de segurança – não necessariamente porque existe uma ameaça existencial real, mas porque a questão é apresentada tal como uma ameaça” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24, tradução BARBOSA, 2008, p. 48). Assim sendo, as questões de segurança são uma construção discursiva, pela qual a ideia de segurança está associada à sobrevivência. A sobrevivência não se refere apenas ao Estado e sua soberania, mas também a outros atores, a uma sociedade, uma identidade ou a grupos minoritários etc.

A escola de Copenhague trabalha sob três pilares analíticos: o conceito de securitização e dessecuritização, a abordagem multissetorial de segurança e o conceito de complexos regionais de segurança. Buzan; Waever e Wilde (1998) definem securitização como o

movimento que conduz a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra um assunto tanto como um tipo de política especial ou além dela. Deste modo, securitização pode então ser vista como como uma forma mais extrema da politização (p.23). Tradução nossa.

Para os autores não consiste em quebrar as regras por quebrar, mas sim porque há uma ameaça existente que legitima tal ação. Como em um espectro, um assunto pode variar entre *não politizado* (quando o Estado não lida com um assunto e ele não é levado ao debate público), *politizado* (quando o assunto é parte da política pública, demandando alguma decisão e alocação de recursos pelo governo

ou até mesmo algum tipo de governança comunal) e *securitizado* (um assunto é apresentado como ameaça possível ou existencial, o que afeta o funcionamento normal da vida, podendo haver quebra de regras e normas sociais).

Securitização é, portanto, a compreensão de que uma ameaça à segurança não é objetiva, mas sim construída; ela consiste no “uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da ‘política normal’”, vindo a justificar medidas emergenciais de procedimentos políticos extraordinários e, eventualmente, o uso da força (BUZAN, WAEVER; WILDE, 1998, pp. 24-25). Um ator declara um problema específico, dinâmica ou ator como sendo uma ameaça existencial para um objeto de referência específico (MCDONALD, 2008). Para McDonald (2008, p. 69) a segurança é um espaço de negociação entre oradores e audiência, embora seja significativamente condicionada pela posição de autoridade que um orador tem dentro de um grupo específico. Logo, a ameaça é construída discursivamente, por isso a linguagem é central nesta abordagem.

O processo de securitização está relacionado, portanto, à construção de um ator sobre um objeto, é a percepção ou o sentimento de que algo ou alguém representa ameaça a um grupo, uma identidade, um Estado etc. A dessecuritização é o processo inverso da securitização, ou seja, o assunto vai saindo aos poucos do debate e a sensação de ameaça vai sendo dissolvida, voltando para um Estado normal.

A Escola de Copenhague é uma vertente Construtivista na análise de segurança. Como já mencionado, o discurso, a linguagem, tem proeminência. A EC utiliza-se da teoria dos atos de fala para explicar por que uma certa temática ou problemática sai da esfera de discussão cotidiana da política para se tornar ameaça e justificar medidas extremas. Os atos de fala consistem em ações executadas a partir da fala, como por exemplo: declarar, nomear ou rotular algo (WILLIAMS, 1998).

Outros elementos importantes no processo de securitização são objeto de referência, ator securitizante e ator funcional. Objeto de referência corresponde ao elemento percebido com a sobrevivência ameaçada, pode ser o modo de vida de

uma comunidade tradicional, um recurso natural ou até mesmo a soberania de um regime de Estado. Os atores securitizantes, por sua vez, são os atores que securitizam algo, afirmando que tal elemento está sofrendo ameaça existencial. A partir das declarações dos atores securitizantes é que o objeto de referência se torna securitizado. Os atores funcionais são aqueles que afetam a dinâmica de um setor sem serem objetos de referência, eles participam da dinâmica e influenciam nas decisões.

É pertinente destacar que para que haja securitização, é preciso que o discurso tenha aderência, isto é, que a sociedade ou um público aceite a ideia de ameaça posta (PAGLIARI, 2009). Securitizar um assunto ou aceitar a securitização é uma escolha política. Por isso a linguagem é tão importante, falar equivale a fazer e, portanto, algo dito pode colocar pessoas, Estados ou o meio ambiente em risco. Alguns atores destacam que não apenas a língua pode ser usada para securitizar, mas também imagens (MCDONALD, 2008). Na era da informação veloz, estar atento à isto se torna ainda mais relevante.

Buzan; Waever; Wilde (1998, p. 5) destacam que as análises em Relações Internacionais consideram mais comumente os níveis de análises, os quais não são teorias, mas possibilitam a teorização sobre um dado assunto, de modo que o analista localize fontes de explicação e resultados dos quais as teorias são compostas. Os níveis de análise aos quais os autores se referem são: sistema internacional, subsistemas internacionais, unidades, subunidades e indivíduos.

A inserção de novos setores foi possível através de reflexões posteriores à Guerra Fria e sua conseqüente mudança no sistema internacional que deixa de ser bipolar, ganhando um aspecto mais regionalizado a partir de tal reorganização mundial somada a novos temas inclusos na agenda internacional, bem como novos atores. Com isso, os autores abordam o conceito de região, destacando que o que os interessa é a reorganização mundial sob a perspectiva regional após a Guerra Fria, eles advogam que as relações internacionais ganhariam um aspecto mais regionalizado, no qual as regiões funcionariam como subsistemas internacionais a exemplo dos blocos econômicos. Buzan; Waever; Wilde (1998) afirmam que regiões são objetos de análise em si mesmos, locais particulares onde se pode encontrar resultados e fontes de explicação.

Buzan; Waever e Wilde (1998) também discutem sobre a teoria clássica do complexo de segurança proposta por Buzan (1983, 1991), tal teoria aplicava-se a Sul da Ásia e ao Oriente Médio. Nesta perspectiva, os autores afirmam que

a lógica das regiões de segurança provém do fato de que a segurança internacional é uma questão relacional. Segurança internacional é em sua maioria sobre como as coletividades humanas se relacionam uma com a outra em termos de ameaça e vulnerabilidades, apesar de às vezes se direcionarem aos modos que tais coletividades se relacionam com as ameaças a partir do ambiente natural (BUZAN ET AL, 1998, p. 10).

Ao salientar a questão relacional, os autores acentuam o quanto um local está relacionado a outro, de modo que as soluções para questões de segurança sejam resolvidas de forma conjunta e não isolada. Por esta razão, os autores enfatizam que a segurança seja abordada a partir de contextos ampliados, o que estaria de acordo a outros conceitos debatidos em Relações Internacionais como dilemas de segurança, balança de poder, corridas armamentistas onde atores diversos disputam e atuam no cenário internacional e disputam o jogo de poder, hora como aliados, ora como inimigos.

A partir da teoria clássica de segurança desdobra-se o conceito de Complexo de Segurança também desenvolvido por Buzan; Waever e Wilde (1998, p. 12), o qual define-se como

uma série de Estados cujas principais percepções e preocupações estão tão interligadas que seus problemas de segurança nacional não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira individual. As dinâmicas e a estruturas formativas do complexo de segurança são geradas pelos Estados no interior daquele complexo – pelas suas percepções e interações um com o outro. Tradução nossa.

Compreende-se, portanto, que o complexo de segurança carrega consigo o aspecto relacional supracitado e também envolve o conceito de região, uma vez que problemas de segurança serão resolvidos de maneira conjunta, com interação e colaboração de entidades políticas cujas dinâmicas sejam parecidas ou exijam soluções comuns.

4. 5.1 Os setores de análise

Uma das grandes contribuições da Escola de Copenhague é acerca dos setores de análise. Segundo Buzan; Waever e Wilde (1998, p. 7), os setores

identificam o tipo de interação e possuem uma perspectiva mais ampla com a inclusão de novos setores além do político e militar. A compreensão da segurança em setores demonstra que segurança deve ser compreendida a partir de contextos ampliados.

Os setores de análise são: militar, político, econômico, societal e ambiental. Sobre os setores, os autores afirmam

De modo geral, a segurança militar concerne dois níveis de interação das capacidades armadas ofensiva e defensiva dos Estados, e as percepções dos Estados das intenções uns dos outros. A segurança política diz respeito à estabilidade organizacional dos Estados, dos sistemas de governos e das ideologias que lhes dão legitimidade. A segurança econômica consiste no acesso aos recursos, finanças e mercados necessários para sustentar níveis aceitáveis de bem estar e poder estatal. Segurança societal refere-se à sustentabilidade, dentro de condições aceitáveis para evolução, de padrões de evolução da língua, cultura e identidade religiosa e nacional e costumes. A segurança ambiental refere-se à manutenção da biosfera planetária como sistema de apoio essencial sob o qual todas as empreitadas humanas dependem (BUZAN et al., 1998, p. 8). Tradução nossa.

Entende-se então que o setor militar aborda as relações de coerção forçada. O setor político destaca as relações de autoridade, status de governo e reconhecimento. O setor econômico, por sua vez enfatiza relações de comércio/negociação, produção e finanças. O setor societal salienta relações de identidade coletiva e, por fim, o setor ambiental aponta a relação entre a atividade humana e a biosfera planetária. Nota-se que todos os setores destacam o aspecto relacional, isto é, como se dão as relações - ou os padrões de interação - dentro de cada setor. Cabe ainda salientar que questões securitizadas podem envolver mais de um setor ao mesmo tempo.

4.5.2 O setor militar

Como já mencionado, o setor militar aborda as relações de coerção forçada. De acordo com Buzan; Waever e Wilde (1998), este é o setor no qual o processo de securitização é o mais provável de ser institucionalizado. Apesar disso, nem tudo no setor militar diz respeito à segurança. Um exemplo disso são as missões de paz realizadas por militares de um dado país realizado em países com conflitos ou arrasados por desastres ambientais.

Os autores discutem que o Estado moderno é definido pela ideia de soberania. A isso soma-se a definição weberiana de Estado compreendido como “aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o 'território', faz parte de suas características – reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima (WEBER, 1982, p. 98). Destaca-se, portanto, o monopólio legítimo da força, a qual é efetiva para adquirir e controlar território (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 49). Neste setor, o Estado é o principal objeto de referência e as elites militares os atores securitizantes mais importantes. Buzan; Waever e Wilde (1998, p. 50) postulam que

na prática, a agenda de segurança militar gira em torno da habilidade dos governos em se manterem contra ameaças militares internas e externas. Mas, também pode envolver o uso do poder militar para defender Estados ou governos contra ameaças não-militares a sua existência, como migrantes ou ideologias rivais. Tradução nossa.

Destarte, a ideia de ameaça pode vir de atores internos ou externos ao Estado e tais ameaças podem ser militares ou não. Pode-se construir a ideia de que um grupo numeroso de migrantes possa ser considerado ameaça não-militar dentro de um dado local. Um Estado que começa a ampliar seu arsenal bélico ou fazer testes nucleares, pode gerar nos Estados vizinhos a sensação de ameaça militar iminente. O setor militar é o mais estatocêntrico dentre os outros setores.

4.5.3 O setor ambiental

O debate no setor ambiental não é consensual, alguns autores enquadram esta área como parte do setor político ou militar, portanto tentativas de securitização é relativamente recente neste setor por organizações internacionais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 71).

A discussão das mudanças climáticas é um assunto relativamente recente nas agendas principais das Relações Internacionais vigentes no Realismo e Liberalismo, por exemplo, onde se discutiam temas voltados para a segurança internacional, e conceitos como poder e soberania, além de tomar o Estado como ator único ou principal. No debate do setor ambiental há duas agendas que nem sempre coadunam: a agenda científica e a agenda política.

Em 1988, estabelece-se o IPCC, maior autoridade sobre mudanças climáticas e suas consequências. Este órgão teve grande influência no pensamento mundial sobre aquecimento global e tem como objetivo reunir e analisar cautelosamente o maior número possível de dados científicos sobre as condições climáticas. A agenda científica segue padrões acadêmicos. Organizações não-governamentais também são atores importantes e que pautam a agenda científica no debate ambiental.

A agenda política, por sua vez, é formada principalmente por atores governamentais e intergovernamentais e consiste no processo de tomada de decisão pública e políticas públicas que se direcionam a como lidar com questões ambientais. É a agenda política que reflete, de modo geral, o grau de politização - pode ser realizada por partidos políticos, empresas, mídia - e securitização.

O principal objeto de referência do setor ambiental é o meio-ambiente, no entanto os autores apontam uma relação entre o meio-ambiente e as civilizações, de modo que as civilizações também podem ser objetos de referência quando analisamos tal setor, uma vez que a destruição do ambiente em que um dado povo vive, pode levar à extinção dos mesmos.

Considera-se que o setor ambiental como um todo é complicado por conta de sua variedade de assuntos e questões passíveis de debate. Sobre mudanças climáticas, por exemplo, Giddens (2009, p. 207) explica que

questões sobre mudanças climáticas especialmente em conjunto com o desenvolvimento e a escassez de energia poderia torná-los militarizado e dominado por riscos de segurança. O resultado seria uma progressiva deterioração da cooperação internacional, onde a segurança é vista como crescentemente divisível. Tradução nossa.

No quadro a seguir mostramos alguns dos tópicos debatidos na agenda ambiental, esclarecendo que nem todos precisam aparecer ao mesmo tempo, além de poderem ser abordados pelas lentes de outros setores. Na maioria dos casos, a securitização enfoca conflitos em outros setores cujas raízes podem estar na degradação ambiental, por exemplo (BUZAN; WEAVER; WILDE, 1998, p. 84).

Quadro 11 – Tópicos presentes na agenda ambiental

Tópico	Exemplos:
a) Destruição de ecossistemas:	Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desmatamento, desertificação e outras formas de erosão, esgotamento da cama de ozônio; várias formas de poluição.
b) Questões energéticas:	Esgotamento dos recursos naturais, várias formas de poluição (incluindo gestão de riscos e desastres), escassez e distribuição desigual.
c) Questões populacionais:	Crescimento populacional e hiperconsumo, epidemias e baixas condições de saúde, queda no índice de letramento, migrações politicamente e socialmente incontroláveis, incluindo urbanização descontrolada.
d) Questões alimentares:	Pobreza, fome, hiperconsumo e doenças relacionadas a isso, perda de solo fértil e recursos hídricos, epidemias e más condições de saúde, escassez e distribuição desigual.
e) Questões econômicas:	Proteção de modos de produção insustentáveis, instabilidade social inerente ao crescimento imperativo e assimetrias estruturais e desigualdade.
f) Conflito civil:	Por um lado, dano ambiental relacionado à guerra, por outro, violência relacionada à degradação ambiental.

Fonte: Buzan; Waever; Wilde (1998, pp. 74-75). Adaptado. Tradução nossa.

4.5.4 O setor econômico

Para Buzan; Waever; Wilde (1998, p. 95) a ideia do sistema econômico como um todo é controversa e politizada, pois o sistema capitalista é imbuído de contradições e complicações nas quais a insegurança se faz constantemente presente. Para os autores a segurança econômica localiza-se nos debates da Economia Política Internacional, no que se refere à natureza da relação entre a estrutura política da anarquia e a estrutura econômica do mercado.

Por conseguinte, os autores supracitados apregoam que há percepções distintas no que tange a questão econômica e o que seria prioritário em cada uma delas: o Estado, a sociedade ou os mercados. O posicionamento mercantilista alega que a política deveria ser a prioridade, pois considera-se que a segurança econômica está atrelada ao Estado e à segurança nacional. Os liberais, por seu turno, creditam mais importância à economia, postulando que “a economia está enraizada no tecido social. Isto posto, o objeto principal da segurança econômica é desenvolver regras que criam fatores de mobilidade entre economias nacionais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 95)”.

Por fim, os socialistas ficam entre as duas perspectivas anteriores, considerando que “a economia está na base do tecido social e que, nessa medida, os Estados fogem desta lógica. Portanto, a tarefa deles seria direcionar a economia em direção aos objetivos políticos e sociais de justiça e equidade (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 95)”. Deste modo, a segurança teria como enfoque os Estados economicamente mais fracos contra os mais fortes. A percepção socialista ficou marginalizada após o fim da Guerra Fria, com vitória do ocidente liberal sobre o oriente socialista.

A ordem econômica liberal tornou-se a proeminente no sistema internacional, intensificada com a expansão do capitalismo e globalização. Segundo Buzan; Waever; Wilde (1998, p. 98), integração e a abertura da economia global trouxe alguns efeitos no comércio e nas finanças, dois dos principais efeitos foram: em primeiro lugar, maior exposição das economias nacionais à competição por parte de outros produtores no mercado global. Em segundo lugar, a dependência da estabilidade e funcionamento uma vez que as economias globais estavam interligadas, tornando-se ameaçadas pela possibilidade de crise sistêmica que romperia o fluxo de bens e capital no mundo inteiro.

Os autores destacam ainda a dependência econômica de países em desenvolvimento herdadas do período colonial, os quais são, em sua maioria, fornecedores de matéria-prima, isto é, produtos de baixo valor agregado. Os autores salientam que tais países muitas vezes estão presos a negociações desvantajosas que os distanciam da competitividade, estes países possuem independência política, mas são penetrados por valores políticos e financeiros externos.

Queiroz (2011, p. 41) discute que a mobilidade dos fatores de produção, isto é, bens, capital e mão-de-obra, permite que qualquer produto seja encontrado em qualquer parte do mundo, incluindo uma série de ilícitos como mercadorias contrabandeadas, drogas ilegais, pessoas tratadas como mercadoria para exploração sexual e de trabalho. Naim (2006, p. 11), por sua vez, destaca as transformações no sistema internacional ocasionadas pelo alastramento do comércio internacional, ocasionando a mudança das regras e inserção de novos atores que reconfiguram o poder na política e na economia mundial. Deste modo,

ações ilícitas acabam justificando a securitização uma vez que ela ameaça funções centrais do Estado: território e ordem econômica. Queiroz (2011, p. 43) pontua que

em um mundo cada vez mais interconectado e interdependente, característica marcante da globalização econômica, o nível sistêmico (global) e o nível regional sobressaem como as principais arenas em que ocorrem os movimentos de securitização neste setor. Há também, ainda que em menor escala, tentativas de securitização que se manifestam no nível local. As fortes conexões que se estabelecem a partir deste setor evidenciam que múltiplos atores setoriais e subnacionais procuram maximizar seus interesses particulares dentro do país, estabelecendo redes e alianças com forças similares de outros países, construindo, desse modo, dinâmicas transnacionais.

No setor econômico o Estado e a ordem econômica internacional são os objetos de referência mais notáveis. O discurso sobre segurança econômica é moldado pela dominação da agenda liberal (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 97). Os autores destacam que a empresa é uma unidade peculiar do setor econômico, em Estados fracos, há empresas cuja atuação influencia significativamente em decisões do Estado. Cabe ainda ressaltar que a securitização no setor econômico pode ter suas raízes em outros setores, principalmente no setor político.

4.5.5 O setor societal

O setor societal. Buzan; Waever e Wilde (1998) preconizam que há uma distinção entre Estado e Sociedade, ainda que se trate do mesmo povo. Eles afirmam que o Estado se baseia no território fixo e associação formal, enquanto a sociedade está ligada à identidade. Desta maneira, societal carrega a ideia de unidades coletivas, isto é, comunidades com as quais alguém se identifica (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 120). Logo, neste setor a ameaça se dá em relação à identidade de um grupo ou povo, uma vez que a segurança societal está ligada a ideia de segurança política, a qual diz respeito à estabilidade organizacional dos Estados, sistemas de governo e ideologias que dão aos governos e Estados sua legitimidade” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 119).

Dentre os aspectos percebidos como ameaça à segurança societal estão a migração, a competição horizontal, a competição vertical e a despopulação. Observemos no quadro abaixo como funciona cada um.

Quadro 12 - Ameaças no setor societal

Ameaça	Como se dá a ameaça	Exemplo:
Migração:	um povo X sente que está sendo diluído ou ultrapassado por um povo Y.	temor na Guiana Francesa de que o número de migrantes supere o da população <i>créole</i> , maioria política local.
Competição horizontal:	diz respeito às mudanças culturais e linguísticas provocadas pela influência de culturas vizinhas, vindo a superar o modo de vida "original".	influência dos <i>Bushinenges</i> do Suriname e de brasileiros na Guiana Francesa.
Competição vertical:	mudança na percepção da própria identidade por processos que os puxam para identidades distintas, mais ampla e mais restrita ao longo do tempo.	processo de assimilação aplicado na Guiana Francesa durante o período colonial para que os habitantes se percebessem apenas como franceses; processo de identificação com o entorno geográfico.
Despopulação:	ocorre por pragas, guerras, fome, catástrofe natural ou políticas de extermínio ameaçando aqueles que carregam a cultura. Neste caso, a ameaça atinge primariamente aos indivíduos.	desemprego em larga escala.

Fonte: BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, pp. 121-122. Adaptado.

Recorrentemente a migração é um assunto securitizado, presente tanto no discurso de políticos e até mesmo da população como um todo, a xenofobia tem crescido na mesma proporção em que os migrantes tem sido atacados, pessoalmente ou virtualmente. Bali (2008) afirma que a migração é vista como uma ameaça à coesão social e à estabilidade e isto ocorre também em função das questões econômicas, pois tais comunidades podem ser vistas como fardo econômico para uma dada sociedade. A migração tem a capacidade de alterar a composição de uma população, o que pode contribuir na formação identitária e desencadear mudanças políticas e sociais. Assim, o estudo dos movimentos migratórios é pertinente nas relações internacionais, não apenas sob a ótica da segurança.

3.5.6 O setor político

No que concerne o setor político, os autores da Escola de Copenhague o classificam como pressionado entre os setores societal e militar. Buzan; Waever; Wilde (1998, p. 142) aventam que as ameaças políticas são objetivadas na estabilidade organizacional do Estado. Seus propósitos podem vão desde pressionar governos em uma decisão particular ou específica, como remover o governo, fomentar a separação e interromper o tecido político do Estado para enfraquecê-lo. Logo, uma ameaça ao setor político afeta diretamente a estabilidade do Estado, afetando questões ideológicas, se insere neste contexto a percepção do Estado como propiciador socioeconômico, associando sua legitimidade e com o sucesso econômico e social (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 145). No caso da Guiana Francesa, pode-se notar o reconhecimento do Estado como propiciador do bem-estar socioeconômico, de modo que a movimentação social reivindicava melhores condições de vida, mas não independência.

A Escola de Copenhague e sua proposta teórica propõe que sejam repensados processos pelos quais temas de segurança se tornam questões de segurança (WILLIAMS, 1998). A divisão em setores amplifica a agenda de segurança uma vez que segurança não fica restrita a questões políticas e militares. Ressalta-se que eles são parte de um todo, indissociáveis. A inclusão de atores não tradicionais e não estatais como centrais nas dinâmicas de segurança também foi um avanço, relativizando o estatocentrismo frequente no debate tradicional de Segurança. (QUEIROZ, 2011). A teoria dos complexos regionais de segurança mostra-se como resposta à globalização e evidencia que há problemas que demandam soluções conjuntas para um mesmo entorno.

5 NOTÍCIAS E CONFLITO: ANÁLISE DO JORNAL FRANCE-GUYANE

Neste capítulo analisamos os jornais com base nos referenciais apresentados. O capítulo 2 apresentou a formação da Guiana Francesa, permitindo a compreensão das dinâmicas daquela coletividade. Enquanto o capítulo 3 estabeleceu o arcabouço teórico específico para proceder a análise do conflito. As análises embasam-se, portanto, na concatenação dos capítulos mencionados para compreensão da movimentação social estudada. O enfoque da pesquisa foi na perspectiva dos atores envolvidos no conflito, isto é, a sociedade guianense e o próprio jornal analisado, que também é considerado um ator, evidenciando o protagonismo das mobilizações sociais e conflito na produção da sociedade.

As notícias são uma fonte validada e amplamente utilizadas por pesquisadores dos Estudos de Paz e de outras áreas para estudar conflitos. Caracterizadas como fontes secundárias, as notícias podem ser acessadas de forma impressa ou online, esta última mais comum atualmente com o crescimento do acesso à Internet.

Dentre os aspectos a serem observados na análise de notícias, Dulic (2011, p. 38) aponta a agência como sendo um dos principais, pois trata dos atores envolvidos nos conflitos e suas ações, buscando identificar como fatores estruturais como cultura e ideologia influenciam na ação e na tomada de decisão dos atores. Sabendo que as notícias passam pelo filtro do jornalista que redigiu uma dada matéria, o analista de conflito para elaborar sua avaliação externa precisa conhecer o contexto do conflito, bem como observar a quem a matéria se dirige (público-alvo), se o autor está envolvido ou não no conflito, quando foi escrita, se a fonte está na língua do local ou foi traduzida etc.

O jornal diário *France-Guyane*⁸ é escrito em língua francesa e editado pelo grupo *France-Antilles* e *Hersant*. Com polos em Caiena, Guadalupe e Martinica, a

⁸ O grupo *France-Antilles* ao qual o jornal *France-Guyane* pertencia entrou em recuperação judicial em 2019, tendo sido feita a liquidação judicial em 2020, extinguindo o único jornal impresso na localidade – assim como em Guadalupe e Martinica – a partir de 30 de janeiro de 2020. A linha editorial do jornal previa uma 'geopolítica regional', privilegiando notícias do entorno geográfico dos departamentos de além-mar. Buscavam ainda dar visibilidade à diversidade existente no território guianense, ainda que as diferenças provocassem tensões. O site do jornal *France-Guyane* segue ativo, disponível em: <https://www.franceguyane.fr/>.

orientação do jornal não se dá a partir da metrópole, mas sim da França de além-mar e a linha editorial prioriza os acontecimentos regionais dos departamentos/coletividades, do Caribe e demais locais do entorno geográfico onde se fazia presente. Analisamos um conjunto de vinte e sete exemplares de jornais impressos publicados entre 18 de março e 23 de abril de 2017. Os jornais foram publicados diariamente permitindo uma construção cronológica dos fatos enquanto eles aconteciam.

A análise se deu com base na metodologia empregada nos Estudos de Paz, como o conhecimento histórico, e considerado o referencial teórico aqui adotado, com enfoque nos setores de análise da Escola de Copenhague e suporte de outras áreas como o a Geografia, especialmente com o conceito de região, a Antropologia nas especificidades das etnias que compõem a população da Guiana Francesa e os Estudos Culturais, com a discussão sobre identidade e migração.

A greve geral ou movimentação social de 2017 foi a maior mobilização social ocorrida na história da Guiana Francesa, envolvendo todas as classes sociais e integrantes de grupos socioculturais diferentes. A coletividade tem um histórico de mobilizações ocorridas desde os anos 1943, antes da departamentalização. Logo, mobilizações sociais, marchas, protestos e bloqueios fazem parte da memória coletiva dos guianenses, com destaque para a mobilização de 1996 - pela instalação de uma reitoria que cuidasse da educação local - e 2008, em razão dos preços dos combustíveis (CHEONG, 2010).

Hervé Théry (2017) afirma que a greve teve início em 20/03/2017 com o chamado do sindicato *União dos Trabalhadores Guianenses* (UTG: *Union de Travailleurs Guyanais*). No entanto, a tensão social já era latente desde fevereiro após homicídios cometidos na periferia de Caiena, os quais deram notoriedade ao coletivo 500 Irmãos⁹. A edição conjunta dos dias 18 e 19 de março já mostrava que havia um sobreaviso de greve. As principais demandas dos trabalhadores da empresa de energia da Guiana Francesa (EDF) diziam respeito à política de contratação da empresa, gestão dos recursos humanos, degradação das condições

⁹ O coletivo 500 Irmãos (500 Frères) foi um grupo criado em 2016 e cuja aparição pública se deu em fevereiro de 2017, após o assassinato de um jovem na periferia de Caiena. Composto por homens fortes (ex-militares, seguranças, membros de academia de musculação), vestidos de preto e com o rosto encoberto, foram às ruas reivindicar contra a delinquência, exigindo mais segurança no território guianense. Alguns tratavam este grupo como uma milícia, acusação da qual eles se defendiam.

de trabalho, além da supressão de postos de trabalho e falta de investimento na rede. Os trabalhadores afirmavam que o trabalho estável estaria sendo substituído por trabalhadores temporários. Deste modo, pode-se perceber que havia nas reivindicações uma identidade de classe.

Na mesma edição, cuja manchete pode ser livremente traduzida como “O golpe de força”, infere-se que há uma “queda de braço” entre o coletivo 500 Irmãos e o Estado francês. É explicitado que o coletivo forçou sua participação em uma reunião com representantes oficiais na reunião da Convenção de Cartagena realizada em Caiena. Na ocasião, estava presente a ministra do Meio Ambiente francesa Ségolène Royal. O grupo exigia que alguma medida fosse tomada para conter a crescente violência na Guiana Francesa. Sob o *slogan* *Nou bon ké sa!* (Já basta) em créole, o apelo destacava ainda a ineficácia das leis francesas diante da realidade local.

Figura 7 – Capa da Edição de 18-19/03/2017.



Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 1.

A capa mostra também algumas das questões que estavam em debate como a questão das terras, construções de escolas, estrada entre Caiena e Kourou e o pagamento de valores sociais mínimos. A queda de braço metafórica evidencia o desacordo entre as partes existentes, caracterizando o conflito político na definição do Barômetro de Conflito (2018, p. 3) que o caracteriza como uma “diferença de posição entre dois atores assertivos e diretamente envolvidos acerca de valores relevantes para uma sociedade” ao mesmo tempo em que se associa a contradição ocasionada por incompatibilidade de ideias e crenças que Galtung (1996) identifica conflito como. É possível estabelecer uma distinção entre os atores: de um lado um coletivo contra violência e do outro o Estado, na figura de uma ministra que o representa.

Figura 8 – Edição de 18-19/03/2017.



Fonte: Jornal France-Guyane, 2017. p. 2.

Na página seguinte, a voz do coletivo 500 Irmãos é uníssona, demonstra a insatisfação diante da insegurança e cobrança para com o Estado francês. Ao abordar a questão da violência - uma das preocupações da população e reivindicação nas manifestações - dirige-se diretamente à ministra presente na coletividade para outro evento e protestam afirmando que basta de ladrões e saqueadores. Complementar a isso profere

Neste país, matam-se pessoas por nada e ninguém diz nada. A França tem que nos dar segurança. Este país está cansado, ele vai mal. Houve quatro mortes em Caiena em quatro semanas. As leis aqui não são boas. É preciso assinar os acordos de extradição, pois **80% dos prisioneiros são estrangeiros! Isso apodrece a Guiana.** queremos que isso se resolva de uma vez por todas. **Nós não somos racistas, mas queremos a paz na Guiana.** Não somos perversos. Nós vos respeitamos. Então, se vocês amam a Guiana, nós vos pedimos solenemente que venham os Ministros do Interior, de Relações Exteriores, da Saúde e da Educação” (FG, edição de 18 e 19 de março de 2018, p. 2). Tradução nossa. Grifo nosso.

Outro aspecto perceptível na fala do coletivo é a associação entre a violência existente na Guiana e a migração, uma vez que se afirma que a maioria dos presos é de origem estrangeira. Hidair (2008) afirma que é comum na GF o uso dos termos estrangeiro e migrante como sinônimos, o trecho acima corrobora a proposição da autora. É bastante frequente relacionar migração e criminalidade favorecendo a sua securitização.

Conforme Bitá (2008) descreve, a migração pode se tornar uma ameaça à coesão social e à estabilidade se os migrantes ou as comunidades minoritárias forem vistos como um fardo econômico para a sociedade de um dado local. Portanto, este é um aspecto sempre latente e que precisa ser analisado ao se discutir a Guiana Francesa. Discutimos nos capítulos 2 e 3 sobre a identidade como um algo construído no contato com o outro a partir do processo de diferenciação. Deste modo, a representação da identidade do migrante, chamado de estrangeiro, está imbuída de conotações negativas. A Guiana Francesa é um local cuja população é quase toda migrante, uma vez que apenas os ameríndios são originários e ocupavam o território antes da colonização. No entanto, as tensões entre os diferentes grupos existentes e o medo de que a quantidade de migrantes de

outras origens (como surinameses, haitianos e brasileiros) supere a população *créole* é evidenciado em falas como a acima.

Na edição do dia 21/03/2017, a manchete evidencia os bloqueios e duas manifestações diferentes. O grupo de trabalhadores da empresa de energia elétrica e o coletivo *Toukans*¹⁰ bloquearam a rotatória de acesso ao Centro Espacial da Guiana em *Kourou*. As reivindicações dos trabalhadores são as já mencionadas anteriormente, voltada às questões trabalhistas. Enquanto o coletivo demandava por melhorias no Centro Médico Cirúrgico de *Kourou*. Este estabelecimento de saúde estava sob a administração da Cruz Vermelha e aos poucos perdendo seu caráter público e gratuito. Diante disso, os *Toukans* reclamavam que o Estado francês assumisse a responsabilidade e garantisse o acesso à saúde para a população. Somado a isso, o coletivo exigia também segurança por meio da instalação de uma delegacia de polícia, uma vez que a violência fazia aumentar o medo.

A edição demonstra que os grupos esperavam por apoio de outros coletivos em partes diversas da coletividade, o que se confirmou depois. Scherer-Warren (2006) afirma que as sociedades globalizadas são complexas e multiculturais, mas que movimentos sociais podem reunir os diferentes grupos evidenciando afinidades que serão demonstradas por meio de identidades diversas, tanto de classe quanto étnicas. Quando os indígenas acrescentam os *bushinenges* em suas pautas, sinalizam a compreensão de que este grupo também é povo da floresta, com modos de vida que se aproximam dos seus próprios. Além disso, estes dois grupos somam forças ao se juntarem, pois seu acesso a direitos se deu mais de cem anos após o acesso dos *créoles* à cidadania francesa.

¹⁰ Coletivo formado por funcionários e usuários do Centro Médico-Cirúrgico de Kourou (CMCK), reivindicavam que a venda do CMCK fosse revista, assim como exigiam mais investimento público na saúde local.

Figura 9 – Capa da edição de 21/03/2017.



Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 1.

Outro grupo com identidade de classe definida e mencionado no jornal é o de motoristas do porto de Caiena, os quais bloquearam a entrada do local para questionar a concessão dada a uma empresa europeia para trabalhos futuros na nova estação de lançamento espacial Ariane 6. Os trabalhadores alegavam que a concessão geraria desemprego com o impedimento da participação deles. Grupos de agricultores e outros sindicatos são citados como insatisfeitos com a condução política na Guiana.

Figura 10 – Edição de 21/03/2017.

2

FRANCE-GUYANE • Mardi 21 mars 2017

POUR NOUS CONTACTER
17, rue Lallemande, BP 428,
97329 Cayenne, Guayane,
Tel. : 05 94 29 70 00
Fax : 05 94 29 70 22
Email :
france.guyane@medias-antilles.fr

LE FAIT DU JOUR

Des tensions de toutes parts
Agents d'EDF, sous-traitants de la base spatiale, transporteurs, agriculteurs, chauffeurs de bus de l'Agglo, agents de la Caf et employés du centre médico-chirurgical. De toutes parts, les conflits sociaux se multiplient. Avec deux satisfactions pour la population. D'abord, comme annoncé par l'UTG (lire notre précédente édition), l'électricité n'a pas été coupée. Ensuite, les stations-service fonctionnent, contrairement à ce qu'annoncent les réseaux sociaux.

Un blocage, deux manifestations

C'est par **hasard** que le **collectif des Toukans** et les **grévistes d'EDF** se sont retrouvés à Kourou, hier, pour **bloquer le rond-point du CSG**. Leurs revendications ne sont pas les mêmes mais ils font **front commun**.



Le rond-point du CSG est bloqué par les manifestants depuis 4h30 hier / photo KS

divers. Chez EDF, la liste des revendications est longue, allant de l'emploi (arrêt des suppressions de postes vacants et embauche d'intérimaires) aux investissements (avec notamment le doublement de la ligne Kourou-Saint-Laurent), en passant par l'évolution au sein de l'entreprise, l'organisation, les conditions de travail, la formation et la sécurité (réfection de la route de Petit-Saut).

« ICI, LES GENS ONT PEUR »
Des mesures concrètes très loin des préoccupations des Toukans, engagés dans deux batailles d'importance : l'avenir du centre médico-chirurgical de Kourou et les problèmes d'insécurité dans la ville. « On veut d'une part que le CMCK devienne un établissement public de santé, indique José Mariéma. Et d'autre part, que l'État prenne ses responsabilités pour assurer la sécurité à Kourou. Ici, les gens ont peur, ils n'osent plus sortir. Les vols sont répétés dans les commerces. On dit stop à tout ça. Et on réclame un commissariat de police. » Si les revendications sont propres à chacun, la détermination est la même chez tous les manifestants. « On ira jusqu'au bout, on ne bougera pas d'ici tant qu'on n'aura pas obtenu satisfaction », assentent en chœur les deux porte-paroles. Hier soir, les Toukans ont campé sur place. Ils espèrent être rejoints par les Iguanes de l'Ouest et les 500 Frères. Mais ces derniers étaient réunis avec la population à Cayenne.

Pas de négociations pour EDF
Les clients d'EDF-Guyane n'ont pas été impactés, selon la direction du groupe, par la grève des agents qui a été entamée hier. L'alimentation électrique aurait toujours été assurée. Le mouvement a été suivi par 16 % du personnel. La direction a donné rendez-vous aux grévistes à deux reprises au siège, boulevard Mandela à Cayenne. Mais le piquet de grève étant à Kourou, les syndicats ont décliné les invitations. « Ils peuvent venir à Kourou », a simplement déclaré Davy Rimane, l'un des leaders syndical à EDF-Guyane. La direction, qui ne s'est pas déplacée, avait préparé des réponses concernant l'investissement, l'emploi, les conditions de travail et le salaire. Un demi-milliard d'euros d'investissement est prévu d'ici 2023 avec, notamment, la construction d'une nouvelle centrale de production sur l'île de Cayenne. Cela a été confirmé par la signature du programme pluriannuel de l'énergie (PPE) en Guyane, selon la direction. « L'emploi des agents en Guyane est sécurisé malgré les turbulences qui secouent le groupe », a également annoncé Philippe Lahary, directeur de cabinet à EDF. Le groupe compte 500 salariés en Guyane. Concernant les conditions de travail, une réflexion devrait être menée pour améliorer celles des salariés des communes de l'intérieur, notamment au niveau du logement. Le mouvement de grève continue aujourd'hui à Kourou. Mais les coupures d'électricité ne sont pas au programme.

M.J.

« ON L'OBLIGE À NOUS ENTENDRE »
Du côté d'EDF, on défend aussi ce choix : « Tous les secteurs d'activité en Guyane se portent mal. Sauf un : le spatial, explique Micheline Antoinette, la secrétaire adjointe de l'UTG éclairage. Or, EDF et le CSG ont un patron commun : l'État. En bloquant l'accès au site, on l'oblige à nous entendre. » Côté à côté hier, ils défendaient des intérêts

Karin SCHERHAG

Endel cloue la fusée au sol

Les salariés de la société, qui **devaient déplacer Ariane-5 jusqu'à son pas de tir**, sont en **grève à plus de 80 %**. Le **lancement de ce soir est reporté**. Des **discussions ont démarré** hier soir avec la direction.

C'est un événement extrêmement rare. La dernière fois, c'était en 2011 lors de la grève chez Telespazio. Hier, un mouvement social a provoqué le report du tir d'Ariane-5. Cette fois-ci, le conflit se déroule chez Endel. Ce sont les chauffeurs de cette entreprise qui déplacent la fusée jusqu'à son pas de tir. Ils devaient le faire hier. Au lieu de ça, ils se sont mis en grève à plus de 80 %.

AUGMENTATION DES SALAIRES
« Nous sommes trois syndicats à revendiquer, la CDIG, l'UTG et Force ouvrière, avec le soutien des cadres en grande partie, même s'ils ne se sont pas joints à ce mouvement officiellement, détaille Didier Pichery, de FO. Notre point de revendication concerne la réouverture des négociations annuelles obligatoires. Celles-ci se sont très mal déroulées à la dernière réunion. Il y a eu une fin de non-recevoir de la direction. On parle bien d'augmentation des salaires. L'année dernière, l'actionnaire a touché des dividendes à hauteur de 10 millions d'euros. Et pour l'instant, pas d'augmentation générale pour les ouvriers. » Après le conflit de janvier, le directeur Philippe Mouguet avait expliqué que ces augmentations n'étaient pas possibles et qu'Endel devait serrer la vis en raison des renégociations de contrat avec le Cnes. Une rencontre a débuté hier à 18 heures entre grévistes et direction.

De leur côté, Arianspace et le Cnes espèrent pouvoir procéder au lancement demain soir, toujours à 17h31.

J.-A.I. & L.A.



Hier, à l'appel de trois syndicats, Endel s'est mis en grève / photo JAI

PLUS D'INFOS
Les élus de Kourou soutiennent le mouvement
On pourrait appeler cela un accouchement dans la douleur. Hier, à l'issue d'un conseil municipal tendu, les élus kourouciens ont souhaité apporter leur soutien aux manifestants par le biais d'une motion. Proposée en début de séance par Adelson Magloire, le texte a été rédigé par les services municipaux avant d'être présenté à l'ensemble des élus. Et d'être débattu, remodelé, réécrit... et prétexté de nouvelles divisions. Le groupe de l'ancien maire, Jean-Étienne Antoinette, a finalement décidé de ne pas signer cette motion, au motif qu'elle ne concernait pas uniquement la situation du CMCK. Les autres élus sont parvenus à tomber d'accord sur un texte dans lequel on peut notamment lire qu'ils maintiennent « leur soutien aux mouvements citoyens et syndicaux et s'engagent à mener toutes les démarches nécessaires pour sauvegarder l'offre de soins à Kourou. Ils conviennent à manifester tous ensemble une volonté claire pour que des solutions concrètes soient mises en place. Et cela dans tous les domaines de la vie quotidienne des Guyanais. » Hier midi, tous se sont rendus sur le lieu du blocage.

K.S.

Fonte: Jornal France-Guyane, 2017. p. 2.

Percebe-se que há um agravamento da tensão de uma edição para outra. No dia 23/03/17 a manchete principal não é sobre o movimento social, mas há reportagens diversas sobre ele. O destaque vai para a discordância quanto a assinatura do “Pacto para o futuro” (*Pacte d’avenir*). O presidente da Coletividade Territorial da Guiana (CTG), Rodolphe Alexandre, reuniu-se sozinho com a ministra Ségolène Royal, gerando insatisfação por parte de coletivos. Os grupos insatisfeitos almejavam a presença de outros representantes do Estado francês na Guiana e que houvesse um plano de investimento. Uma palavra bastante recorrente nos jornais é como os políticos são chamados “eleitos”. Entende-se que o uso constante deste vocábulo expõe o enfoque na escolha destes como representantes dos eleitores, devendo, portanto, apoiá-los em suas manifestações. A edição anteriormente exposta (21/03), por exemplo, traz em uma das matérias o apoio dos “eleitos de Kourou” ao movimento social.

Outro setor postulado como em colapso era o educacional. Segundo o jornal, havia escolas no interior da coletividade em condições precárias e insalubres, sem pessoal de limpeza desde novembro de 2016. Portanto, estes estabelecimentos fecharam em apoio aos coletivos em greve e aos bloqueios, inclusive deixando pré-aviso de greve para o dia 27 de março. A educação é vista como um meio de transformação social, a dificuldade de acesso à educação ou mesmo sua precarização é percebida pela comunidade guianense, especialmente as mais distantes dos centros urbanos como um fator de distanciamento das mudanças possíveis e expectativa de melhoria de vida e mesmo do futuro da comunidade como um todo.

Na edição de 07 de abril, Alexandra Crette, uma das porta-vozes da educação, afirma

A escola na Guiana não se sente compreendida pelo governo [...] Com o Estado não existe diálogo. [...] Na França, a escola é obrigatória. A educação é um dos deveres da República. Aqui, muitas crianças acham difícil ir à escola. Todos concordam em dizer que é uma das coisas mais urgentes a resolver, mas ninguém faz nada. Nós reduzimos o diálogo sobre estas questões de construção de escolas. Mas, se estas construções não forem realizadas nas proximidades das moradias, não resolverá nada.” Alexandra Crette, porta-voz da educação (FG, edição de 07 de abril de 2017, p. 5). Tradução nossa.

Percebe-se uma reclamação de ausência de diálogo com o Estado, ao mesmo tempo em que o Estado é colocado como figura central demonstra-se a

sensação de esquecimento e abandono frequente na fala de membros da coletividade, também em outros setores como mostraremos ao longo da análise. O abandono ganha maiores proporções quando se estabelece o comparativo com a França hexagonal pois nota-se que a não-escolarização é maior na Guiana Francesa.

Quadro 13 – Diferença de escolarização

Idade	Guiana Francesa	França
6 – 16 anos	4%	1,3%
12 – 15 anos	5%	< 1%

Fonte: FG, 2017, p. 5.

Ainda sobre as dificuldades educacionais, Alexandra Crette brada

Na França a educação é obrigatória. A educação é mesmo um dever da República. Aqui, muitas crianças têm problemas para ir à escola. Todo mundo concorda em dizer que esta é uma das coisas mais urgentes a resolver, mas não faz nada. Nós diminuimos o diálogo sobre a questão de construção das escolas. No entanto, se as construções não forem realizadas próximas da moradia (dos alunos), não vai adiantar” (FG, edição de 07 de abril de 2017, p. 5). Tradução nossa.

O debate sobre a construção de escolas é histórico na Guiana Francesa, a migração demanda mais serviços educacionais e que mais escolas sejam construídas (HIDAIR, 2008). Segundo Hidair (2008), a GF tem o nível escolar mais baixo dos DROM, alguns pais inclusive atribuem a queda no nível escolar à questão migratória, levando filhos a estudarem longe de casa. Ademais, estudantes do interior são mais impactados com a precarização. Outra reclamação é que seja construído um polo da Universidade da Guiana em Saint-Laurent, descentralizando e oportunizando a formação superior na região oeste da coletividade. Concordando com Hidair (2008), pensamos que os problemas no setor educacional da GF têm origem social em detrimento das questões culturais.

Jeudi 23 mars 2017 | FRANCE-GUYANE

L'ESSENTIEL EN GUYANE

5

Des lycéens reçus à la préfecture

Une délégation de lycéens a été reçue à la préfecture, hier après-midi, par Martin Jaeger, le président de la Collectivité territoriale de Guyane (CTG) Rodolphe Alexandre et le recteur Alain Ayong Le Kama. Les jeunes ont exposé leurs nombreuses revendications dont la construction de lycées à Maccouria, Saint-Georges et Maripasoula, la diversification et l'adaptation de l'offre de formation aux réalités de la Guyane... Ils demandent également d'inclure dans les programmes scolaires des cours d'histoire-géographie sur la Guyane, de prendre en charge la restauration des jeunes du fleuve Maroni, de programmer l'extension de l'Université de Guyane, de renforcer le service des transports en commun et de lutter contre l'insécurité, etc. Les discussions ont duré plusieurs heures.

ET AUSSI

► **Les écoles de Kourou et Saint-Laurent fermées**
Le maire de la ville spatiale continue d'apporter son soutien aux Toukans, Iguanes et 500 Frères. En plus de l'adoption d'une motion au conseil municipal de lundi (lire notre édition de mardi), François Ringuet a décidé de maintenir fermés les services municipaux (écoles et crèches comprises) aujourd'hui et demain. La police municipale, elle, restera ouverte au public. Les écoles saint-laurentaises sont aussi fermées aujourd'hui en signe de solidarité avec les mouvements sociaux.

Bien sûr, si les blocages sont levés, ces mesures sont suspendues.

Les collèges aussi sont en colère

Alors que **des parents d'élèves** de l'établissement Gran-Man-Difou, à Maripasoula, **déscolarisent leurs enfants en raison de l'état d'insalubrité des infrastructures**, les enseignants du collège Paule Berthelot à Mana ont déposé un préavis de grève.

Le corps enseignant et les parents d'élèves du collège Gran-Man-Difou à Maripasoula montent au créneau pour dénoncer l'insalubrité de l'établissement. Il n'y a plus de personnel pour nettoyer les infrastructures depuis novembre 2016 en raison d'un dysfonctionnement dans le renouvellement des contrats. « Certains professeurs sont obligés de balayer eux-mêmes dans les salles, il n'y a plus d'agent pour servir les repas ni pour nettoyer les sanitaires et le linge des enfants à l'internat » décrit Emmanuel Octavie, représentant syndical de l'Unsa. Mardi, des enseignants ont débrayé pendant 45 minutes. Hier, les parents d'élèves ont organisé un barrage filtrant à l'entrée du collège. Seul le personnel pouvait entrer. « Plus d'une vingtaine de collègues ont déposé une demande de droit de retrait », annonce Emmanuel Octavie.

INSALUBRITÉ ET HARCÈLEMENT
Des parents d'élèves du Haut-Maroni ont fait le voyage depuis Taluen pour se joindre au mouvement et déscolariser leurs enfants. Les enseignants en colère ont été reçus par le principal de l'établissement et par Claude Plénet, vice-président à la Collectivité territoriale de Guyane (CTG) en charge de l'éducation, qui a pour mission de remonter les revendications au président de la CTG




Au collège Gran-Man-Difou, les sanitaires ne sont plus nettoyés. Les parents d'élèves tiennent un barrage filtrant à l'entrée / photos DR

Rodolphe Alexandre. Le barrage sera reconduit demain par les parents d'élèves. Le corps enseignant demandent à rencontrer le recteur, Alain Ayong Le Kama, aujourd'hui.

UN PRÉAVIS DE GRÈVE POUR LE 27 MARS
Le collège Paule-Berthelot du village Javouhey, à Mana, est également secoué par un mouvement de contestation. Le corps enseignant dénonce les pratiques managériales du principal de l'établissement. Il l'accuse de

tenir des propos discriminatoires et d'exercer une pression mentale sur le personnel. « Il convoque individuellement le personnel et lui crie dessus », relate Bruno Niederkorn, représentant syndical Steg-UTG. De nombreux arrêts-maladies seraient à déplorer, perturbant le programme des enfants. Le rectorat a été alerté. Demain, de 7h15 à 8h15, les enseignants ne donneront pas cours aux élèves et un préavis de grève a été déposé pour le 27 mars.

Marine JACQUES ■

Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 5.

A edição 23/03 mostrou ainda que guianenses residentes em Paris aderiram ao movimento, reforçando a mobilização. O apoio externo também é reportado nas edições de 28/03 e 08-09/04 mostrando marchas no Suriname, 31/03 e 03/04 em Paris e 07/04 na Martinica. Este último tratou-se do apoio por parte de um grupo que apregoa a descolonização e independência em departamentos de além-mar como a Martinica.

Retiramos da edição de 03/04 a fala de dois guianenses residentes em Paris, eles afirmam

Nós estamos todos envolvidos, **como guianenses e franceses**, por causa de nosso país [...] A Guiana é uma sociedade **instável** que **sobrevive**. Nós nos **sentimos** um pouco **esquecidos**. Mas pelo fato de assumir o comando do coletivo, pensamos que haverá uma **consciência**. Além disso, vemos aqui que mais e mais pessoas estão questionando sobre a Guiana. Kolse, (FG, edição de 03 de abril de 2017, p. 5). Tradução nossa. Grifo nosso.

Nós gostaríamos que a situação avançasse, que o governo compreendesse nossa **angústia**. Nós precisamos de um **apoio**. Queremos apenas um pouco de **segurança**. Nós somos todos franceses (FG, edição de 03 de abril de 2017, p. 5). Nathalie, originária de Caiena. Tradução nossa. Grifo nosso.

A sensação de abandono, já mencionada anteriormente, é latente mesmo nos guianenses que não residem mais aquele território, colocando este sentimento como imprescindível em nossa análise. Medeiros (2012) afirma que movimentos sociais são apenas a parte mais evidente das insatisfações. Os relatos de entrevistados durante as manifestações carregam consigo este elemento comum. Palavras como: esquecidos, consciência, angústia, apoio e segurança, na fala dos dois guianenses demonstram uma dimensão psicológica, isto é, um sentimento, uma sensação. Neste caso, as palavras remetem à ausência de cuidado e não cumprimento das funções do Estado quanto ao bem-estar à sua população. Hall (2006) afirma que os sujeitos assumem diferentes identidades em momentos diferentes em torno de um eu que seja coerente. No caso da fala dos entrevistados, corrobora-se a duplicidade identitária da qual fazem parte ao se identificarem como guianenses e também franceses, ou seja, onde a igualdade deve ser operada. A república francesa busca unificar grupos distintos na identidade nacional francesa.

A edição de 24 de março apresentou uma quantidade maior de páginas -comparada ao dia anterior - discutindo e apresentando novos desdobramentos do conflito social, denotando uma ampliação da mobilização através do fechamento de mais escolas, cancelamento de aulas na universidade e o cancelamento de voos longos indo para e provenientes de Paris, um navio porta-container não pode atracar no porto e serviços municipais foram suspensos. Os 500 Irmãos andaram pelas ruas de Caiena em uma operação chamada cidade morta, obtendo a adesão de comerciantes que fecharam as portas. Ou seja, a adesão foi crescendo com o passar do tempo. A construção discursiva do jornal e da população, cada vez mais envolvida no conflito, foi de utilizar tanto as palavras quanto as imagens para demonstrar união e a insatisfação. Ao mesmo tempo, o jornal mostra que as atividades da Guiana estavam paradas com os bloqueios, como vê-se na capa seguinte.

Figura 12 – Capa da edição de 24/03/2017.



Fonte:

Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 1.

Figura 13 – Edição de 24/03/2017.

Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p.2.

Uma pequena nota e toda a tensão social retratada remete à mobilização do ano de 2008, pois aquela era a maior movimentação social da Guiana até então. Ao ler as notícias, percebe-se que há uma insatisfação generalizada e os grupos percebem o Estado como o oponente ao não lhes garantir direitos. Outro ponto de tensão que mostra a quebra de braço entre o Estado e coletivos, uma vez que os últimos se recusavam ir à Paris para negociar, exigindo a presença de ministros de Estado do primeiro escalão.

Algumas notícias¹¹ realçam as condições de vida dos guianenses, apontando a situação de pobreza que uma parcela da população vive, com uma média de 3 pobres a cada 10 habitantes, além da renda dos mais humildes ser até quatorze vezes menor que a renda dos mais ricos. Esta situação de desigualdade dentro do território é histórica e remete aos tempos coloniais, evidenciando a ausência de desenvolvimento e dependência da Guiana Francesa em relação à metrópole apesar das mudanças administrativas sofridas ao longo do tempo.

Resgatando Hall (2003) e a discussão na seção sobre pós-colonialismo, percebemos que mesmo a GF sendo atualmente uma coletividade pós-colonial, o colonialismo não foi completamente superado, sendo latente na sociedade guianense. O termo França metropolitana e a marcada divisão do “aqui” para se referir à Guiana e “lá” para a França é um exemplo do binarismo típico do Colonialismo e que ainda se faz presente marcando os espaços identitários. Ou seja, onde a colonialidade é presente

Como vimos na seção 2.3.3 sobre a República Francesa, a colonialidade do poder se refere à ideia de que mesmo após o fim do colonialismo a composição política e institucional da era colonial permanece nos países que se tornaram formalmente independentes. No caso da GF, os vícios hierárquicos seguem seu curso e voltam sempre à tona e a cada conflito as heranças coloniais são inseridas em algum debate pois está presente na memória coletiva conforme preconizam Cheong (2010) e Hidair (2008). A GF segue com suas amarras dentro da república francesa, mas não sem se mobilizar e contestar disparidades e insatisfações.

¹¹ <http://www.franceguyane.fr/actualite/economie-consommation/l-insee-rend-compte-du-niveau-de-vie-des-guyanais-393446.php>

Durante as mobilizações, o jornal deu bastante destaque a elas em suas páginas impressas e também no *site*, com destaque para edições dos dias 18 e 19¹², 24, 25 e 26¹³ e 29 de março, 01 e 05 de abril. Através das notícias e cruzamento de dados históricos, análise de alguns autores acerca do movimento social (THÉRY, 2017; GRANGER, 2017; LAM FOUCK et al, 2017) é possível tecer algumas considerações sobre as notícias à luz do referencial teórico.

De acordo com a tríade do conflito de Galtung (1996), podemos caracterizar as movimentações na Guiana Francesa como conflito. As três pontas são: a sensação de abandono e desigualdade como os aspectos psicológicos, as passeatas e marchas como o comportamento, incluso os atos verbais e a incompatibilidade de objetivos é a França com uma proposta e as demandas da coletividade serem outras (segurança que permita uma vida sem violência).

De acordo com a metodologia do Barômetro de Conflito (2018), as manifestações estão no nível manifesto, buscando expor as insatisfações guianenses através do comportamento que leva a população a se manifestar. Nota-se que há uma incompatibilidade de ideias do que é ser integrante da república francesa e ter a igualdade com a metrópole. O próprio termo metrópole, carrega consigo de maneira não tão consciente o nexos colonial, ainda que a sociedade guianense seja pós-colonial.

Quanto aos atores, há tanto direto quanto indireto. Os coletivos diversos que encabeçaram o conflito e classificam-se em atores diretos – coletivos e não-estatais, o jornal, por sua vez, como ator indireto pois seu papel foi o de comunicar e agir sobre o conflito. Tal ação coloca o jornal na condição de apoiador do movimento. O Estado francês dentro do conflito caracteriza-se como ator estatal, tendo neste evento sido representado por ministros e políticos eleitos como o presidente da CTG.

A estrutura do Estado Francês preconiza a indivisibilidade, mas ao mesmo tempo não garante a igualdade prevista para todos os cidadãos da República Francesa. Os atores não estatais, que entraram em desacordo com o Estado, foram

¹² Edição do fim de semana, contempla o sábado e o domingo.

¹³ Edição do fim de semana, contempla o sábado e o domingo.

sindicatos - como União dos trabalhadores guianenses (UTG), Central Democrática de Trabalhadores da Guiana (CDTG) e Força de Trabalho -, coletivos - como os *500 Irmãos*, *Pou Lagwiyanann Dékolé*, *Toukans*, *Iguanes d'Oest* - trabalhadores diversos e associações de povos indígenas - como a Federação Das Organizações dos Povos Autóctones da Guiana (*FOAG, Federation des Organisations Autochtones de Guyane*) e a Organização das Nações Autóctones da Guiana (*ONAG, Organisation des nations autochtones de Guyane*).

Alguns dos atores mostrados nas notícias são ministros (como por exemplo a ministra de Além-Mar, Ericka Bareigts, ministra de Meio Ambiente, Sègolène Royal e Matthias Felk, ministro do Interior) representando o Estado francês e os diversos coletivos, um deles o Pou Lagwiyanann Dékolé, envolvidos na negociação que levou ao acordo.

As medidas de conflito aqui adotadas caracterizam-se como corolárias, isto é, propositivas, dentro dos procedimentos regulatórios estabelecidos. No entanto, em momentos de maior tensão dos coletivos com o Estado francês e a fala sobre a substituição da bandeira francesa pela guianense, esta poderia ser uma ameaça a uma função central do Estado de manter a segurança da população e do território. As medidas de administração do conflito são os mecanismos aceitos pelas duas partes, como tratados, negociações ou organizações internacionais. O conflito de março/abril 2017 gerou o acordo da Guiana (*Protocolo Pou Lagwiyanann dékolé*), assinado em 21 de abril do mesmo ano a fim de proporcionar algumas das melhorias exigidas pelos guianenses.

As notícias também possibilitam a identificação dos itens de conflito. Quanto aos itens eles, nota-se a busca por mudança de orientação socioeconômica, autonomia, predominância subnacional, ou seja, mais controle sobre o território guianense para o seu gerenciamento, bem como pela gestão de recursos (água, energia, ouro) seus de maneira mais autônoma.

Chama a atenção que não haja o desejo por descolonização por parte da Guiana Francesa, como parte do jogo de identidades que discutiremos mais adiante. Não há um questionamento da soberania francesa, mas percebe-se que ela de algum modo entrava o desenvolvimento do local. Portanto, o desenvolvimento da

coletividade passa por mais autonomia política (LAM FOUCK; MOOMOU, 2017), uma vez que o centro decisório está geograficamente muito distante, fazendo com que as especificidades locais não sejam verdadeiramente compreendidas e atendidas.

Em consonância com o Barômetro de conflito (2018), o conflito de 2017 na Guiana Francesa pode ser entendido como uma disputa de intensidade 1, enquadrando-se no nível de conflito não violento e de baixa intensidade. As notícias auxiliam a identificar os componentes do conflito. A unidade temporal que marca um evento é o mês. O conflito na GF durou pouco mais de um mês, entre março e abril daquele ano. A unidade geográfica é a região, de modo que podemos afirmar que houve um impacto nos locais mais próximos como o Suriname e apoio martiniquense.

Os Estudos de Paz têm a violência como núcleo central dos estudos de conflito. Quanto aos níveis de violência, o conflito em questão não se enquadra uma vez que foi não violento. Não obstante, o tipo de violência que a coletividade sofre e leva a protestar é a indireta, pois este é um tipo de violência associada ao colonialismo, o qual instituiu a divisão da sociedade em raças e isto estabelece dinâmicas próprias em cada lugar. Também podemos discutir sobre a violência cultural, pois trata-se de fatores de uma sociedade que legitimam outro tipos de violência. O racismo para com outros grupos, por exemplo, é fruto disso e conduz à discriminação ou perseguição de migrantes haitianos ou brasileiros (especialmente negros), por exemplo, enquanto os europeus brancos são prestigiados. Para alcançar a paz, ou seja, a ausência de violência, não deve haver distância social, e isto ainda é percebido por grupos de migrantes e suas representações.

A marcha do dia 28/03/2017 (reportada na edição do dia seguinte) foi a maior de todas do período de mobilizações e marcada por inúmeros simbolismos, não apenas pela quantidade de pessoas, mas pela pluralidade e sentimento de pertencimento à Guiana. Tal percepção é corroborada na notícia abaixo, a qual tem como título: “Os guianenses marcharam como um só”. O aspecto identitário é evidente. Buzan et al (1998, p. 122) apregoa que a sociedade pode reagir a ameaças de duas formas: com atividades conduzidas pela própria comunidade ou movendo a questão para o setor político. A sociedade da Guiana Francesa é fruto do

hibridismo das identidades que a compõe, estas identidades não são fixas, elas se modificam nas relações e interações. Deste modo, a população guianense, apesar de suas diferenças, buscou inserir suas demandas e reclamações na agenda política francesa, agindo com unidade.

Esta estratégia pode ser chamada de mobilização do consenso e no caso dos jornais analisados, identifica-se o peso da imprensa na construção deste consenso e dos laços entre os diferentes grupos que compõem a sociedade guianense como postula Medeiros (2012). O veículo de imprensa reforçou a ideia de união em torno do objetivo comum e tentativa de equiparação com a população da França hexagonal, somente possível se as forças forem conjuntas.

Figura 14 – 20 mil irmãos. Capa da edição de 29/03/2017.



Figura 15 – Edição de 29/03/2017.

2

FRANCE-GUYANE Mercredi 29 mars 2017

POUR NOUS CONTACTER
 17, rue Laffitte
 97300 Cayenne
 Tél. : 05 94 29 70 00
 Fax : 05 94 29 70 22
 Email : france.guyane@medias.fr

24 HEURES EN GUYANE

L'école laïque seule voix discordante
 Dans un communiqué publié hier, les partisans de l'école laïque disent « ne pas se reconnaître dans les revendications pour l'éducation portées par le collectif Pou Lagwiann dékolé ». Aussi, ils se proposent « d'apporter notre expertise pour la rédaction de cette plateforme revendicative afin de produire un document (...) des doléances portées par tous les acteurs de l'éducation en Guyane ».

Les Guyanais ont marché comme un seul homme

La Guyane a vécu, hier, un moment historique. Entre 12 000 et 20 000 personnes ont manifesté dans les rues de Cayenne à l'appel du collectif Pou Lagwiann dékolé. Un succès populaire que personne n'avait su prédire.

« C'est est du jamais vu ! », répète inlassablement Davy Rimane. L'un des porte-paroles du collectif Pou Lagwiann dékolé a encore du mal à se remettre de ses émotions. Véritable succès populaire, la mobilisation citoyenne organisée hier à Cayenne, à l'appel du collectif, a rassemblé 20 000 personnes selon les organisateurs (environ 12 000 selon les forces de l'ordre). Une marée humaine, toute de noir vêtue, qui a défilé en chantant depuis le boulevard Mandela jusqu'à la préfecture, sans le moindre accroc. Lundi, Davy Rimane rebondissait sur les propos du Premier ministre Bernard Cazeneuve. Quelques heures plus tôt, celui-ci avait appelé les Guyanais à retrouver leur calme. « Vous avez vu des débordements quelque part ? », interrogeait alors le syndicaliste. Moi non. L'ambiance est bon enfant ici. « Hier encore, en défilant pendant quatre heures dans une atmosphère pacifique, les Guyanais ont fait un pied de nez au gouvernement. Et les membres du collectif n'en sont pas peu fiers.

TIMOUN LAGWIYANN
 Assis sur le bord de la fontaine de la place de Grenoble, reprenant son souffle, André témoigne : « C'est historique. Je suis tellement ému de vivre ce moment. » Le retraité était venu en famille. Avec plusieurs de ses petits enfants. Car les enfants étaient nombreux hier. Un drapeau guyanais à la main, la jeune Mélissa était infatigable, reprenant en écho tous les chants entonnés par ses aînés. Des grands classiques parfois, comme le célèbre *Timoun Lagwiann* de Francis Nugent, plus que jamais symbole d'une unité revendiquée. Sur plusieurs banderoles, un message clair : « Nous sommes tous Guyanais ».

« CECI N'EST PAS UN EXERCICE »
 Une cage sous le bras, un jeune homme avait quant à lui choisi de défilé avec son piculet. « Normal, répond-il en souriant. Il est Guyanais. »

Le chant de ralliement *Nou bon ké sa* a lui aussi été entonné à plusieurs reprises, pour porter les revendications de la population. Durant tout le défilé, le cortège s'est entraîné à adresser son message final, celui réservé à l'Etat.

« C'est un nouveau démarrage ! »
 « Aïe d'ya, nou la nou pa avaké mo ! (Mes leur dire qu'on les le, ça'on est pas encore morts », entonnait avec ferveur la foule. Hier matin à Cayenne. Une foule bien vivante et déterminée à se battre pour une meilleure société guyanaise, un meilleur avenir pour les enfants du pays. Maman de trois enfants (6 mois à 13 ans), Odie est là avant tout pour eux. « Lorsque j'étais la tourmente des choses, je me demandais ce que mes enfants vont devenir. C'est un devoir d'être là. Les plus petits avaient eux aussi conscience de l'opportunité de ce rassemblement. » (Cette marche), ça représente la liberté et vivre ensemble. », lance Kymari, 10 ans, sans hésitation. De mémoire de Guyanais, jamais la Guyane n'a connue une telle manifestation. « Tous ces mouvements là, on les a vus venir », glisse André Jurid. Son visage transpire l'émotion. À 76 ans, il est toujours « d'être encore là (pour voir se lever cette nouvelle génération. Ça me fait vraiment de voir qu'ils ont fait, ils ont vraiment mobilisé et convaincu la population qu'il fallait faire quelque chose pour qu'on essaie de démanteler cette Guyane qui souffre. Elle est riche mais on nous bride sur tout. C'est un nouveau démarrage ! »

La marée humaine a remplit l'avenue De Gaulle en direction de la préfecture. photo: IS

« Attention, nous sommes dans une zone de droit. La zone de droit de la Guyane. Ceci n'est pas un exercice, répétaient en chœur les manifestants, faisant ainsi écho à l'incident de mardi à l'entrée du Centre spatial guyanais, quand les forces de l'ordre ont usé de leur bombe lacrymogène pour disperser la foule. Nous sommes dans la réalité, poursuivaient-ils. Première sommation : levez les mains. Deuxième sommation : balancez les mains. Troisième sommation : tapez dans vos mains. Dernière sommation : faites entendre votre voix. » Une mécanique bien rodée servie à plusieurs reprises par la foule devant le bâtiment de la préfecture. Luchés sur un camion, les porte-paroles des collectifs ont eux aussi fait entendre leur voix. Pour rappeler leur revendication. Et réaffirmer leur détermination. « Ce mouvement ne doit pas s'éteindre ici », a lancé Olivier Guidet, de Trop Violans, galvanisant une dernière fois les manifestants. Attendu par les membres du collectif Pou Lagwiann dékolé qui avaient prévu de lui remettre en mains propres leur cahier de revendications, le préfet Martin Jaeger n'est pas sorti. Et après une heure de chant et de discours sur la place de Grenoble, la foule a été invitée à se disperser. Dans le calme.

Karin SCHERHAG & Rosane FAYET ■

Les peuples autochtones acclamés
 Le cortège des peuples autochtones a démarré plus tôt, depuis le fort Céprou. Véhicule de rouage. Une soixantaine de représentants des différentes communautés autochtones de Guyane ont défilé pour la reconnaissance de leurs droits. À leur arrivée sur le boulevard Mandela, où les autres groupes attendaient le top départ de la marche, ils ont été acclamés par tous. Un moment chargé d'émotion, qui donnait parfaitement le ton de cette journée. « On pensait pas qu'on allait être accueilli comme ça sous les applaudissements », confie Jean-Philippe Chambrier, président de la Toag*, au bout de cette marche. Franchement, ça nous réconforte avec nos motivations : il y a un seul peuple, le peuple guyanais ! »

ET AUSSI
Les 500 Frères
 « super-héros »
 Ils ont mené le cortège. Mais en cours de route, sur l'avenue du général De Gaulle, plusieurs membres des 500 Frères ont remonte le défilé à contre-sens pour se mélanger à la foule. Leur arrivée, remarquée, a été accueillie par les applaudissements et les cris des manifestants. Pour de nombreux enfants qui ne cachent pas leur émotion de les voir « en vrai », c'était comme rencontrer ses super-héros préférés.

Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 2.

As manifestações expressam valores simbólicos. As notícias expressam que elas ocorreram do “*Oiapoque ao Maroni*”, dois dos rios que ficam nas fronteiras da Guiana Francesa com Brasil e Suriname. Deste modo, a escolha deste enunciado busca mostrar a grande abrangência das manifestações, as quais atravessaram todo o território.

Um dos aspectos simbólicos mais fortes foi o bloqueio do acesso ao centro espacial, representação máxima da presença francesa e europeia na Guiana Francesa. Tal ação impediu o lançamento de foguetes e satélites, comprometendo o funcionamento das atividades. Algumas pessoas defendem que o CSG teria mais poder para pressionar e barganhar com o governo francês do que o próprio presidente da Coletividade. Na edição de 05/04, o porta-voz do coletivo Pou Lagwiyann Dékolé, Manuel Baptiste, e alguns políticos foram recebidos pelo diretor do lugar, Didier Fauvre, na ocasião Baptiste apelou ao diretor

Para o Estado francês o CSG tem mais importância que a Guiana e que a população guianense [...]. **Vocês têm mais poder que o *préfet*** (presidente da coletividade). E vocês conhecem nossas reivindicações. A curto prazo, nós exigimos um plano de urgência, caso contrário as suas atividades seguirão bloqueadas (FG, 5 de abril de 2017). Tradução nossa. Grifo nosso.

Outro membro do Pou Lagwiyann Dékolé, Dimitri Guard, também interpelou o diretor Fauvre, enfatizando a o papel central que o CSG tem na barganha com o Estado francês, Guard enuncia

pedimos que vocês retransmitam este documento. Não estamos mais prontos para renunciar ao mínimo de nossa dignidade. **É uma questão de sobrevivência.** Se não obtivermos algo satisfatório, infelizmente o foguete não decolará (FG, 5 de abril de 2018, p. 3). Tradução nossa. Grifo nosso.

Citando Stuart Hall (2006), mostramos os cinco passos para a formação da cultura nacional: a narrativa da nação, a ênfase nas origens, a tradição inventada, o mito fundacional e a ideia de povo original. Inferimos que na Guiana Francesa o processo de assimilação consolidou a ideia de integração à república francesa, de modo que a GF, após a colonização, passou a ser membro daquele ideário, gerando pertencimento e lealdade. Notamos assim a unidade constituída a partir de memórias do passado conforme afirma Hall (2006). No que concerne a GF (e atinge outros departamentos também), essa ligação segue existindo, mas outros aspectos também fazem parte do jogo de identidades.

O fechamento do porto e do aeroporto também são representativos, uma vez que o acesso de mercadorias e pessoas ficou comprometido, chamando de fato a atenção da França hexagonal e comprometendo uma série de atividades e serviços na GF. O descontentamento é geral e o direcionamento ao Estado francês assertivo,

conforme a fala de Mikaël Mancée, líder dos 500 Irmãos e também um dos porta-vozes do coletivo *Pou Lagwiyann Dékolé*, a seguir:

O que estamos reivindicando **é que a França nos deve** [...]. Está fora de questão que continuemos sofrendo aqui **enquanto a França continua a defender seus interesses**. Nós iremos ao encontro dos interesses da França porque nós também somos do interesse da França [...]. Nós faremos uma marcha pacífica. A violência não serve a ninguém. Nós pedimos que sejamos respeitados e que sejamos considerados pelo nosso valor justo [...] (FG, 5 de abril de 2018, p. 2). Tradução nossa. Grifo nosso.

O desenvolvimento da Guiana Francesa é um ponto de tensão, pois mesmo após mudanças estatutárias e fim formal do colonialismo, a população percebe e evidencia em sua fala que o desenvolvimento esperado não chega, enquanto suas vidas são impactadas por aumento de preços de produtos cotidianos e as condições de vida se deterioram (THÉRY, 2017). Nota-se que dentre os diversos grupos e independente da reivindicação, a França, isto é, o Estado francês é cobrado como o responsável pelas melhorias e bem-estar da sociedade, corroborando a sua posição de ator de conflito pelas outras partes.

É notório na leitura do referencial teórico e ratificado na análise dos jornais que a sensação de incompreensão das especificidades da Guiana Francesa por parte do aparelho estatal da França hexagonal é um aspecto que incomoda a coletividade, cerne do conflito de 2017 e dos anteriores em 1996 e 2008. Por esta razão, um tema que volta sempre ao debate é a questão estatutária da GF. A Guiana Francesa já foi colônia, tornou-se departamento/região e atualmente é coletividade territorial, com mais autonomia que antes, mas ainda carecendo de poderes de tomada de decisão em questões que não competem à CTG. Ao longo do tempo, mesmo com as mudanças, não se tem observado um desenvolvimento econômico e tecnológico na Guiana. Na edição de 08-09 de abril, essas especificidades da GF são reclamadas por Davy Rimane, líder sindical da UTG, o qual objeta

Queremos que deixem de nos impor coisas que não levam em conta a realidade da Guiana. Cabe aos guianenses escrever como eles veem nosso desenvolvimento econômico, nossa educação, nossa cultura com um C maiúsculo. Não podemos nos ater ao debate sobre o artigo 72, 73, 74 ou o especial. Devemos nos reunir, toda a Guiana, nos Estados Gerais, a fim de **estabelecer uma nova governança para e pelos guianenses**. Então, veremos qual status, na constituição francesa, é possível tornar essa governança eficaz (FG, 08-09 de abril de 2017, p. 5). Tradução nossa. Grifo nosso.

Considerando a identidade nacional, um de seus símbolos é a bandeira nacional. A GF sendo parte da França usa a mesma bandeira, no entanto, durante as manifestações de 2017 um elemento simbólico e significativo foi o uso de outra bandeira para representar a Guiana Francesa. Esta bandeira foi criada na década de 1960 por estudantes guianenses residentes em Paris, inspirados pela independência de colônias africanas. A bandeira foi adotada pelo Conselho Geral da Guiana em 2010, especialmente usada durante a consulta sobre a autonomia. O uso da bandeira local demonstra não apenas a insatisfação da sociedade com a desigualdade em comparação à metrópole, mas também o reconhecimento de uma identidade local para além do Estado-nação francês.

Há nos jornais dois momentos simbólicos que remetem ao uso da bandeira da Guiana Francesa. Em um deles, Gwendoline Dekon, mulher de origem *bushinenge* sobe em uma caçamba e tremula a bandeira da Guiana. Esta ação marcou os protestos e elevou a mulher ao posto de ícone do movimento social, tendo sua foto circulado em redes sociais e inspirado pinturas e murais com sua figura representada como é possível observar na imagem abaixo.

Figura 16 – Edição de 07/04/2017.



Além disso, na edição de 07 de abril do jornal *France-Guyane*, Gwendoline Dekon expõe seu descontentamento com a situação desigual da Guiana Francesa ao proferir

Estou cansada de pagar meus 169 euros para ir a Maripasoula. Quero pegar a estrada para passar um fim de semana em Grand-Santi. Nossa vida no rio pode mudar, mas estamos prontos para correr o risco. quando você tem um AVC no rio, morre no litoral, esse não é o caso. Da mesma forma, segurança. Não ousamos mais ir à floresta por causa do garimpo clandestino de ouro. Temos medo de beber água do Maroni. **Estou feliz que os Guianenses e identifiquem com uma jovem mulher bushinengue. É raro que sejamos representados assim.** Estou muito orgulhosa e meu pai também (FG, 7 de abril, de 2017, p. 7). Tradução nossa. Grifo nosso.

A fala de Dekon expressa alguns aspectos pertinentes. Em primeiro lugar, a dificuldade e o custo de deslocamento dentro da própria coletividade, uma vez que a depender da comuna que a pessoa more, a mobilidade fica comprometida. Em segundo lugar, atendimentos de saúde são mais precários ou inexistentes em algumas comunas concentradas no interior. Em terceiro lugar, há o medo de contaminação dos rios por conta da atividade aurífera clandestina, o que ameaça todos os povos que vivem próximo ao rio e dele dependem de algum modo. Por fim, uma mulher *bushinenge* ser símbolo de um movimento representando toda a coletividade territorial da Guiana Francesa demonstra um maior reconhecimento da diversidade étnica do local, uma vez que este grupo era historicamente esquecido.

Outro momento expressivo e que remeteu ao uso da bandeira da Guiana foi exposto na edição do fim de semana 08-09 de abril, no qual Mikaël Mancée aumentou o tom e disse “Nós vamos substituir a bandeira francesa pela da Guiana (FG, 8 e 9 de abril de 2017, p. 2).” O contexto de proferimento deste enunciado foi diante do aumento da tensão, tendo inclusive ocorrido o lançamento de gás lacrimogênio nos manifestantes. A substituição da bandeira ocorreria caso o coletivo não fosse recebido para negociação na prefeitura de Caiena.

Segundo a edição do dia 30/03/2017 (pp. 4-5) do jornal *France-Guyane*, as principais demandas dos povos indígenas da Guiana Francesa eram: o uso de línguas autóctones nas escolas, reconhecimento de costumes e terras, interrupção da indústria mineradora e também da mineração ilegal, saúde que atenda outras áreas dos rios - do Alto-Maroni e Alto-Oiapoque (com reforço de recursos humanos e materiais) - , educação, jornada dos povos autóctones, decreto de feriado local de acordo com a data da jornada internacional dos povos indígenas, construção de um memorial em Paris para homenagear os antepassados. Esta última bastante

simbólica, pois a etnia *Kali'na* já fora exposta em um museu humano daquela cidade no qual os indígenas figuravam como se fossem animais.

Outro ponto de pauta de destaque é a inclusão dos bushinenges como povo autóctone. Até meados do século XX, os dois referidos grupos eram tratados como povos primitivos e não acessavam uma série de direitos, diferentemente dos *créoles* e dos franceses metropolitanos. Ameríndios e bushinenges sentem-se os esquecidos da república (FG, 30/03/2017, p. 5), suas escolas e acesso a outros serviços são mais precários quando comparados ao litoral guianense, ressaltando as diferenças territoriais e étnicas.

Figura 17 – Edição de 30/03/2017. p. 4.

FRANCE-GUYANE 9 mars 30 mars 2017

LE DOSSIER DU JOUR

Réunion cet après-midi avec les ministres
 Quatre représentants des populations autochtones de Guyane devraient se réunir, à 17h30 aujourd'hui, avec la délégation ministérielle : Jean-Philippe Chambrier (Fédération des nations autochtones de Guyane), Alexandre Sommer-Schachtel (Organisations des nations autochtones de Guyane), Christophe Pierre (Jeunesse autochtone) et Eric Louis (chef coutumier du village Kuvano, à Kourou).

Les peuples autochtones ont eux aussi des revendications

Le conseil consultatif des populations amérindiennes et bushinenge a également remis son cahier de revendications aux représentants du gouvernement. Dans ce contexte de grogne sociale et d'inedite union guyanaise, les « oubliés de la République » espèrent enfin être entendus

Dossier réalisé par Rosane Fayet

Il ont été conviés mardi par les quelque 15 000 personnes réunies devant la caserne des pompiers de Cayenne. Un signe de soutien « très reconfortant » pour les autochtones guyanais qui rencontrent cet après-midi les ministres (lire ci-dessus).

Un jour plus tôt, les communautés autochtones ont été « heurtées » par le fait que leurs 20 revendications se retrouvent réduites à deux lignes dans le cahier de revendication final, édité par le collectif Pou Laveyannan déposé (lire notre édition de mardi). C'est ce que nous a confié Christophe Pierre, l'un des porte-parole des Amérindiens de l'Ouest. « On a eu le sentiment qu'elles ont été considérées comme mineures, en tout cas pas au même titre que toutes les autres revendications. Mais maintenant que le climat est assés, l'erreur est rectifiée. » L'erreur en question proviendrait simplement d'un mauvais adressage mail.

Toujours est-il que si la plupart de ces revendications sont depuis un bout de temps médiatisées, les différentes organisations autochtones les ont rassemblées en 20 points, remis à la préfecture. Les voici.

- 1 RATIFICATION DE LA CONVENTION N°189 DE L'OIT** (Organisation internationale du travail). La plus importante de ces revendications. Celle qui débouquerait de nombreuses autres, aux yeux du CCPAB. Une vieille demande. Mais le prétexte majeur évoqué par la France, qui refuse de signer, se fonde sur le fait que la République est indivisible. Elle ne compte qu'un seul peuple, le peuple Français. Pourquoi cette ratification est si importante ? « Cette convention relative aux droits des peuples autochtones a été adoptée en 1989 par l'OIT. Elle reconnaît les droits fondamentaux des indigènes, à savoir le droit à la terre et le droit à disposer d'eux-mêmes, détaille Jean-Philippe Chambrier, président de la Fog. C'est le seul instrument juridique de protection de nos populations contraignant pour la France. C'est un instrument international, insiste-t-il. Si la France la ratifie, elle aura une position envers ces peuples. Selon la CNDH, « le principe d'indivisibilité de la République est compatible avec la reconnaissance des droits individuels et collectifs des peuples autochtones ». Il y a un peu plus d'un an, Alexandre Sommer-Schachtel (Onag) lançait une pétition appuyant cette demande. Plus de 85 000 personnes l'ont signée. Elle a déjà été adressée au président de la République et en main propre à l'ex-ministre des Outre-mer George Pau-Langevin. Il y a un an, ainsi qu'à la ministre de l'Écologie, Ségolène Royal, il y a peu.
- 2 RECONNAISSANCE OFFICIELLE DE L'INSTITUTION COUTUMIÈRE** et des chefs coutumiers. Jean-Philippe Chambrier n'a pas clairement idée de comment cela pourrait se traduire juridiquement. Mais une trace écrite est indispensable pour commencer. Pourquoi pas une écriture dans la Constitution même ? Il n'écarte pas cette possibilité.
- 3 RETROCESSION DE 400 000 HECTARES DE TERRES** du domaine privé de l'État, en complément des zones déjà attribuées. C'est un dossier qui fâche mais sur lequel les organisations autochtones se disent déterminées à ne rien lâcher. « Attention – met en garde le président de la Fog – il n'est pas question de nous dresser les uns contre les autres. L'État détient ici plus de 90 % des terres, on n'exige pas ces 90 %. Simplement, il nous paraît de droit, que les Amérindiens reprennent possession d'une partie de leurs terres. Je rappelle que les autochtones ce sont des personnes dont les ancêtres de l'endroit où elles vivent ont occupé le territoire avant toute colonisation. Les Européens sont arrivés en Guyane et ont décrété que c'était une terra nullius (une terre vacante, sans maître). Ils ont tout pris. Notre demande est légitime. Jusqu'à aujourd'hui, nos demandes au niveau du foncier sont restées sans réponses. On a eu uniquement le décret de 1987 qui confère seulement un droit d'usage (pour pêcher et chasser dans certaines zones) qui peut être annulé à tout moment. Or, la notion de terre collective est inséparable de la culture amérindienne ! » Cette retrocession se ferait à titre « gratuit et privatif, exempts de taxes et cadastrés pour chaque habitation dans les villages amérindiens et leur périphérie », précisent les organisations. Les autochtones incluent les fameux 200 000 hectares attribués dans le protocole de Pacte d'avenir à la Collectivité territoriale et aux maires. Cette décision a été prise « sans notre consentement », se lamente Jean-Philippe Chambrier, qui aimerait avoir la garantie écrite d'une redistribution chiffrée et équitable aux autochtones dans le Pacte.
- 4 CRÉATION D'UN ÉTABLISSEMENT PUBLIC** : l'office du foncier autochtone, proposé par l'Onag. Doté du droit de préemption (droit d'acquiescer un bien par priorité à toute autre personne et ce lorsque le propriétaire manifeste sa volonté de le vendre), il serait composé à deux tiers des membres du Grand conseil coutumier et un de tiers des représentants de l'État, qui aura pour mission d'acquiescer les chefs coutumiers en vue de les mettre à disposition des « groupes de droit particulier local ». Une structure impensable, ce qui existe déjà en Nouvelle-Calédonie, depuis 1982.
- 5 CRÉATION D'UN STATUT, LE « GROUPEMENT DE DROIT PARTICULIER LOCAL » (GDPL)** au bénéfice des communautés d'habitants autochtones et bushinenge. Les GDPL viseraient à gérer des projets, notamment agricoles. De nouveau, « ce statut existe actuellement au sein de la République française au bénéfice des peuples autochtones de Nouvelle-Calédonie », rappelle le CCPAB.
- 6 MISE EN PLACE D'UN MORATOIRE SUR LA MÉGA-EXPLORATION MINIÈRE** des sociétés Colominas gold et Newgold à la montagne d'Or. Ils exigent l'arrêt immédiat de tous les projets de ce type déjà engagés au monde. « La méga-industrie minière, est l'une des plus polluantes au monde, martèle Jean-Philippe Chambrier. Les liens qu'on a avec la nature et l'environnement sont pour le futur. On pense aussi aux générations futures. Tout ce qu'on constate c'est que seuls bénéficiaires seront les actionnaires. Tout ce qui nous restera ce sont les déchets et la pollution ! »



Un cortège d'une soixantaine de représentants des peuples autochtones a fait une première marche, avant celle réunissant plus de 15 000 personnes à Cayenne, mardi. Ils se sont retrouvés au fort Céperou, lieu hautement symbolique, représentant la résistance amérindienne (photos RF).

Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 4.

A participação dos povos indígenas é bastante significativa, pois foi a primeira vez que eles se uniram a outros grupos em manifestação para expressar suas demandas. A unidade da República Francesa afeta a identidade dos povos ameríndios, pois ao serem reconhecidos como franceses, sua etnicidade é apagada. O não reconhecimento das suas especificidades étnicas e o não reconhecimento de suas terras os uniram à luta dos outros grupos. Jean-Phillipe Chambrier, Presidente da FOAG, discute sobre esta questão quando reclama da não assinatura de uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por parte da França, sem isso, os indígenas da GF não

Esta convenção relativa aos direitos dos povos autóctones foi adotada em 1989 pela OIT. Ela reconhece os direitos fundamentais dos indígenas, a saber o direito à terra e direito à autodeterminação [...]. Este é único instrumento legal para a proteção de nossas populações que vincula a França. Trata-se de um instrumento internacional, se a França o ratificar, terá um livro de justificativas para manter (FG, 30 de março de 2017, p. 4). Tradução nossa.

A convenção à qual Chambrier se refere é uma proposta que substitui a convenção 107, que reforçava a assimilação de povos originários pela cultura nacional. A convenção 169 vai de encontro a isso, buscando o fortalecimento dos modos de vida dos povos originários, bem como de suas línguas, culturas e organização econômica¹⁴. Depreende-se que o princípio da indivisibilidade da república francesa acaba tornando-se um entrave para o alcance pleno de direitos dos povos indígenas. Entretanto, Chambrier postula que a Comissão Nacional Consultiva dos Direitos do Homem (CNCDH) deu parecer favorável à adesão da convenção por parte da França por acreditar que “o princípio da indivisibilidade da República é compatível com o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos dos povos autóctones (FG, 30 de março de 2017, p. 4)”. Não ter gerência sobre o território afeta a identidade, o modo de vida indígena e a fala de Chambrier corrobora isto como é possível ver no trecho seguinte:

Atenção, não é questão de nos colocarmos uns contra os outros. O Estado detém aqui 90% da terra, não exigimos 90%. Simplesmente, nos parece certo que os ameríndios recuperem parte de suas terras. Eu recorro que os autóctones são as pessoas que têm os antepassados do lugar onde vivem e que ocuparam **antes de toda a colonização**. Os europeus chegaram à Guiana e decretaram que esta era uma terra nula (vazia, sem dono), levaram tudo. Nossa demanda é legítima. Até hoje nossas demandas sobre a questão da terra está sem resposta. Nós temos apenas um decreto de 1987, que confere apenas direito de uso (para pescar e caçar em certas

¹⁴ <https://www.culturalsurvival.org/news/after-30-years-only-23-countries-have-ratified-indigenous-and-tribal-peoples-convention-ilo>

áreas) que pode ser anulado a qualquer momento. O conceito de terra coletiva é indissociável da cultura ameríndia! (FG, 30 de março de 2017, p. 4). Tradução nossa. Grifo nosso.

A discussão da questão identitária aqui retratada pode ser analisada sob a ótica do setor societal da Escola de Copenhague, na qual o conflito entre a nacionalidade francesa e seu ideal de indivisibilidade ameaça a identidade indígena. É evidente neste caso a distinção entre Estado e sociedade preconizada por Buzan; Waever; Wilde (1998). Por ser um tipo de assimilação, a identidade nacional francesa compete verticalmente com a identidade indígena. A identidade indígena não se vincula necessariamente à identidade nacional do colonizador uma vez que ela antecede a colonização. Os ameríndios que habitam a fronteira entre GF e Brasil não foram constituídos com as fronteiras étnicas implantadas pelo colonizador europeu, a identidade deles se constitui na mobilidade, na relação com o rio e com as diversas etnias existentes. Portanto, limitar o modo como eles se organizam, estudam e usam a terra, fere o que os constituem identitariamente.

Uma preocupação habitual diz respeito à exploração desordenada dos recursos naturais: tanto da floresta quanto dos rios. Os jornais exibem imagens das manifestações nas quais a população, através de cartazes, se posiciona contra a indústria mineradora.

Figura 18 – “Não à mega indústria mineradora na Guiana”. Edição de 30/03/2017.



Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 5.

A garimpagem clandestina também preocupa. Jean Phillipe Chambrier também aborda este item no trecho abaixo:

A mega indústria mineradora, é uma das mais poluentes do mundo [...]. As ligações/ conexões que nós temos com a natureza são primordiais. Nós pensamos também nas gerações futuras. Tudo o que vemos é que os únicos beneficiários serão os acionistas; tudo o que nos restará serão os dejetos e o desmatamento! (FG, 30 de março de 2017, p. 4). Tradução nossa.

Para o líder indígena, a indústria deveria pagar altos valores moratórios em função de seu alto impacto ambiental. É possível relacionar esta fala com alguns setores de análise da Escola de Copenhague, neste caso o ambiental, o societal e o político. O ambiental porque versa com os tópicos presentes na agenda ambiental.

A destruição da floresta, por exemplo, poderia representar a destruição de ecossistemas impactando na organização espacial das comunidades indígenas e bushinenges, nas questões alimentares - no caso de grupos que se alimentam da caça, da pesca e da coleta de sementes - e frutos e econômicas, pois há grupos extrativistas que obtêm renda através dos produtos retirados da floresta. O setor ambiental ameaçado também foi exposto na edição de 07/03/2017 na fala de Gwendoline Dekon sobre o medo de o garimpo contaminar a água do rio.

A relação com o setor societal se dá a partir da identidade que se constrói na relação entre os grupos e o ambiente no qual estão inseridos, a relação com a natureza molda as identidades dos povos do interior, muitas vezes reconhecidos como povos da floresta. Ao mesmo tempo, também traçamos um paralelo com o setor político, visto que ao favorecer empresas mineradoras, como a Columbus Gold e a North Gold (FG, 30 de março, p. 4), ou autorizá-las a explorar o local, vai de encontro ao que demanda o grupo originário que é diminuição ou extinção deste tipo de atividade. A pressão ao governo por uma decisão específica é característica do setor político.

O setor econômico também aparece nesta relação entre grupos minoritários que tentam recorrer sobre a relação entre empresas e governo. Na discussão deste setor, expusemos autores como Buzan; Waever; Wilde (1998) e Queiroz (2011) que afirmam que a dependência econômica nos países em desenvolvimento são herança do período colonial e que tais lugares são geralmente fornecedores de

matéria-prima. No caso da GF, a dependência econômica segue, assim como a indústria do minério.

A Escola de Copenhague frisa a importância da linguagem, é justamente a linguagem que nos permite analisar as falas dos entrevistados pelo jornal. Hall (2006, p. 41) afirma que “falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais”. O jornal analisado é redigido em francês, que é a língua oficial da coletividade, expressando a força da assimilação e presença do Estado francês. Contudo, o uso do créole nos protestos e a reivindicação da inclusão de outras línguas faladas na Guiana Francesa – indígenas, bushinenges, português brasileiro – no currículo escolar demonstra que a concepção identitária guianense tem se alargado ao longo do tempo, evidenciando o hibridismo cultural do lugar. A imagem seguinte mostra alguns deste grupos.

Figura 19 – Edição de 05/04/2017.

2

POUR NOUS CONTACTER

17, rue Lavoisier
97300 Cayenne
Tél. (05 94 29 70 01)
Fax (05 94 29 70 21)
Email: france.guyane@medias.fr

24 HEURES EN GUYANE

FRANCE-GUYANE • Mercredi 5 avril 2017

Les bureaux de poste ouvrent le matin
Tous les bureaux de poste sont ouverts à compter d'aujourd'hui de 8 heures à 13 heures, pour le paiement des prestations sociales et le versement des chèques des salaires.
À Saint-Laurent, le marché est ouvert ce matin. Les barrages fermeront à 13 heures, en même temps que le marché. Les jours suivants, ils fermeront de 9 heures à 21 heures. Les commerces sont ouverts de 7 heures à 20 heures.

Ils ont marché vers l'espace
Les Guyanais se sont rendus à Kourou hier, suite à l'appel du collectif Pou Lagwiyanm dékolé. Ils étaient des milliers à marcher vers le CSG ou à rester mobilisés au départ, au rond-point de la Carapa.

Johana George,
enseignante à l'école primaire Saint-Joseph de Mana
1,085 milliard d'euros, c'était déjà ça

France-Aimée Sutti,
éducatrice spécialisée au sein de l'association Fourka
Il y a un gros travail à faire

Notre association milite pour la protection de l'enfance sur tout le territoire. On espère donc plus de moyens pour le secteur médico-social, qui est l'un des oubliés de la Guyane. Il y a un gros travail à faire dans la prévention de la délinquance dans les familles.

Stéphanie Liaderes, Marielle Rechou-Godier et Carole Plier, Centre médico-chirurgical de Kourou

La journée de tous les symboles
Environ 10 000 personnes ont manifesté hier au rond-point de la Carapa, à Kourou. Le cortège s'est ensuite dirigé vers le Centre spatial guyanais où les représentants de Pou Lagwiyanm ont été reçus par le directeur du site.

La manifestation d'hier, à Kourou, était celle de tous les symboles. Symbolique d'abord parce qu'elle avait lieu au rond-point de la Carapa, là où le mouvement a commencé quinze jours plus tôt à l'initiative des grévistes d'EDF et du collectif les Toukans. Depuis, la mobilisation a pris une ampleur historique. Après la marche citoyenne de Cayenne, le 28 mars, la population était donc attendue à Kourou. Aux portes du Centre spatial guyanais (CSG). Quelque 10 000 personnes (un peu plus selon les organisateurs, pas plus de 6 200 selon la préfecture) se sont rassemblées à l'appel du collectif Pou Lagwiyanm dékolé. Pendant plus de deux heures, les manifestants ont redit leur détermination à obtenir gain de cause, dans une ambiance presque festive. « Le peuple guyanais a de l'élégance : nous savons revendiquer dans le calme. Nous sommes un peuple pacifique mais déterminé. *Nou gen bon djèz* », ont, à plusieurs reprises, rappelé les organisateurs. Symbolique encore quand les membres du collectif, José Mariema et Olivier Goudet en tête, ont dévoilé aux manifestants la statue en forme de poing levé, érigée au centre du rond-point, qui doit désormais incarner « la lutte du peuple guyanais pour revendiquer son dû ».

Les Guyanais sont désormais bien rodés : première sommation, on lève les mains / photos AS

Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 2.

Galtung (2007) diz que a polarização significa distância social, a qual implica também em uma distância humana. Sendo assim, o sentimento dos guianenses de estarem socialmente distante da França metropolitana os conduziu a este

movimento marcante na história da coletividade. Ao longo das publicações vê-se representantes das diversas etnias que compõem a Guiana Francesa.

Apesar da forte atuação de sindicatos, o protagonismo das movimentações sociais ficou com os diversos coletivos, corroborando o que foi preconizado por autores como Pleyers; Benavides (2018) e Scherer-Warren (2006) sobre movimentos sociais pós-2010 os quais apresentam certa desvinculação de partidos políticos e mostram a capacidade que sociedade possui de produzir a si mesma. Os grupos não institucionalizados questionaram de fato a centralidade política exercida na coletividade, demandando mudanças. Todavia, cabe ressaltar que a sociedade civil não é isenta das relações e dos conflitos de poder (SCHERER-WARREN, 2006), o que pode gerar contradições e deserção, como ocorreu com Mikaël Mancée, uma das figuras centrais do coletivo *Pou Lagwiyann Dékolé*. Ele deixou o coletivo por divergências na condução das negociações, o líder – caracterizado como carismático pelo jornal – se opunha à continuação das barragens ainda que bloqueavam a coletividade e alegava que as decisões eram tomadas sem participação popular (FG, 19 de abril de 2017, p. 20).

Na última edição de nossa análise, 22 – 23/04, apresenta-se a manchete “Acordo concluído”, o acordo fora assinado no dia anterior. Na segunda página, fala-se sobre a emoção de um dos líderes do movimento em ter alcançado a negociação após tanto tempo. O jornal também afirma que o conflito foi o movimento social de maior amplitude dada a quantidade de pessoas que participou das marchas e barragens.

Figura 20 – Capa da edição de 22-23/04/2017.



Fonte: Jornal *France-Guyane*, 2017. p. 1.

O acordo ratifica a amplitude da manifestação, reconhecendo o sentimento de abandono declarado e sentido pela população guianense. O preâmbulo enuncia

Em 28 de março de 2017, duas marchas de magnitude histórica reuniram milhares de guianenses nas ruas de *Cayenne* e *Saint-Laurent-du-Maroni*. Esses protestos seguiram longos anos de advertência ao Estado e sucessivos governos por funcionários eleitos e as demandas da população que se intensificaram em 2017, expressando um sentimento de abandono pelo República e exigindo um tratamento justo e equitativo das dificuldades e desafios enfrentados pela Guiana cara (FRANÇA, 2017, p.1). Tradução nossa.

Em outro trecho do acordo, também reproduzido na edição de 22-23 de abril jornal, têm-se

O Estado toma nota da solicitação de medidas adicionais apresentada em 4 de abril de 2017 pelos funcionários eleitos e pelo Coletivo e totalizaram 2,1 bilhões de euros. Ele se compromete a garantir que eles sejam imediatamente sujeitos a uma revisão prioritária. programar e implementar um plano adicional de investimento e operação (FRANÇA, 2017, p. 3). Tradução nossa.

Com a aprovação de um pacote emergencial no valor de 2,1 bilhões de euros, o maior conflito social da Guiana Francesa se encerra, deixando mais um marco na história das mobilizações sociais daquele lugar. O período foi acompanhado pela imprensa externa e principalmente interna, que produziu concomitante ao conflito social vasto material que pode ser analisado sob variado prisma. Em algumas, o jornal divulgou o impacto negativo que as barragens causavam na economia afirmando que o conflito social tem “consequências grandes” (FG, 11 de abril de 2017, p. 5), como por exemplo no estoque de medicamentos que atenderia a coletividade. Considerando também a importância das redes sociais, as publicações do jornal mencionam a repercussão das ações nas redes, mostrando que a Internet foi um meio utilizado para mobilizar as pessoas.

Medeiros (2012) debate sobre como fontes impressas difundem a ação coletiva, salientando o papel da imprensa na divulgação e construção do movimento. A imprensa foi recrutada inclusive pelos coletivos, que exigiram que a imprensa pudesse registrar as negociações. As publicações do jornal *France-Guyane* favoreceram a construção de laços entre diferentes grupos sociais dado o contexto socio-étnico diverso da Guiana Francesa. Conforme Medeiros (2012) preconiza, o

apoio do grupo de imprensa local, durante a maior parte do tempo, fortalecia a concepção de guianidade destacada durante o período de mobilizações, a imprensa assume um importante papel para dar continuidade ou não às bandeiras dos movimentos, fomentou a consolidação de identidades coletivas tão plurais na Guiana Francesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar a movimentação social de 2017 na Guiana Francesa. No primeiro capítulo, apresentamos a metodologia que embasou este trabalho bem como sua justificativa.

No segundo capítulo, discutimos o conceito de região, mostrando que tal conceito vai além dos aspectos físicos-naturais, situando o debate em uma perspectiva humanista. Compreendemos que região pode ser analisada em uma perspectiva relacional e adotamos esta perspectiva ao enquadrar as Guianas enquanto região, considerando as relações humanas existentes entre as populações que habitam os três países e a coletividade territorial que a compõe. Somadas às relações humanas, há as interações comerciais e econômicas, as quais ocorrem muitas vezes burlando regras e limites estabelecidos pelos Estados e que caracterizam uma região funcional.

No mesmo capítulo, discutimos também sobre o Colonialismo, sistema político e econômico que explorou povos em diferentes continentes, deixando como herança a colonialidade, cujas regras de funcionamento afetam o pensamento, o comportamento e a estruturação econômica, política e social até os dias atuais, principalmente na África e Américas.

Mostramos ainda que pós-colonial é um termo dual que pode remeter à aspectos distintos a depender do enfoque adotado. Cronologicamente, pode ser entendido como o período posterior ao Colonialismo, compreendido como sinônimo de pós-moderno/ pós-estruturalista, fase contemporânea das relações econômicas e políticas globais. Por outro lado, teoricamente, pode referir-se à teoria crítica, na área dos estudos literários e culturais e a produção que aborda as sociedades que foram colonizadas e se tornaram independentes, reconstruindo suas histórias e narrativas após o processo de colonização.

Percebemos também que pós-colonialidade, por sua vez, refere-se às identidades do sujeito, identidades estas que são cambiantes e mutáveis a partir do contato com o outro. Concluímos que a identidade do sujeito pós-colonial abarca as transformações ocorridas em função do contato com o colonizador e depreendemos

também que os impactos do colonialismo são um aspecto ainda não superado e cujo retorno à esfera pública é frequente, como notou-se no conflito social de 2017 na Guiana Francesa e em outras mobilizações ocorridas anteriormente naquele lugar. A história da Guiana Francesa é tradicionalmente contada a partir da sua colonização pela França, de modo que sua estrutura de funcionamento segue atrelada ao ideário francês, mas não sem questionamentos.

No terceiro capítulo, apresentamos um panorama sócio-histórico da Guiana Francesa. Observamos que o processo de departamentalização proporcionou melhorias com a integração da GF (e outras possessões) à república francesa e fim da condição de colônia. As melhorias tornaram o local atraente para populações de outras localidades como Brasil e Caribe. A migração é um aspecto muito importante na formação populacional da GF, afinal à exceção dos ameríndios que são povos originários e dos povos escravizados e levados forçadamente, todos os outros grupos são de migrantes.

Ademais, depreendemos que a migração impactou o crescimento demográfico e uma construção identitária própria com muitas nuances, evidenciando as relações nem sempre harmônicas entre as diferentes etnias. O racismo e a assimilação provenientes do Colonialismo, geraram na população de origem *créole* a especificidade de serem um grupo originário da África, mas que optou pelas características ocidentais e a partir disso teceu suas relações com outros grupos. Sendo a relação de subjugação ou preconceito com grupos de migrantes ou não-europeus, ao mesmo tempo em que precisam de tais grupos para contrabalancear com os franceses metropolitanos.

Há na sociedade guianense um jogo de identidades que faz parte do seu cotidiano social e político e é neste jogo que as identidades se reafirmam, entram em conflito, se consolidam e também se reconstróem. Entendemos que o ser francês e europeu na América do Sul confere à Guiana Francesa uma diferenciação do seu entorno geográfico. Enquanto isto, na perspectiva da identidade nacional, a nacionalidade francesa iguala juridicamente os cidadãos integrantes da república, permitindo que os guianenses reclamem, exijam e barganhem quando se sentem negligenciados.

Percebemos ainda que, mesmo com as mudanças ocorridas com a integração da GF à França, do ponto de vista econômico a relação ainda é de dependência. A burocracia francesa e europeia, com seus entraves jurídicos e administrativos, não permite que a GF negocie diretamente com países do seu entorno geográfico, a exemplo da importação de gêneros alimentícios, por exemplos. Deste modo, esta coletividade que é francesa e europeia, mas encravada na América do Sul importa grande parte dos produtos que consome, encarecendo muitas vezes o custo de vida para a população, a qual tem vivenciado ao longo dos anos queda na renda e impacto no consumo, fatores que já geraram mobilizações sociais.

No quarto capítulo apresentamos os estudos sobre conflito. Abordamos considerações sobre conflito e mobilização social. Discutimos sobre como a sociedade é capaz de produzir a si mesma, questionar o *status quo* vigente e de inserir temas na agenda política, ao mesmo tempo em que pode contestar e negociar papéis, identidades e direitos.

A Guiana Francesa sempre teve movimentos sociais que expressavam ora o desejo de independência, ora mais autonomia. Na década de 1960, contagiada pelos movimentos pós-colonialistas latino-americanos e africanos, o movimento de independência na Guiana Francesa conduziu a construção de uma identidade guianense, baseada nas raízes africanas e mistura com outros povos que formaram a população, buscou-se valorizar uma ancestralidade antecedente ao processo de colonização. Em 2010, através de um referendo, a população decidiu que continuaria parte integrante da França, porém exigiram mais autonomia na gestão do território, vindo a ter o status administrativo alterado em 2015, o que propiciou a gestão alguns setores com a participação local.

Até o momento, o conflito social de 2017 foi o maior da história da GF. Ficou evidente a tentativa de resgate/ reconstrução da identidade guianense, buscando ser reconhecida a partir disso e marcar seu posicionamento diante do cenário de abandono e desigualdade em relação aos departamentos franceses e à própria França hexagonal. Os manifestantes guianenses almejavam tratamento equitativo, com políticas públicas que atendessem às demandas locais. O movimento social buscou questionar o status quo vigente e propor uma cultura política mais

participativa, com mais autonomia e valorização da diversidade local, considerando as especificidades dos vários grupos étnicos e sociais da GF.

Apresentamos também algumas discussões sobre conflito, caracterizando-o como um desacordo entre dois atores assertivos sobre valores relevantes para uma sociedade. Também definimos conflito como um construto triádico do qual fazem parte as afirmações e o comportamento – elementos que estão no nível inconsciente – e as contradições – no nível manifesto e por isso perceptível. Entendemos que a GF apresenta uma série de contradições de natureza política, identitária e social. Sua própria condição dual é fonte de contradições: francesa/ europeia, mas também sul-americana; moeda mais forte que a do entorno, enquanto enquadra-se como coletividade mais pobre da França. Tais disparidades e contradições acabam desembocando em movimentos de contestação.

Acerca dos Estudos de Paz, definimos a paz como um eixo da harmonia social, logo, pela ausência da violência. Compreendemos também que a violência pode ser direta, indireta, estrutural e cultural. Identificamos que a Guiana Francesa, por ter vivenciado o Colonialismo, tem em seu histórico a violência indireta.

Outra característica presente nos Estudos de Paz é o trabalho com notícias sobre conflitos, enfoque do nosso trabalho. O trabalho com as notícias de jornal permitiu uma análise do conflito social de maneira sequencial uma vez que as publicações seguiram a ordem de ocorrência dos fatos.

Quanto ao Construtivismo e à Escola de Copenhague, o conflito é visto em uma perspectiva multissetorial. Nesta vertente, ganha importância o discurso por meio dos atos de fala, atos equivalentes às ações. A perspectiva de Segurança é abrangente, incluindo, portanto, setores além do tradicional militar e político. Assim sendo, ampliam a análise os setores ambiental, econômico e societal.

No quinto capítulo, procedemos com a análise das notícias veiculadas pelo jornal *France-Guyane* buscando relacionar as notícias e excertos de falas de entrevistados com o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores. A análise dos jornais permitiu a identificação de grupos organizados, sociedade civil e suas demandas. Os jornais são uma fonte secundária e passaram pelo critério de

análise dos jornalistas que redigiram as matérias e decisões do grupo que publicou. Mesmo assim, tornaram-se relevantes na análise por trazerem a fala dos atores durante o desenrolar dos fatos e permitir a identificação das representações que a imprensa apresenta e propaga. O jornal demonstrava apoio inicial às manifestações, propagando a diversidade dos grupos participantes a fim de construir consenso. Com a longa duração dos bloqueios e barragens na GF, o grupo midiático foi reduzindo seu apoio gradativamente, mostrando os entraves econômicos e impactos negativos na vida da população.

A Guiana Francesa apresenta características próprias que a diferem significativamente não apenas da França, mas também de outros departamentos/coletividades francesas, mesmo que elas sejam integrantes da mesma república. A identidade guianense tem um caráter híbrido, uma vez que várias outras identidades, étnicas, nacionais e de classe, a compõe.

Este trabalho evidenciou as diversas contradições existentes na GF e os desdobramentos destas contradições que ocorrem tanto em função de questões jurídicas como o status administrativo quanto sociais com as diversas relações e identidades que partilham o mesmo território. Tais contradições se manifestam em forma de conflito político. A GF oferece uma gama de novos temas que podem ser investigados. Este trabalho não teve como objetivo esgotar a discussão, mas sim ampliar o debate e possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia Maria Corrêa; SILVA FILHO, Eduardo Gomes. Mobilidade humana e trabalho: O caso de brasileiros em Lethem na Guiana Inglesa. **Revista Canoa do Tempo**. v. 11, n. 01, pp. 104-124, 2019.

ARAÚJO; Geraldo José Ferraresi de; CARVALHO, César Machado. Os avanços e fracassos da 15ª Conferência das partes de Copenhague: um estudo exploratório. **Revista Iluminart**, São Paulo, ano IV, n. 9, pp. 145-163, nov. 2012.

BALDWIN, Elisabeth. Olhares cruzados sobre a imigração brasileira para a Guiana Francesa: novas representações identitárias? **Synergies**. n (especial) 1. pp. 209-222. Brasil, 2010.

BALI, Sita. Population movements. *In*: WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**. New York: Routledge, 2008.

Balibar, E. **Les Frontières de la Démocratie**. Paris: La Découverte, 1992.

BARBOSA, Luciana Mendes. Explorando a construção de ameaças: A securitização das mudanças climáticas no sistema internacional. **Dissertação**. PUC MG, Belo Horizontes, 2008.

BERIET, Grégory. Le corps du fleuve : mobilités et stratégies sociales sur le Maroni. **Labor & Engenho**, Campinas: Brasil, v.11, n.2. p.165-175, abr./jun. 2017.

BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inicios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Revista Brasileira de Política Internacional**. int. [online]. 2011, vol. 54, n. 1, pp. 29-43. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000100003>. Acesso em: 17 mar 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. IBGE. Dados sobre o estado do Amapá. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap.html>>. Acesso em: 15 mar 2020.

BRASIL. IBGE. Dados sobre o estado de Roraima. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em: 15 mar 2020.

BUZAN, Barry; LENE, Hansen. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CACIATORI, Manuela Gava; FAGUNDES, Lucas Machado. A colonialidade do poder e a dependência do Estado latinoamericano: elementos para refletir a condição periférica regional. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 5, n. 12, set./dez., 2018.

CASTRO, Maria Luiza; PORTO, Jadson. Ponte Brasil-Guiana Francesa: os paradoxos da integração em um contexto multi-escalar. **Revistas OIKOS**, n. 7, ano VI, pp. 51-75. Rio de Janeiro, 2007.

CAVLAK, Iuri. **Introdução à História da Guiana Francesa**. Macapá: Editora da UNIFAP, 2017.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA NA AMAZÔNIA TRANSNACIONAL PAULO GUSTAVO PELLEGRINO CORREA SÃO CARLOS – S.P. 2014. 2014. 181 f. **Tese** (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CORREA, P. G. P.; SUPERTI, Eliane. Integration and International Security in the Guyana Shield: challenges and opportunities. **Revista de Geopolítica**, v. 7, p. 43-67, 2016.

DULIC, Tomislav. Peace Research and source criticism. *In*: HÖGLUND, Kristine; ÖBERG, Magnus. **Understanding Peace Research: Methods and challenges**. New York: Routledge, 2011. pp. 35-46.

DUARTE, Geraldine Rosas. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. *Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*, n. 28. pp. 1-17, 2016.

DUQUE, Marina Guedes. O papel síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, vol. 31. n. 3. set/dez, pp. 459-501, 2009.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de política**. 1º Edição. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA; Marcos Alan S; SANT'ANNA, Theo R. As bases de dados para pesquisas em paz e conflitos: funcionalidades, similitudes e diferenças. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 16, n. 149, p. 20 -28, 2015.

FERRO, Marc. *A colonização explicada a todos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FILOCHE, Geoffroy. Les Amérindiens de Guyane française, de reconnaissances disparates en bricolages juridiques. L'exemple des Kali'na d'Awala-Yalimapo. **Journal de la Société des Américanistes**, 97-2, pp. 343-368, 2011.

FOUCHER, Michel. Tipología de las fronteras contemporâneas. *In*: Las fronteras del istmo. Fronteras y sociedades entre el sur de Mexico y America Central. **Centro de Estudios Mexicanos e Centroamericanos-CEMCA**. OpenEdition Books. 2005.

Disponível em: <<https://books.openedition.org/cemca/655?lang=es#tocfrom1n1>>. Acesso 15 ago 2018.

FRANÇA. **Accord de Guyane du 21 avril 2017 - Protocole «Pou Lagwiyan dékolé»**. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/eli/convention/2017/4/21/OME01713117X/jo>>. Acesso em nov 2018.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, pp. 167-191. 1969.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. International Peace Research Institute: Oslo, 1996.

GALTUNG, Johan. Introduction: peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan. **Handbook of Peace and Conflict Studies**. New York: Routledge, 2007. pp. 14-34.

GAMBETTA, L. **Les plus beaux discours de Gambetta**. Paris: Editions du Centaure, 1910.

GIDDENS, Anthony. **The politics of climate change**. Cambridge: Polity Press, 2009.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GRANGER, Stéphane. La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique, **Carnets de géographes**. n. 5, 2013.

GRANGER, Stéphane. Guiana Francesa, um território europeu e caribenho no caminho da sul-americanização? **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO, v. 2, n. 2, p.156-168, ago 2008.

GRANGER, Stéphane. As migrações de haitianos na guiana francesa: novas dinâmicas. **Temáticas**, Campinas, 25. pp. 49-62, fev/dez. 2017.

GUYON, Stéphanie. Mobilisations post-coloniales [online]. Décryptage de la grève générale en Guyane. **Contretemps**. 2017. Disponível em: <<https://www.contretemps.eu/mobilisations-post-coloniales-greve-generale-guyane/>>. Acesso em 18 fev 2020.

HAESBAERT, Rogério. HAESBAERT, R. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

HIDAIR, Isabelle. L'immigration étrangère en Guyane: entre stigmatisation et stratégie de recuperation [online]. **Revue Asylon(s)**, n. 4, mai 2008. Disponível em: <<http://www.reseau-terra.eu/article742.html>>. Acesso em 10 maio 2020.

HÖGLUND, Kristine; ÖBERG, Magnus. **Understanding Peace Research: Methods and challenges**. New York: Routledge, 2011.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, v.17, n.1, Rio de Janeiro, p.23-59, jan/jun. 1995.

INSEE, 2017. **Bilan démographique 2017** – Plus de 67 millions d'habitants en France au 1^{er} janvier 2018 – Insee, Première n° 1683, janvier 2018. Disponível em: <<https://insee.fr/fr/statistiques/3305173>>. Acesso em: 20 out 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LAM FOUCK, Serge Mam. **Histoire Générale de La Guyane Française**. Matoury: Ibis Rouge, 2002.

LAM FOUCK, Serge Mam; MOOMOU, Jean [online]. Les racines de la « mobilisation » de mars/avril 2017 en Guyane. **Amerika**. n. 16, pp. 1-8, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/amerika/7872>>. Acesso em 20 fev 2019.

LAM FOUCK, Serge Mam et al. **Construire la société guyanaise** [online]. Cayenne, 2017. Disponível em: <<https://www.blada.com/data/File/2017pdf/construirelasoci%C3%A9t%C3%A9guyanaise.pdf>>. Acesso em 20 fev 2019.

MAJUMDAR, Margaret A. **Postcoloniality: the French dimension**. New York: Berghan Books, 2007.

MARCON, Maria Teresinha de Resenes. A resignificação do conceito de região. In: **Expressões Geográficas: Revista Eletrônica dos Estudantes de Geografia da UFSC**, n. 8, ano VIII, p. 29-51. Florianópolis, agosto de 2012.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Relações bilaterais Brasil/França; a nova perspectiva brasileira para a fronteira Amapá/Guiana Francesa no contexto global. 146 f. **Dissertação**. Brasília: UNB, 2008.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. A migração internacional nos quadros da cooperação transfronteiriça franco-brasileira. **Fronteiras & Debates**, v. 3, pp. 37-66, 2016.

MARTINS; Rosiane Ferreira; RODRIGUES, Carmem Izabel. Fronteiras em construção: representações de migrantes brasileiros na Guiana Francesa. **Novos Cadernos NAEA**. v. 15, n. 1, p. 333-351, jun. 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A formação do Estado francês**. Disponível em <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/a-formacao-do-estado-frances/18224>>. Acesso em 30 abr 2018.

MCDONALD, Matt. Constructivism. In: WILLIAMS, Paul. **Security Studies: An Introduction**. New York: Routledge, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, p. 7-31, janeiro-junho de 2012. |

NAÍM, MOISÉS. Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism**. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1965.

NOGUEIRA; João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAGLIARI, Graciela De Conti. **O Brasil e a segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá, 2009.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. Hidropolítica e segurança: as Bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada. 2011. xxi, 373 f., il. **Tese** (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARFATI, Gilberto. **Teoria de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, G.V. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e Expectativas neste século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013.

SILVA, G. de V. A região das Guianas e o papel do OBFRON na compreensão regional. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, n. 1, p. 6 - 23, jan./jun. 2016.

SILVA, G.; DI MICELI, Clícia.; SILVA, Brenda F. Iconografia das fronteiras das Guianas. **Confins**, nº 39, pp. 1-22. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/17689>>. 2019.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. . **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 16, n. 2, pp. 7-21, maio/ ago. 2012.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, vol.25, n. 1, pp.47-80, janeiro/junho. Rio de Janeiro, 2003.

THÉRY, Hervé. À quoi sert la Guyane ?, **Outre-Terre**, vol. 43, n. 2, pp. 211-235. 2015.

THÉRY, Hervé. La Guyane, communauté territoriale française en Amérique du Sud, **Outre-Terre**, vol. 51, n. 2, pp. 249-266, 2017.

THURMES, Marion. Les métropolitains en Guyane: Une intégration sociale entre individu et groupe culturel. 600 f. **Tese** (Doutorado) – Arts et Lettres, Langues et Sciences Humaines et Sociales – UFRV: Sciences du sujet et de la société. Université Montpellier III – Paul Valéry, Montpellier, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a noção de fronteira: um olhar a partir da ciência geográfica. *In*: NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). **Amazônia e defesa: dos fortes as novas conflitualidades**. Belém: NAEA/UFPA, 2010. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/220/6/Livro_AmazoniaDefesaFortes.pdf>. Acesso em 16 ago. 2018.

WALLENSTEEN, Peter. The origins of contemporary Peace Research. *In*: HÖGLUND, Kristine; ÖBERG, Magnus. **Understanding Peace Research: Methods and challenges**. New York: Routledge, 2011. pp. 14-32.

WEBEL, Charles. Toward a philosophy and metapsychology of peace. *In*: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan. **Handbook of Peace and Conflict Studies**. New York: Routledge, 2007. pp. 3-13.

WILLIAMS, Michael C. Modernity, identity and security: a comment on the Copenhagen controversy. **Review of International Studies** Vol. 24, n. 3, pp. 435-439. jul 1998.

WILLIAMS, Paul. Security studies: An Introduction. *In*: _____. **Security Studies: An Introduction**. New York: Routledge, 2008.

Base de dados consultadas

Conflict Barometer (2018). Heidelberg Institute for International Conflict Research (HIIC), disponível em: < <https://hiik.de/hiik/methodology/?lang=en> >. Acesso em mar de 2019.

Uppsala Conflict Data Program, Uppsala University; disponível em: <<http://pcr.uu.se/research/ucdp/definitions>>. Acesso em 18 de outubro de 2018.

Fontes

FRANCE-GUYANE. Jornal diário da Guiana Francesa. Disponível em: < https://www.franceguyane.fr/journal_pdf >. Acesso em fev 2018.

FRANCE-GUYANE. Jornal diário da Guiana Francesa. 2017.